

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**  
**FACULDADE DE ENGENHARIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE CONSTRUÍDO**

**Mariana Silva Rossin**

**AS PORTAS DA PAISAGEM:**  
Estudos sobre a Paisagem Histórica Urbana com caráter modernista de  
Cataguases (MG)

Juiz de Fora  
2019

**Mariana Silva Rossin**

**AS PORTAS DA PAISAGEM:**

Estudos sobre a Paisagem Histórica Urbana com caráter modernista de  
Cataguases (MG)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ambiente Construído.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Olender

Juiz de Fora  
2019

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Rossin, Mariana Silva.

AS PORTAS DA PAISAGEM : Estudos sobre a Paisagem Histórica Urbana com caráter modernista de Cataguases (MG) / Mariana Silva Rossin. -- 2019.

158 f.

Orientador: Marcos Olender

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Engenharia. Programa de Pós Graduação em Ambiente Construído, 2019.

1. Paisagem Urbana Histórica. 2. Cataguases. 3. Patrimônio Cultural Urbano. I. Olender, Marcos, orient. II. Título.

**Mariana Silva Rossin**

**PORTAS PARA A PAISAGEM: Estudos sobre a Paisagem Histórica Urbana de  
Cataguases (MG)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ambiente Construído.

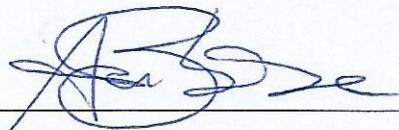
Aprovada em 11 de fevereiro de 2019.

**BANCA EXAMINADORA**

M.O.U.

---

**Prof. Dr. Marcos Olender** – Orientador  
Universidade Federal de Juiz de Fora



---

**Prof<sup>a</sup>. Dra. Ana Aparecida Barbosa Pereira**  
Universidade Federal de Juiz de Fora

M.O.U.

---

p | **Prof<sup>a</sup>. Dra. Ana Rita Sá Carneiro Ribeiro**  
Universidade Federal de Pernambuco

À minha mãe que sempre acreditou.

## Agradecimentos

Quando lá em 2015 eu comecei a sonhar com o que seria o início desta pesquisa, confesso que jamais imaginei que ela chegaria até aqui. O trabalho de conclusão de curso abriu meus olhos pra uma abordagem muito mais ampla da carreira do arquiteto e urbanista. Trabalhar com o tema da paisagem e todas as suas abordagens é, definitivamente, dinâmico e repleto de portas e pontes no caminho.

Começar este agradecimento sem tocar no nome de Deus não seria possível. Agradeço simplesmente por todas as vezes em que eu quase perdi a fé e Ele, rapidamente, me mostrou que estava em ali, do meu lado.

À minha mãe, Isabel, que sempre acreditou em mim, na maioria das vezes, muito mais do que eu mesma poderia acreditar e me permitir correr atrás dos meus sonhos, no meu tempo sem nunca sair do meu lado! Agradeço ainda a minha família, Beinha, Daiana e Matheus por estarem sempre por perto para os momentos de aperto.

Ao Marcos, meu orientador, que confiou na minha capacidade e me fez confiar nela também. Aos conselhos e orientações que só quem tem a experiência e a sensibilidade na área pode dar.

À Ana Barbosa por toda a caminhada, desde a graduação quando me acolheu e me apresentou ao tema da paisagem até as conversas durante a elaboração desta dissertação.

À Ana Rita por abrilhantar minha banca e meu trabalho com orientações valiosas e atenção surreal que me disponibilizou e só aumentou minha admiração e certeza de que fiz a melhor escolha.

Aos meus amigos que, sinceramente, sem eles eu não saberia viver. Sem eles o meu melhor se perderia; meus melhores sorrisos não existiriam, minhas lágrimas não teriam sentido, meus pratos não teriam sabor, enfim, eu não teria conseguido chegar aqui, com toda certeza do meu coração! Obrigada, amo todos vocês.

Conforme o interesse de que é objeto ou a maneira como se encara, a própria noção de paisagem difere.

Se um geógrafo, um historiador, um arquiteto se debruçarem sobre a mesma paisagem, o resultado de seus trabalhos e a maneira de os conduzir serão diferentes, segundo o ângulo de visão de cada um dos que a examinam.

BLANC-PARNARD & RAISON.

## Resumo

A conservação e preservação dos centros urbanos é uma discussão que, atualmente, tem ganhado força no cenário mundial, na medida em que as próprias cidades se reconhecem como potenciais históricos e culturais. A conservação do patrimônio urbano apresenta-se em foco político, social e econômico, como elemento chave para o desenvolvimento sustentável. Inserido na problemática das cidades e da conservação do patrimônio urbano, surge a paisagem como uma forma de se perceber a cidade. Os conceitos de paisagem vão se desenvolvendo e se transformando ao longo dos anos até adentrar-se no campo do patrimônio cultural, através das Paisagens Culturais, a partir da década de 1960, principalmente e, mais recentemente, através das Paisagens Urbanas Históricas (*Historic Urban Landscapes, HUL*). As Paisagens Urbanas Históricas se apresentam como uma tentativa efetiva de leitura do espaço urbano, no sentido material e imaterial, participando da conservação, integração e gestão do ambiente urbano e seu caráter histórico e cultural. O município de Cataguases (MG) apresenta-se com um centro histórico carregado de palimpsestos que o faz único e excepcional para a história e cultura nacional, sendo objeto de discussões e de processo longo de tombamento do IPHAN, desde 1994 a 2003, quando efetivamente teve seu Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico reconhecido como Patrimônio Cultural do Brasil. O tombamento, como instrumento e política aplicado como tentativa de preservar um objeto que carrega um valor excepcional, em alguns casos não corresponde ao seu objetivo primordial, principalmente quando se trata de áreas urbanas, ricas em dinâmicas sociais, assim surge a reflexão sobre a inserção do HUL como um instrumento auxiliar para entendimento destas dinâmicas, principalmente os decorrentes do crescimento acelerado que as cidades vivem hoje, respeitando a qualidade da paisagem urbana, seu caráter histórico. Esta dissertação analisa parte do espaço urbano de Cataguases, compreendendo a formação e as transformações urbanas que a cidade vivenciou desde sua origem até os dias atuais. Assim, a partir de um estudo teórico-conceitual sobre a temática da paisagem e suas interrelações, principalmente com a preservação do patrimônio cultural, resultou na escolha da abordagem de Paisagem Urbana Histórica, tendo em vista que, a área central da cidade que corresponde ao polígono de tombamento não abrange todos os fragmentos históricos e culturais que necessitam serem preservados, segundo estudiosos, portanto este trabalho expandiu tal área para polígono maior, afim de abarcar todos elementos que correspondem à Paisagem Urbana Histórica de Cataguases que o tombamento federal não englobou. Com a área delimitada, foi possível traçar formas de interpretação do espaço, a partir de uma abordagem sobre a leitura da Paisagem Urbana Histórica, buscando o efetivo olhar sobre a paisagem, desde sua materialidade até os sentidos. Parte-se para a leitura do espaço urbano e histórico de Cataguases com a finalidade de poder inserir na realidade do município ferramentas de gestão da paisagem e do patrimônio cultural existente, conforme Bandarin e van Oers. Assim, busca-se com estes estudos a ampliação do entendimento de que, principalmente em espaços urbanos,

muitas vezes a política do tombamento, sozinho, não se mostra eficaz em relação a leitura do espaço, visto que esta necessita de estratégias teóricas e conceituais específicas para tal, e da gestão da Paisagem Urbana Histórica, para a preservação do patrimônio cultural frente ao desenvolvimento urbano e às transformações urbanas.

## **Palavras-chave**

Paisagem Urbana Histórica. Cataguases. Patrimônio Cultural Urbano. Conservação.

## **Abstract**

The preservation and preservation of urban centers is a discussion that has gained momentum on the world stage, as the cities themselves recognize themselves as historical and cultural potentials. The conservation of the urban heritage presents itself in political, social and economic focus, as a key element for the sustainable development. Inserted in the problematic of the cities and the conservation of the urban heritage, the landscape appears as a way of perceiving the city. The concepts of landscape have been developing and transforming over the years until they have entered the field of cultural heritage through Cultural Landscapes since the 1960s, mainly and more recently through Historic Urban Landscapes Landscapes, HUL). The Historic Urban Landscapes present themselves as an effective attempt to read the urban space, in the material and immaterial sense, participating in the conservation, integration and management of the urban environment and its historical and cultural character. The municipality of Cataguases (MG) presents itself with a historical center loaded with palimpsestos that makes it unique and exceptional for the history and national culture, being the subject of discussions and long process of overturning of the IPHAN, from 1994 to 2003, when effectively had its Historic, Architectural and Landscape Set recognized as Cultural Heritage of Brazil. The tipping, as an instrument and policy applied as an attempt to preserve an object that carries an exceptional value, in some cases does not correspond to its primary objective, especially when it comes to urban areas, rich in social dynamics, thus arises the reflection on the insertion of HUL as an auxiliary instrument to understand these dynamics, especially those resulting from the accelerated growth that cities live today, respecting the quality of the urban landscape, its historical character. This dissertation analyzes part of the urban space of Cataguases, comprising the formation and the urban transformations that the city has experienced since its origin until the present day. Thus, based on a theoretical-conceptual study on the theme of the landscape and its interrelations, mainly with the preservation of cultural heritage, resulted in the choice of the Historic Urban Landscape approach, considering that the central area of the city that corresponds to the polygon of tipping does not cover all the historical and cultural fragments that need to be preserved, according to scholars, so this work expanded this area to greater polygon, in order to cover all elements that correspond to the Historic Urban Landscape of Cataguases that the federal tipping did not encompass. With the delimited area, it was possible to draw forms of interpretation of the space, from an approach on reading the Historic Urban Landscape, seeking the effective look at the landscape, from its materiality to the senses. It begins with the reading of the urban and historical space of Cataguases with the purpose of being able to insert in the reality of the municipality tools of management of the landscape and of the existing cultural heritage, according to Bandarin and van Oers. Thus, these studies seek to broaden the understanding that, especially in urban spaces, the policy of tipping alone is not effective in relation to the reading of space, since it requires specific theoretical and

conceptual strategies for this purpose, and for the management of the Historic Urban Landscape, for the preservation of cultural heritage in the face of urban development and urban transformation.

## **Keywords**

Historic Urban Landscape. Cataguases. Cultural Heritage. Urban Heritage. Conservation.

## Lista de Figuras

Figura 01 - Tela renascentista Chamado dos Apóstolos, Domenico Ghirlandaio, 1481..	26
Figura 02 - O traçado urbano de Cataguases em 1878 .....	37
Figura 03 - Rua Coronel Vieira .....	43
Figura 04 - Rua Coronel Vieira .....	43
Figura 05 - Rua Visconde do Rio Branco, Cataguases .....	48
Figura 06 - Praça Sandoval de Azevedo, Cataguases .....	48
Figura 07 - Localização do Município de Cataguases – MG .....	50
Figura 08 – Arruamento de Cataguases em 1878 .....	53
Figura 09 - Vista aérea de Cataguases, 1907 .....	54
Figura 10 - R. Cel. João Duarte, 1900 – Rua do Comércio .....	55
Figura 11 - Chácara Dona Catarina, 1900 .....	56
Figura 12 - Av. Astolfo Dutra, início do século XX .....	56
Figura 13 - Av. Astolfo Dutra, início do século XX .....	57
Figura 14 - Localização da rede hidrográfica na região central de Cataguases em relação às primeiras expansões urbanas .....	58
Figura 15 – Direção das primeiras expansões urbanas de Cataguases .....	60
Figura 16 - Antigo Teatro Recreio, datado em 1896 .....	61
Figura 17 - Grupo Escolar Coronel Vieira, datado em 1913 .....	61
Figura 18 - Antigo Hospital, datado em 1905 .....	61
Figura 19 - Ponte Metálica sobre o Rio Pomba, datada em 1915 .....	61
Figura 20 - Arruamento de Cataguases em 1923 .....	62
Figura 21 – Cortiços no Bairro Vila Tereza, década de 1930 .....	63
Figura 22 - Expansão da cidade à margem esquerda do Rio Pomba após a implantação da Cia. Industrial, em 1936 .....	65

Figura 23 - Colégio Nossa Senhora do Carmo (antigo Colégio Normal) inserido na lateral da Praça Santa Rita de Cássia .....	65
Figura 24 - Residência de Francisco Ignácio Peixoto à R. Major Vieira, 154 .....	68
Figura 25 - Ocupação da cidade na década de 1940 .....	68
Figura 26 - Vista aérea do Bairro Jardim – ocupação de encosta .....	69
Figura 27 - Arruamento de Cataguases em 1939 .....	70
Figura 28 - Colégio Cataguases – projeto Oscar Niemeyer .....	71
Figura 29 - Residência Nanzita – Projeto Francisco Bolonha .....	71
Figura 30 - Circulação interna do Edifício A Nacional – Projeto MM Roberto .....	71
Figura 31 - Praça Rui Barbosa – Projeto Luzimar Goes Teles .....	71
Figura 32 - Hotel Cataguases – Projeto Aldary Henriques Toledo, paisagismo Roberto Burle Marx .....	71
Figura 33 - Monumento à José Inácio Peixoto - Painel “As fiandeiras” – artista Cândido Portinari .....	71
Figura 34 - Arruamento de Cataguases em 1958 .....	72
Figura 35 - Distrito Industrial .....	73
Figura 36 - Distrito Industrial .....	73
Figura 37 - Arruamento de Cataguases a partir da década de 1980 .....	74
Figura 38 - Vista aérea da Chácara Dona Catarina .....	76
Figura 39 - Réplica do Painel Tiradentes presente atualmente no Colégio Cataguases .....	78
Figura 40 - Perímetro de tombamento de Cataguases .....	81
Figura 41 - Igreja Matriz de Santa Rita de Cássia .....	84
Figura 42 - Bairro Jardim .....	84
Figura 43 - Conjunto da Praça Governador Valadares (Estação Ferroviária) .....	86
Figura 44 - Croqui da Paisagem Cultural Moderna da Pampulha .....	94
Figura 45 - Poligonal de tombamento e Zonas de Interesse Especial de Cataguases ...	97
Figura 46 - Primeira Zona: Núcleo Primitivo .....	98

Figura 47 - Segunda Zona: Primeira área de expansão urbana .....	98
Figura 48 - Terceira Zona: Bairro surgido com a canalização do Córrego Lava-Pés .....	98
Figura 49 - Quarta Zona: Margem direita do Rio Pomba .....	98
Figura 50 - Paisagem Urbana Histórica de Cataguases .....	102
Figura 51 - Pintura retratando a Paisagem de Cataguases em 1877 .....	103
Figura 52 - Antiga ponte de madeira sobre o Rio Pomba .....	104
Figura 53 - Arquitetura em Cataguases no século XIX e início do século XX .....	104
Figura 54- Plantio de árvores na Avenida Astolfo Dutra, em 1917 .....	105
Figura 55 - Vista aérea da Avenida Astolfo Dutra, em 2019 .....	106
Figura 56 - Praça Santa Rita, década de 1940 .....	106
Figura 57 - Praça Santa Rita após a década de 1940 .....	106
Figura 58 - Cena do filme “Estive em Lisboa e lembrei de você” de 2015 na Ponte Metálica de Cataguases .....	107
Figura 59 - Cena do filme “Redemoinho” de 2017 na linha férrea no Bairro Vila Reis ..	107
Figura 60 - Estação Ferroviária de Cataguases, 1907 .....	110
Figura 61 - Região da Estação Ferroviária (centro comercial de Cataguases) .....	110
Figura 62 - Novo trem de passageiros realizando teste em Cataguases, 2018 .....	111
Figura 63 - População à espera do novo trem, na Estação Ferroviária, 2018 .....	111
Figura 64 - Vila operária Manoel Peixoto Ramos - Bairro Vila Domingos Lopes – ver 1 na figura 69 .....	111
Figura 65 - Conjunto operário à Praça Sandoval Azevedo - Bairro Centro – ver 2 na figura 69 .....	111
Figura 66 - Vila operária - Bairro Jardim – ver 3 na figura 69 .....	112
Figura 67 - Vila operária - Bairro Jardim – 1ª rua: projeto de Francisco Bolonha – ver 4 na figura 69 .....	112
Figura 68 – Mapeamento das ocupações e vilas operárias dentro da área de HUL em Cataguases .....	112
Figura 69 – Mapa de topografia e hidrografia da Paisagem Urbana Histórica .....	114

Figura 70 – Esquema das relações de Paisagem X Território .....	115
Figura 71 – Relação entre território e a inserção da cultura em Cataguases .....	116
Figura 72 - Rua Cel. João Duarte .....	120
Figura 73 - Rua Cel. João Duarte, 1897.....	120
Figura 74 - Rua Cel. João Duarte, 1922 .....	120
Figura 75 - Rua Cel. João Duarte, déc. 1970 .....	120
Figura 76 - Rua Cel. João Duarte, atualmente .....	120
Figura 77 - Paisagem entorno da Praça Santa Rita, atualmente .....	121
Figura 78 – Largo da Matriz (Praça Santa Rita), 1933 .....	123
Figura 79 – Largo do Rosário (Praça Rui Barbosa), 1898 .....	123
Figura 80 – Residência do Cel. João Duarte (atual Praça Dona Catarina), 1900 .....	124
Figura 81 - Largo da Matriz, meados da década de 1930 .....	126
Figura 82 – Praça Rui Barbosa, início da década de 1940 .....	126
Figura 83 - Praça Santa Rita, década de 1940 .....	126
Figura 84 - Praça Santa Rita, atualmente .....	127
Figura 85 – Croqui do projeto da Praça de Cataguases de Roberto Burle Marx, 1942..	128
Figura 86 - Praça Rui Barbosa, atualmente .....	129
Figura 87 – Monumento aos trabalhadores na Praça José Inácio Peixoto, atualmente..	130
Figura 88 - Praça Dona Catarina, atualmente .....	130

## **Lista de abreviaturas e siglas**

ASSEA	Associação de Engenheiros e Arquitetos de Cataguases
DEMPHAC	Departamento Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Cataguases
HUL	Historic Urban Landscape (Paisagem Urbana Histórica)
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PDP	Plano Diretor Participativo
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
ZC	Zona Central
ZEP	Zonas Especiais de Proteção
ONG	Organização Não-Governamental

# Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>16</b>
<b>1. Paisagens: conceitos e abordagens .....</b>	<b>23</b>
1.1. Paisagem sob diferentes campos e conceitos .....	24
1.2. Paisagem Urbana Histórica como elemento de análise .....	33
<b>2. A Paisagem e Cataguases .....</b>	<b>49</b>
2.1. O surgimento e desenvolvimento urbano de Cataguases .....	49
2.2. Normativas e Legislações urbanas sobre o Patrimônio Cultural em Cataguases ...	75
<b>3. A Paisagem Urbana Histórica de Cataguases .....</b>	<b>92</b>
3.1. As portas para a compreensão da Paisagem Histórica de Cataguases .....	93
3.1.1. Primeira porta da paisagem: “representação cultural e artialização” .....	103
3.1.2. Segunda porta da paisagem: “território fruto do coletivismo” .....	107
3.1.3. Terceira porta da paisagem: “um complexo sistêmico” .....	113
3.1.4. Quarta porta da paisagem: “espaço de experiências” .....	117
3.1.5. Quinta porta da paisagem: “local ou contexto de projeto” .....	122
3.2. Gestão e salvaguarda da Paisagem Urbana Histórica .....	131
<b>Conclusão .....</b>	<b>136</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>141</b>
<b>Apêndices .....</b>	<b>149</b>
I. Bens tombados em Cataguases - nível Federal e Municipal	
II. Evolução da Ocupação Urbana de Cataguases	
<b>Anexos .....</b>	<b>156</b>
I. Poema “Cataguazes” – Ascânio Lopes	

## Introdução

A presente dissertação trabalha com uma abordagem sobre a preservação do patrimônio cultural através da preservação da Paisagem Urbana Histórica, do município de Cataguases, em Minas Gerais. A compreensão de como a paisagem se forma e se consolida por meio das transformações que sofre, reflexo das relações firmadas entre sociedade e ambiente pode ser um direcionador na conduta da gestão e do planejamento urbano capaz de respeitar a pré-existência, promovendo a conservação das paisagens urbanas com caráter histórico, intrinsecamente relacionada à preservação do patrimônio cultural, auxiliando num desenvolvimento sustentável e coerente com as demandas da sociedade.

A origem da percepção das paisagens, no Ocidente, através das pinturas de artistas renascentistas, mostrava-a como elemento complementar ao objeto principal retratado, resultado de ações do homem que refletia no ambiente. Ainda assim, permite-se entender que toda paisagem se forma por um sistema onde são reconhecidas pelas percepções humanas, as quais se relacionam às experiências vividas nestas percepções e resultam em memórias individuais e/ou coletivas de uma sociedade (CORBIN, 1989).

A partir daí, a temática relacionada à paisagem foi se desenvolvendo ao longo dos séculos. No século XVIII, a contemplação da paisagem ganhou importância ao ser relacionada com a cura para males decorrentes da industrialização das cidades, reflexo da Revolução Industrial na Europa (CORBIN, 1989). No século XIX, foi inserida no campo acadêmico, através da geografia cultural, como um meio de compreensão das relações existentes entre homem e a natureza, o qual se fazia capaz de representar a cultura e a identidade de uma sociedade (CUSTÓDIO, 2014), oferecendo uma dinâmica entre estas relações, a partir do complexo sistema conformador das paisagens (BESSE, 2014).

Já no século XX, a abordagem sobre o tema passou por uma exponencial ampliação, quando foi demonstrado que não era possível determinar uma demarcação concreta e objetiva sobre todos os significados que envolvem a paisagem. É um conceito dialético e com diversas definições possíveis, que variam de acordo com a área estudada ou com o profissional que trabalha o tema.

Neste momento o tema começou a ser relacionado às discussões acerca do Patrimônio Cultural, no mundo, principalmente através das perdas irreparáveis causadas pelas Grandes Guerras, quando cidades inteiras foram destruídas comprometendo grandes acervos históricos e culturais do mundo e fazendo com que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), criada em 1945, percebesse a necessidade de promoção de discussão sobre a problemática, esta percepção se desdobrou em documentos oficiais para a preservação de ambiências, vizinhanças e conjuntos urbanos que ainda estavam em eminência de se perder. Alguns destes documentos se transformaram em algumas das Cartas Patrimoniais.

A diversidade de interpretação da noção de paisagem refletiu numa extensa aptidão de leitura dos espaços, reflexo da inserção da cultura do homem no ambiente natural, transformando-a num símbolo da sociedade que usufrui de tal paisagem (CONAN, 1994). Como forma mais significativa desta inserção, compreende-se as cidades que, através das mais variadas paisagens que as formam, vão se sobrepondo umas às outras, constituindo os palimpsestos que, com seus elementos físicos e imateriais, contam a história destas cidades. As cidades representam processos naturais e humanos, formando uma grande e complexa rede de relações entre o meio natural e o cultural.

A relação mútua e intrínseca entre paisagens e cidades faz com que ambas mereçam atenção e estudos em busca de uma leitura que permita a compreensão, além da questão visual, buscando relacionar as experiências e o conhecimento técnico para um entendimento adequado e que represente a coletividade (ROSSI, 2001). Na relação entre as cidades e as suas paisagens urbanas, insere-se ao contexto as políticas de preservação do Patrimônio Cultural através da conservação urbana, principalmente a partir das discussões sobre as “ambiências” e os “entornos”. A inserção desta temática se fez, principalmente com a expansão sobre as preocupações com as conhecidas “cidades históricas”, quando estas passaram a ser vistas como forma de compreensão da cultura moderna, base da identidade cultural e social de um povo e como forma de valorização do turismo nas últimas décadas.

O desenvolvimento urbano acelerado afetou a integridade dos centros históricos de forma direta e constante, acarretando na necessidade de criação de estratégias que buscam minimizar as perdas além de promover o planejamento e o desenvolvimento sustentável das cidades. As paisagens reconhecidas como retrato da cultura de uma

sociedade, normalmente se mostraram com caráter predominantemente rural, a dinâmica das cidades prejudicava no reconhecimento de suas paisagens como culturais, dificultando uma delimitação e os instrumentos passíveis de aplicação para promover sua preservação. Assim, a partir das discussões sobre as consequências das transformações que os centros históricos começaram a vivenciar, com as mudanças constantes das cidades, deu-se início uma discussão sobre uma abordagem diferente dentro do campo das Paisagens Culturais, surgindo assim, a abordagem da Paisagem Urbana Histórica (*Historic Urban Landscape* ou HUL), a qual corresponde na junção de elementos baseados na evolução social, cultural e físico de uma sociedade refletidos nas paisagens urbanas das cidades. Seu caráter é conformado por traços da construção urbana e da natureza, juntamente com os valores imateriais, inseridos pela cultura (UNESCO, 2005).

A Paisagem Urbana Histórica recomenda um trabalho em conjunto, usa-se o planejamento urbano conciso de uma área que abrange mais que os centros históricos, juntamente com a compreensão da evolução pela qual a cidade e suas paisagens passam, permitindo assim, uma leitura de seus fragmentos e camadas (UNESCO, 2010). Aborda ainda, a união de elementos naturais e culturais, numa extensão mais larga que os antigos conceitos que, até então eram utilizados em documentos patrimoniais, para se referir às paisagens ou aos centros históricos urbanos. Desta forma, ela se distingue pela ampliação da discussão que antes se fazia de forma individualizada entre meios físicos ou questões imateriais e se faz como um instrumento mais completo de compreensão e preservação unido ao planejamento e gestão urbana.

O entendimento da Paisagem Urbana Histórica pode auxiliar na escolha adequada do instrumento para proteção de áreas urbanas, não somente os centros históricos, mas também, áreas conformadas pelos mais diversificados extratos da sociedade, onde o tombamento, por si só, não se faz capaz de atender às demandas e às dinâmicas urbanas, como no caso de Cataguases, na Zona da Mata de Minas Gerais.

A origem de Cataguases, no início do século XIX, assim como diversos municípios do estado que surgiram no mesmo período, teve sua origem relacionada à de escassez de ouro e de outros minerais na região das minas. A partir do momento em que se implantou o núcleo de ocupação original, do pequeno arraial, o local passou por alguns momentos cruciais ao longo de sua história que, desenharam sua paisagem urbana atual.

A instalação da linha férrea, no final do século XIX, com a introdução da influência eclética, na arquitetura, adotada pela elite cafeicultora local, num primeiro momento e o intenso movimento cultural, no início do século XX, provocado por uma elite industrialista, conformaram significativamente o caráter da paisagem urbana de Cataguases, com fragmentos que foram se sobrepondo e desenhando a paisagem excepcional e única encontrada no município, principalmente na área central da cidade, hoje.

A partir do reconhecimento destes fragmentos como excepcionais que, refletidos na arquitetura, na arte, na paisagem, na cultura e na sociedade de Cataguases, permitiu que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) decidisse pelo tombamento do Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico, em 2003<sup>1</sup>. O tombamento do centro histórico de Cataguases foi visto como um ato totalmente inovador do Instituto, que até então, havia tombado centros históricos com caráter homogêneo que representavam algum período da história do Brasil, como ocorreu em Ouro Preto, Mariana, Diamantina e ocorria em Belo Horizonte, através do Conjunto da Pampulha. Os desafios que foram retratados ao longo do processo de tombamento, os quais os técnicos do IPHAN tentaram apresentar possíveis soluções, eram muitos.

O caráter heterogêneo do centro histórico de Cataguases refletiu na delimitação de um perímetro<sup>2</sup> na região central, juntamente com dezesseis imóveis, tombados individualmente. Contudo, ao passar dos anos, estudos e discussões sobre o tombamento do conjunto urbano e arquitetônico de Cataguases, mostraram algumas falhas que acarretam, ainda hoje, em perdas inestimáveis para a leitura do conjunto como um todo e para o patrimônio da cidade. O estudo sobre a trajetória que levou ao tombamento do Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Cataguases, permite a percepção de lacunas que o instrumento adotado não consegue abordar. Nota-se alguns pontos onde o tombamento não abrangeu, pelo perímetro, ou não consegue ser efetivo na proteção devido a dinamicidade do objeto da cidade e que são vistos por estudiosos da cidade, como Alonso (2010), Lins (2012), Rossin (2016) como fragmentos significativos e que a

---

<sup>1</sup> O processo de tombamento foi aberto em 1994, com intuito de tombar alguns imóveis (16) de forma individual, com todo o mobiliário existente em seus interiores e o conjunto urbano do centro, definido por um polígono. Entretanto, após algumas impugnações e a falta da elaboração de um inventário do patrimônio da cidade, os bens móveis foram retirados do objeto de tombamento. Em 1994, foram tombados os dezesseis imóveis individuais e, em 2003, o Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Cataguases (ver cap.2, seção 2.2 desta dissertação). Fonte de informações sobre o tombamento: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/369/>. Acesso em: março/2019.

<sup>2</sup> Terminologia utilizada para referenciar a área, no processo de tombamento do IPHAN.

falta de um instrumento que os protejam pode acarretar em danos irreparáveis para a leitura do todo.

A compreensão dos conceitos que abarcam a trajetória da paisagem até a formação do conceito de Paisagem Urbana Histórica conduzindo à preservação, bem como o patrimônio histórico, artístico e cultural produzido pela sociedade, ao longo dos anos na construção histórica de Cataguases, permitiu compreender que a área delimitada para tombamento, o instrumento aplicado assim como a gestão do patrimônio, na esfera municipal como na federal, se encontraram em conflitos ao longo dos anos. A paisagem de Cataguases, como organismo dinâmico não é abarcada por completo pelo perímetro desenhado, não permitindo assim, uma leitura adequada de seu caráter. Ainda, a influência mercadológica da construção civil, muitas vezes se faz contrária à preservação da pré-existência, de caráter histórico e cultural, na área central da cidade.

A partir da pesquisa sobre novos instrumentos de aplicação nas cidades, como forma de agenciar a preservação do patrimônio, principalmente de suas paisagens urbanas de caráter histórico, viu-se em Cataguases uma possibilidade de aplicação da abordagem da Paisagem Urbana Histórica, com intuito de inserir uma leitura adequada de sua paisagem e assim, auxiliar na gestão eficiente da mesma. Iniciou-se uma pesquisa bibliográfica para uma estratégia para leitura da paisagem urbana capaz de promover a compreensão da cidade através de um olhar da paisagem, do significado de sua paisagem.

A pesquisa sobre a formação urbana de Cataguases resultou na percepção de uma área que abrange o núcleo original de formação da cidade, a primeira expansão urbana, as expansões ocasionadas pela industrialização, as ocupações características e principais elementos que conformaram o caráter único de sua paisagem. Seguindo da aproximação com o processo de construção das paisagens urbanas e à preservação em face das novas demandas para a cidade, como verticalizações para atender à maior quantidade de busca por serviços na região central por exemplo, buscando um planejamento urbano adequado.

A problemática de que o tombamento, como instrumento aplicado em busca da preservação de um bem dado por seu valor patrimonial, muitas vezes não consegue atender ao caráter dinâmico dos centros urbanos, permite a reflexão sobre a inserção do HUL como uma importante ferramenta para a compreensão das dinâmicas que ocorrem

nos ambientes urbanos decorrentes do crescimento e do desenvolvimento das cidades, considerando e garantindo uma qualidade da paisagem urbana sem, no entanto, desrespeitar seu caráter histórico do ambiente construído e seus traçados, o que não vem ocorrendo com as intervenções, implantações e normativas urbanas, acarretando assim, na perda da identidade cultural da cidade, no geral. Em Cataguases, assim como em outras diversas cidades brasileiras, o crescimento urbano ocorrido a partir do século XIX com o avanço das tecnologias que incentivaram a população a sair do meio rural e ocupar a cidade, resultou num crescimento desordenado, com legislações urbanas frágeis que, muitas vezes, não conseguem manter a ordem do que pré-existe e do novo a ser implantado, conduzindo ao caos urbano e à perda de grande parte do Patrimônio Cultural da cidade.

A metodologia utilizada para a leitura da Paisagem Urbana Histórica de Cataguases se deu através da leitura de Besse (2014) com seu livro “O gosto do mundo: Exercícios da Paisagem”, onde o autor explana sobre as “cinco portas” de leitura da paisagem ou as cinco formas de se perceber a paisagem urbana. As cinco portas de Besse (2014) foi abordada nesta dissertação como uma maneira de leitura do HUL em Cataguases, buscando, assim, a compreensão da cidade através de diferentes percepções que vão desde o olhar da paisagem sobre a arte até as experiências projetuais de espaços públicos.

A leitura da paisagem a partir do olhar paisagístico que Besse (2014) propõe, permite questionar sobre a relação entre esta leitura com as transformações que se fazem essenciais para garantir o desenvolvimento e planejamento urbano em Cataguases, sem denegrir a historicidade de sua paisagem. Assim, partir desta leitura e da sua compreensão, se faz possível, relacionar com Bandarin e van Oers (2014) em “*El Paisaje Urbano Histórico: La gestión del patrimonio en un siglo urbano*”, buscando a gestão do HUL em Cataguases de forma a contribuir com estudos na construção de abordagens que mantenham respeito ao seu patrimônio e às suas dinâmicas urbanas.

Para isso, este trabalho foi dividido em três capítulos. No capítulo 1, aborda a fundamentação percorrendo a trajetória do conceito de paisagem até a necessidade de criação de uma abordagem específica para as paisagens de caráter urbano, surgindo assim a Paisagem História Urbana como um desdobramento das paisagens culturais. Este capítulo permite uma compreensão sobre o conceito, que justifica a escolha do

instrumento da Paisagem Urbana Histórica para trabalhar a leitura da paisagem em Cataguases.

O capítulo 2 apresenta o município de Cataguases, como objeto de estudo da estratégia, assim como a conformação de sua paisagem urbana. Evidencia a trajetória da ocupação urbana da cidade desde sua origem, no século XIX, até os dias de hoje, através de levantamento documental, iconográfico, cartográfico e oral. Busca-se a compreensão do surgimento e consolidação do Patrimônio Cultural que a cidade possui e a relação intrínseca entre sua paisagem e este Patrimônio Cultural. A compreensão da formação da cidade e dos substratos que conformam sua paisagem, juntamente com a análise das normativas e legislações que regem o patrimônio da cidade, permitiram a delimitação de uma área entendida como a Paisagem Urbana Histórica de Cataguases.

Por fim, no capítulo 3, busca-se analisar a Paisagem Urbana Histórica de Cataguases, com um olhar paisagístico, apresentado por Besse (2014). Sabe-se ainda que, às novas necessidades não podem impedir o desenvolvimento e renovação das cidades, entretanto, é necessária uma coordenação, visando o crescimento equilibrado, onde o interesse privado e econômico não sobressaia sobre o interesse público e social.

## 1. Paisagens: conceitos e abordagens

Este capítulo busca, através de um estudo sobre o termo paisagem, suas percepções e ramificações, trabalhar com a abordagem de Paisagem Urbana Histórica, aumentando a compreensão sobre o assunto e, assim, fomentando as discussões sobre a conservação das paisagens urbanas, afim de garantir a manutenção da pré-existência sem abrir mão do novo. Considerando o entendimento das conceituações e terminologias relacionadas às paisagens, percebe-se a multiplicidade da palavra e o papel fundamental de uma paisagem urbana na construção da história e identidade de uma cidade.

A conservação urbana que, segundo Zanchetti e Lapa (2012) teve início no urbanismo progressista italiano, na década de 1960, surgiu como uma política visando a eficiência administrativa, justiça social e participação popular. A partir da década de 1990, a conservação urbana integrada passou a ser inserida na leitura de espaços urbanos e como suporte para ações de planejamento urbano, *“representou um retorno a concepções abrangentes do planejamento urbano, em escala territorial, e à relação território/cidade, tendo como elemento central de organização o ambiente, nas acepções de natural e construído”* (ZANCHETTI; LAPA, 2012, p. 20).

Desta maneira, inicia-se com um percurso sobre os diferentes conceitos que a paisagem absorve, desde as origens ocidentais, através da geografia cultural, até os dias atuais, buscando a preservação do patrimônio cultural e desenvolvimento urbano, em busca de uma adequada forma de leitura da paisagem. A leitura das paisagens é um mecanismo importante para que se possa alcançar a compreensão sobre sua formação no contexto urbano e, assim, executar uma gestão coerente, sem subestimar uma paisagem em detrimento de outra e, ao mesmo tempo, sem superestimar determinadas áreas, como por exemplo ocorre nos casos dos “centros históricos” em relação às demais áreas de uma cidade.

Após a revisão bibliográfica feita com autores que discutem a temática, busca-se o entendimento dos termos, principalmente, na área da arquitetura e urbanismo, chegando à decisão de trabalhar com a Paisagem Urbana Histórica como tema central. Assim, há a apresentação do objeto de estudo desta dissertação, a cidade de

Cataguases, em Minas Gerais, primeiramente em macro escala por meio de seu desenvolvimento urbano espacial e social e, por fim, será através do recorte em sua paisagem urbana, o qual se faz através da área delimitada pelo Plano Diretor Participativo (PDP), de 2006, como Zona de Proteção Cultural (ZPC). Esta área abrange todo o perímetro de tombamento desenhado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), assim como as ditas “lacunas” que o tombamento deixou, onde o contexto será analisado sob um olhar paisagístico, considerando a cultura e patrimônio histórico presente na cidade.

### 1.1. Paisagem sob diferentes campos e conceitos

O entendimento sobre a paisagem é uma mistura de sentidos e experiências, muito além de sua forma física. A paisagem deve, por si só, ser compreendida como um todo, o entendimento de paisagem como uma parcela ou pelas particularidades não corresponde ao verdadeiro entendimento de sua essência, ou seja, “*a nossa consciência tem de ter, para além dos elementos, um novo todo, unitário, não ligado aos significados particulares de cada um, nem composto mecanicamente por eles – só isto é a paisagem*” (SIMMEL, 2013, p. 42). Segundo Assunto (2013), a definição de paisagem relaciona-se com a definição de “forma” ou “matéria” que compõe um ambiente.

Ou melhor, se quisermos ser mais precisos, “paisagem” é a “forma” na qual se exprime a unidade sintética a priori (no sentido kantiano: não a “unificação” de dados recebidos separadamente, mas a “unidade” necessária que condiciona o seu apresentar-se na consciência) da “matéria (território)” e do “conteúdo-ou-função (ambiente)” (ASSUNTO, 2013, p. 128).

Berque (2013) afirma que a paisagem é uma relação particular com o ambiente que surgiu com qualidades exclusivas e que, por isto, não pode ser aplicada em todos os tempos e culturas. A compreensão de uma paisagem acontece na relação do homem com o meio natural, seja físico, simbólico ou material e imaterial. Para Roger (1994) a palavra paisagem transcorre de uma dialética provinda da relação com a arte, na qual ela se manifesta inicialmente, já que a natureza é indefinida e recebe suas definições da arte.

A arte é uma condição *sine qua non* para a manifestação da ideia de paisagem [...]. À neutralidade da nudez, ele relaciona a neutralidade do país, que, em si, é o “grau zero” da paisagem. E opera com a dupla artialização: nu-nudez (in *visu*, indireta ou pelo olhar) e país-paisagem (in *situ*, direta ou sobre o terreno), seja

esta livre, a partir de um quadro ou livro, seja aderente, a partir de um jardim, por exemplo (ROGER, 1994, p. 114).

A noção de paisagem segundo a abordagem dos mais variados autores, sempre traz uma referência entre as relações entre o homem e a natureza ou o ambiente em que se encontra, de acordo com os tempos e culturas. Conforme Alves (2001) a palavra paisagem, no ocidente, tem sua origem relacionada ao desenvolvimento da pintura que, como também afirma Pinto (2003), não se faz por um elemento puramente natural, mas sim, uma construção intelectual relacionada com expressões culturais tradicionais; é algo que pode ser visto, entretanto não pode ser tocado. O vocábulo surgiu, aproximadamente, entre os séculos XIV e XV e representava uma nova relação entre o homem e o meio ambiente ao qual ele pertencia.

[...] representando a continuidade entre a natureza e os olhos do espírito, como comovente articulação entre imagem e pensamento, capaz de provocar sedução ou repulsa imediatas.

É bem mais do que curiosidade topográfica, porquanto representa a reflexão não metafísica sobre a passagem humana pela paisagem (PINTO, 2003, p. 103).

Besse (2014) confirma que a criação histórica da paisagem está relacionada com a invenção da pintura em quadros renascentistas, assim como no quadro propriamente dito com a invenção da “janela”. A paisagem que, inicialmente só existia de forma artificial como complementos de quadros, passou a pressupor a existência de espaços públicos e de cultura, como apêndice ao plano externo:

[...] a paisagem seria, portanto, o mundo tal como é visto desde uma janela, seja essa janela apenas parte do quadro, ou confundida com o próprio quadro com um todo. A paisagem seria uma vista emoldurada e, em todo caso, uma invenção artística. [...] “É o retângulo da janela”, acrescenta [Stoichita], “que transforma o lado de fora em paisagem” [...]. (BESSE, 2014, p. 15)

A paisagem é formada por uma realidade concreta, a qual é revelada por sua materialidade, ou seja, “*a natureza física terrestre sobre a qual se processam as ações humanas*”, (BEZERRA, 2017, p. 34), como também, por um conjunto de objetos que se relacionam entre si, logo, se tornam interdependentes, conformando num sistema ou uma unidade complexa.

O termo, durante quase dois séculos não foi relacionado com aspectos geográficos e sim como “produto da arte”, representado em tela (figura 01) por um acontecimento de uma dada realidade (ALVES, 2001). É um conjunto de formas naturais

e artificiais que se conjugam sempre de maneira heterogênea, já que não há possibilidade de ocorrência homogênea em qualquer parte da natureza, assim, a vida em sociedade requer uma forma múltipla de funções, sendo que, quanto mais complexa, maior número de funções ela é capaz de carregar, tornando-se assim, mais distante da ideia de natural e mais próxima de uma paisagem artificial (PINTO, 2003).

Figura 01 - Tela renascentista Chamado dos Apóstolos, Domenico Ghirlandaio, 1481



Fonte: <https://hav320142.wordpress.com/2014/11/28/a-relacao-homem-natureza-ao-longo-do-tempo-e-as-atuais-pinturas-de-paisagem/>. Acesso em: janeiro/2019.

O alcance visual momentâneo ou constante é o que define a paisagem em sua essência. Sua base inteira ou em partes passam por natureza constituída pela paisagem, representando uma peculiaridade, um caráter único e singular a unidade indivisível da natureza. “*Olhar como uma paisagem um pedaço de chão com o que ele comporta, é considerar um extrato de natureza, por sua vez, como uma unidade - o que se distancia completamente da noção de natureza*” (SIMMEL, 1996, p. 15). A visão fenomenológica das relações entre o homem e o objeto, segundo a percepção de Sokolowski (2004) trata que o objeto e, neste caso, a paisagem, não apenas existe, mas se manifesta como realmente é, tornando-se única no espaço.

A condição afirmada acima é o protótipo do qual o homem modela os fenômenos afim de integrá-los à categoria da paisagem, como uma percepção humana de que tal objeto se forma através de uma unidade, na qual ela é autossuficiente, relacionada à limites inexistentes, ao sentimento ou acomodada no todo da natureza. Fenomenologicamente, os sujeito reconhece a paisagem, pois parte-se do pressuposto de que o homem constituí a realidade, que é única do homem, o qual a observa (NASCIMENTO; COSTA, 2016).

Esta natureza é fragmentada pelo olhar humano em unidades individuais com particularidades e passam a ser reconhecidas como paisagens. Estas paisagens só se permitem serem lidas como um todo, o qual ao ser lido pode-se constituir por apenas uma paisagem ou partes de outras paisagens, permitindo assim, sobreposições (SIMMEL, 1996).

Abordando o termo através de um olhar ao ecúmeno<sup>3</sup>, como faz Berque (2013) toda paisagem se torna, obrigatoriamente cultural, contudo, este fato não se aprofunda numa objetividade material de onde provém primeiro do meio físico e depois, o ecúmeno a partir do ser humano vivo, tendo na história a especificação da evolução. O ecúmeno é representado pela natureza e pelos seres humanos, sendo ampliado e compreendendo uma totalidade, esta, não consegue ser entendida como a soma de partes (naturais e humanas), mas sim como uma unidade onde cada elemento compõe o todo e este se forma de maneira estruturada (BEZERRA, 2017).

Toda paisagem tem uma identidade fundamentada na forma como é reconhecível, nos limites e nas relações gerais com outras paisagens constituindo um amplo sistema. As percepções humanas, são formas de reconhecimento de uma paisagem e estão, muitas vezes, intrinsecamente relacionadas à memória de quem as têm ou também as experiências vividas no momento da percepção, tais percepções podem se fazer de forma individual, através de memórias e experiências individuais, como também, de forma social, conformado por memórias e experiências coletivas, não existindo uma regra para tal (SAUER, 1925).

Blanc-Parnard e Raison (1986), afirmaram que Sauer (1925) desenvolveu o conceito de paisagem cultural por descrevê-la como uma paisagem natural valorizada por atividades antrópicas e acarretando em consequências, tidas como culturais. O desenvolvimento do conceito de Paisagem Cultural dada através das relações entre a natureza e o homem, transformou toda a discussão acerca do tema, ao colocar a cultura humana no mesmo nível da natureza na conformação da paisagem, como um organismo completo.

Ruskin (1925) assegura que a presença humana na paisagem é o que garante o caráter de *memoração* da mesma, principalmente através da arquitetura, capaz de a

---

<sup>3</sup> Segundo o dicionário online de português, o significado de “ecúmeno” é “o todo em oposição às suas partes”. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/ecumeno/>>. Acesso em: janeiro de 2019.

tornar extraordinária, diferenciando e tornando especial a paisagem. Assim como Ruskin (1925), Besse (2014) cita Lowenthal (2008) numa passagem de “*Passage du temps sur le paysage*”, onde o autor caracteriza a paisagem não somente como um lugar presente, mas também como um lugar de memória e que, tanto nestes lugares quanto nas pessoas que os vivenciam, o olhar da mente percebe-se um palimpsesto baseado em todas as experiências passadas assim como as atuais sobre a história da paisagem.

Corbin (1989) discorre que, a partir do século XVIII, a contemplação da paisagem provocava a cura de males físicos causados pelas transformações políticas e sociais que ocorriam na Europa, no período, em decorrência da crescente urbanização que refletiu no aumento de doenças e más condições de moradias e fez com que a busca pela paisagem diversificada, pelo mar e o que eram capazes de induzir fossem, também, capazes de curar doenças físicas e mentais. A relação entre a paisagem e o homem era dada como uma relação de expectador e o evento a ser apreciado.

O mar indomável, infinitamente fecundo, sobretudo nas regiões de setentrão, é capaz de proporcionar a energia vital, com a condição de que o homem saiba dominar o terror que ele inspira. Em suas praias encontrará o apetite, o sono, o esquecimento de suas preocupações. O frio, o sal, o choque provocado sobre o diafragma pela imersão brutal, o espetáculo de uma gente saudável, vigorosa, fértil até idade avançada, a variedade da paisagem, tudo isso ajudará a curar o doente crônico (CORBIN, 1989, p.74).

A partir do século XIX, integrado ao nacionalismo deste século, a discussão sobre paisagem passou a ser inserida no contexto da geografia, como ciência a ser entendida e estudada. Neste momento a paisagem começou a ser relacionada como forma de entender as relações sociais e naturais num determinado espaço, representando a cultura e identidade de uma sociedade (CUSTÓDIO, 2014). Como a Corbin (1989) relata acima, a paisagem [e, especificamente, a paisagem litorânea] e todas as suas variedades, são capazes de curar os males do corpo.

Para Ribeiro (2007) a definição da paisagem como conceito formal da geografia moderna surgiu no final do século XIX e início do XX, na Alemanha, através da geografia cultural que, basicamente, se estudava as produções do homem no ambiente natural, quase que exclusivamente, tratava das dimensões materiais das atividades humanas e as marcas deixadas por eles na paisagem (Deffontaines, 1948), os alemães, assim, traduziram o conhecimento da paisagem ou das terras como *Landschaftskunde* ou

*Länderkunde* (SAUER, 1925). Roger (1994) aborda a palavra segundo a dualidade trazida pelos diferentes significados de acordo com as diversas línguas ocidentais.

Land-landscape em inglês, land-landschaft em alemão, landschap em holandês, landskap em sueco, landskal em dinamarquês, país-paisaje em espanhol, paese-paesaggio em italiano, mas também, em grego moderno, topos-topio, onde, de novo, um elemento comum associa os dois termos (ROGER, 1994, p. 115).

A natureza é indefinida e recebe suas determinações da arte, assim, “*uma terra só se torna uma paisagem sob a condição de uma paisagem, e isto, segundo as duas modalidades, móvel (in visu) e aderente (in situ), da artialização.*” (ROGER, 2013, p. 157-158). Para Veras (2017), o processo de mutação da natureza à paisagem, através da arte, que busca as razões na cultura e na sociedade, é o que Roger (2013) chama de “artialização”, o que vem seguido de uma dialética que é o método de apreensão, diretamente, chamada de “*in visu*” e por meio de representações artísticas, de forma indireta, chamada de “*in situ*”.

A terra é, de certo modo, o grau zero da paisagem, aquilo que precede a sua artialização, seja ela directa (*in situ*) ou indirecta (*in visu*). Eis o que nos ensina a história, mas as nossas paisagens tornaram-se tão familiares, tão “naturais”, que nos acostumámos a acreditar que a sua beleza era evidente; e é aos artistas que compete recordar-nos esta verdade primeira, mas esquecida: que uma terra não é, imediatamente, uma paisagem, e que há, de uma à outra, toda a elaboração da arte. Eis portanto a “dupla artialização”: Terra/Paisagem, *in situ/in visu* (ROGER, 2013, p. 157-158)

Roger (2013) trabalha com os termos “terra” e “*païs*” como “paisagem”, focando na matéria física. A artialização é, exatamente, a transformação do *pays*, ou seja, da natureza em seu “grau zero”, em *paysage* (VERAS, 2017). Assim, Veras (2017) ainda cita Roger (1997) ao afirmar que uma paisagem nunca é uma realidade natural, sempre é uma criação cultural.

Bertrand (1968), geógrafo francês, apesar de confirmar a teoria de que o termo “paisagem” seria impreciso e por isso, usado muitas vezes sem qualquer critério, aponta que ele não seria apenas a união de elementos geográficos, mas sim, a combinação instável de todos os elementos físicos, biológicos e antrópicos, dando à paisagem um carácter não só natural, mas totalmente gerado a partir de inquietações humanas. Ainda afirma que as diversas formas de abordagem podem ser por questões teóricas e

metodológicas, através de análises e classificações das paisagens, que depende, diretamente, do interesse, formação e objetivos do observador ou pesquisador, o que acarreta, conseqüentemente, em diversos conceitos para o termo. A matéria-prima da paisagem, fornecida pela natureza é imensamente diversificada e, varia de caso para caso, assim como os pontos de vista e as formas que apreendem os elementos numa impressão de unidade (SIMMEL, 2013).

A análise da paisagem pode privilegiar aspectos da fisionomia, dinâmica e ecologia, individualmente ou em conjunto e a escala de análise utilizada permite apreciar ou impor limites, tanto da própria análise quanto do mapeamento (MAXIMIANO, 2004). Para Corbin (1989) essa diversidade existente em relação as definições do termo paisagem podem ser esclarecidas pelas visões de quem as apreende, como indissociáveis das práticas que as envolvem. Sua conformação está intrinsecamente ligada às formas de vivenciar. Assim, a forma de análise de Corbin afirma que as percepções da paisagem são resultantes das construções humanas através da forma como cada paisagem é vivida pelo observador (OLENDER, 2017).

Para Besse (2014) a paisagem oferece um tipo de “morfologia dinâmica” ou “totalidade atravessada por dialéticas internas e externas” que, a partir de suas texturas, formas, fluxos, matérias e funções, conformam a sua realidade ou seu sistema paisagístico.

Embora não dependendo unicamente do humano, a paisagem deve ser compreendida como “[...] o ponto de encontro entre as decisões humanas e o conjunto das condições materiais (naturais, sociais, históricas, espaciais, etc.) nas quais surge e tenta formular-se” (BESSE, 2014, p. 45).

A delimitação visual, a base ou as partes singulares, tidas como natureza, são essenciais para a paisagem. Estas exigem a existência de um caráter visual e estético, indivisível da natureza (SIMMEL, 2013). A noção de paisagem vai além da visão estética e visual, abarcando a representação cultural da sociedade em que está inserida, de forma coletiva e/ou individual, entretanto sem deixar o ponto de vista estético, que é parte complementar da construção paisagística que também compreende questões econômicas, religiosas, antropológicas, filosóficas, técnico-científicas, políticas entre outras. “*Elas podem, é claro, ser estéticas, mas, nesse caso, a própria estética é questionada do ponto de vista do seu valor ou da sua função dentro da cultura.*” (BESSE, 2014, p. 18-19).

Segundo Maximiano (2004), o século XX foi de grandes avanços nas pesquisas sobre a paisagem, desde de Sauer (1925) com suas ideias de estruturas da paisagem, passando por Troll (1930) com a ecologia da paisagem, associando a perspectiva horizontal da geografia com a perspectiva vertical da ecologia até Sotchava, na década de 1960, com a criação dos ecossistemas e as diferenciações das classes da paisagem. Todos estes estudos, aliados à historicidade e a cultura de cada tempo e cada lugar, se tornaram fundamentais para a consolidação do que se entende hoje como definição de paisagem, como formas de pesquisa sobre as paisagens ou como tipos de abordagens de uma paisagem.

A partir dos estudos sobre o tema, assegura-se que apesar de contextos variados, determinados aspectos não podem ser deixados de lado quando se trata da paisagem, seja como objeto de pesquisa ou como ferramentas de estudo, tais como o aspecto visual, a complexidade de interrelações entre componentes físicos e culturais, a possibilidade de execução de cartografias das paisagens, a escala, as diferentes tipologias para classificação de uma mesma paisagem em unidades distintas hétero ou homogêneas, os diversos arranjos ecológicos – vegetação, clima ou cultura, o caráter dinâmico, a possibilidade de análise através de elementos, da estrutura e/ou funcionamento da paisagem.

Metodologicamente, conforme Besse (2014), a ampliação da abordagem da paisagem dentro de variadas disciplinas, tais como, geografia, antropologia, arquitetura, urbanismo, biologia, por exemplo, não representa um questionamento da própria noção de paisagem como figura relacionada a origem humana. O tratamento da paisagem como iconográfico, representa uma concepção estética quanto uma concepção cultural mais abrangente, com diferentes símbolos a serem decifrados.

De acordo com o objeto de interesse desta dissertação, a paisagem pode ser resultante de interações entre elementos naturais e antrópicos, no espaço. Tais elementos se organizam de forma dinâmica, divergente ou semelhantes, resultando em formas e condições também dinâmicas, divergentes ou semelhantes, permitindo uma classificação, agrupamentos e arranjos similares. Assim, a paisagem não é o mesmo que o espaço geográfico, entretanto ela pode ser vista como uma manifestação desse espaço, já que a mesma pode ser interpretada como uma medida multidimensional de compreensão do lugar (MAXIAMIANO, 2002). A paisagem é composta por uma articulação entre natureza com seus dados e sociedade através dos projetos humanos.

“Nesse sentido, deve ser entendida como uma totalidade específica que não se limita aos elementos naturais e humanos cujas combinações a constituem” (BESSE, 2014, p. 40).

A trajetória, já demonstrada, sobre as definições da paisagem trazem um percurso inicial entorno da visão estética e de contemplação que se faziam únicas e, atualmente, a questão visual e a beleza se interagem com as ciências e com a sociedade, conformando em uma disciplina passível de ser pesquisada e compreendida em busca da melhor apreensão da sociedade que nela habita. Contudo, segundo Besse (2014), toda paisagem é cultural e essa característica está intrinsecamente relacionada ao fato de que toda paisagem é produzida dentro de um conjunto de práticas e valores, os quais, ela representa.

A paisagem é sempre uma expressão humana, individual ou coletiva, a qual pode ser representada em tela, como quadros ou no solo, como as cidades. Não é superficial, é essencial à existência da sociedade. A “motivação paisageira” (*motivation paysagère*) é uma motivação social ou física (BERQUE, 2013). Assim, a relação entre paisagens e sociedades resultam num caráter dinâmico à paisagem, que se transforma todo o tempo, sendo capaz de conferir avanços, principalmente em relação às novas formas de abordagem das paisagens e demonstrando o reconhecimento da necessidade de proteção, com a viabilização e identificação de alguns elementos tidos como essenciais para sua configuração, além da inclusão, na conceituação da paisagem, do caráter subjetivo, social, histórico, cultural e comum em sua composição (CUSTÓDIO, 2014).

Para Silva (2014) as transformações sociais recorrem à diversas formas de se pensar a paisagem. As sociedades antepassadas construíam suas próprias maneiras de se observar as paisagens, de se percebê-las e de criá-las, maneiras estas que, ao passar dos anos foram se transformando e se modificando e, as sociedades atuais, conduzem a percepção e a forma de criação de suas paisagens de maneira diferentes das antigas, refletindo em diferentes camadas que se sobrepõem, de palimpsestos.

As diferenças entre os rituais de propriedade de um mesmo espaço convergem para suas diferentes utilidades, sejam elas sociais, econômicas, políticas ou de lazer, as quais podem coexistir entre elas. A diversidade entre os interesses e os padrões de utilidade decorrem numa ampla capacidade de leitura dos espaços, principalmente a partir de celebrações culturais marcadas no território, tornando-se símbolo da sociedade a qual usufrui, como afirma Conan (1994):

A paisagem é um símbolo do grupo que se torna coeso ao apropriar-se, mediante formas de experiência ritualizadas, de um lugar que lhe assinala uma identidade esquemática, e o valor que lhe é atribuído é um símbolo dos ideais coletivos do grupo. Por sua materialidade, pelo valor de representação e pelo sentido que lhe é adicionado, ele constitui um emblema do grupo (CONAN, 1994, p. 37-38).

A paisagem como emblema, segundo Conan (1994), retrata a sociedade a qual usufrui de tal paisagem até sua exploração científica ou ecológica, entre outras maneiras de apreciação. Uma paisagem carrega consigo a reprodução dos valores de uma sociedade, indo além da questão de espacialidade, ela representa a história e a atualidade, se tornando de interesse para diversas gerações, abrangendo três diferentes perspectivas, o passado, o presente e o futuro.

Desta forma surge o que conhecemos sobre o caráter das cidades que, por meio de adaptações das várias paisagens urbanas que vão aparecendo, se moldando e, às vezes, se sobrepondo umas às outras. Aymonino (1981) afirma que o significado das cidades através de um ponto de vista arquitetônico não representa um fato, exclusivamente, estético ou funcional e sim diversos fenômenos relacionados às necessidades urbanas a partir da inclusão de elementos e símbolos, identificando, neste momento, uma das características urbanas, a qual conforma o mais intenso significado das cidades, a partir da arquitetura e urbanismo. A paisagem se torna o mundo no qual vivemos, fabricada e habitada por uma sociedade, permanecendo em constante transformação (BESSE, 2014).

A cidade, segundo Bezerra (2017), como realidade material se apresenta como local de processos naturais e humanos, construindo uma rede complexa e unitária, a qual representa a diversificada rede de relações estabelecidas entre o meio físico, natural e o de produção humana, construída num processo mútuo e dialético.

## **1.2. Paisagem Urbana Histórica como elemento de análise**

As cidades, assim como as paisagens, necessitam para seus entendimentos de uma percepção que ultrapassa a questão visual indo além e se relacionando com os demais sentidos juntamente com as experiências e conhecimentos do observador, remetendo ao elemento mais representativo da coletividade, o ambiente construído em que a sociedade usufrui (ROSSI, 2001). Para sua compreensão, é necessário entender

a relação do homem com a natureza, se fazendo de forma física e simbólica afirmando a composição material e imaterial das paisagens e das cidades.

Sobre o caráter imaterial das cidades, Nora (1993) discorre que a busca por lugares onde a memória é capaz de se cristalizar e de se manter está relacionada ao momento particular da história da sociedade, ocidental e capitalista do século XIX. Este momento é onde a consciência de uma ruptura com o passado se confunde com um sentimento de memória desfeita, entretanto, esta perda é capaz de despertar a necessidade de demarcar a memória ou o sentimento de continuidade, tornando-se indissociável aos locais e fazendo surgir os lugares de memória. A cidade com suas camadas históricas, suas Paisagens Urbanas Históricas são potencialmente capazes de conformar lugares de memória.

As paisagens, segundo a UNESCO (2010) também existem nas memórias e nas imaginações das pessoas e estão diretamente relacionadas aos nomes de lugares, mitos, rituais, festividades e ao folclore de uma sociedade. Na mente das pessoas, dificilmente há uma distinção entre o que é tangível e o que é intangível numa paisagem, transcendendo a questão visual e criando “mapas mentais” dos lugares, assim, as paisagens culturais podem ser repositórios de memória coletiva.

A paisagem se constrói como um importante elemento do patrimônio cultural e natural, contribuindo para a identidade do local e desempenhando um diversificado papel em diferentes áreas (UNESCO, 2000). A degradação das áreas urbanas trouxe um olhar sobre suas paisagens, como reconhecimento da sua importância para a qualidade de vida da sociedade, a qual usufrui de tal área. Assim, os instrumentos de planejamento embora demonstrem interesse, nem sempre são eficazes para atender às demandas, a realidade teórica é diferente da realidade prática do que acontece nas dinâmicas das cidades (UNESCO, 2010). Muitas vezes a implementação de instrumentos que, na teoria, se fazem eficazes, na prática, em determinada realidade, não se mostra efetivo para a preservação do patrimônio e da paisagem, mostrando um caráter controverso entre teoria e prática.

Das políticas atuais de preservação do patrimônio cultural, a conservação urbana representa um dos maiores avanços e contempla grandes discussões. Este fato se deu, principalmente, desde que as “cidades históricas” ganharam uma relevância significativa para a compreensão da cultura moderna, devido a qualidade de seu ambiente construído,

a manutenção do senso de lugar, a concentração de eventos históricos e artísticos que conformam a base da identidade social do local e a valorização do turismo em centros históricos no último século (BANDARIN, 2011).

No contexto de Cataguases, observa-se o início da ocupação dado por aberturas de matas da Zona da Mata, em Minas Gerais, marcando a origem das relações entre homem e natureza e, a inserção da cultura dos bandeirantes na região, juntamente com a cultura indígena pré-existente, pela construção do pequeno arraial que, posteriormente, viraria o município, marcadamente por um traçado orgânico, direcionado inicialmente pelos limites naturais, como hidrografia e relevo e complementado por arquiteturas ecléticas e modernistas (ROSSIN, 2016).

Com o passar do tempo e as mudanças nas formas de se viver, Cataguases acumulou diferentes características na paisagem urbana, entretanto, tal acúmulo nem sempre se deu de maneira homogênea e uniforme, acarretando em diferentes símbolos. Estas diferenças se instalam nas cidades, ao longo dos anos e passam por mudanças de acordo com as necessidades da população, influenciando a conformação da paisagem urbana da cidade.

A historicidade trabalha também o acúmulo dos períodos morfológicos, ampliando a força da cultura e da sociedade na história da cidade e formando palimpsestos que, ao trabalhar conjuntamente se tornam primordiais para a compreensão da paisagem urbana (CONZEN *apud* PEREIRA COSTA e GIMMLER NETTO, 2015).

O conceito de palimpsesto é caracterizado pela sobreposição de camadas históricas que se acumulam no mesmo espaço físico.

M.R.G. Conzen explica que em termos espaciais a historicidade se manifesta sob a forma heterogênea na paisagem urbana e que essa é mais perceptível nas áreas centrais, já que o centro histórico possui a maior incidência de fatos ocorridos (CONZEN *apud* PEREIRA COSTA e GIMMLER NETTO, 2015, p.65).

Até a década de 1970 o termo paisagem já era encontrado em alguns documentos que se referiam ao patrimônio, principalmente em conferências e encontros internacionais. Segundo Sá Carneiro e Silva (2012), entre 1962 e 1995, a valorização da paisagem sofreu uma forte ampliação, principalmente através de termos como *entorno*, *ambiência*, *circunvizinhança*, *vizinhança* ou *arredores*. A paisagem começa, nesse momento, ora a ser o próprio objeto de estudo, ora ser o embasamento para o monumento ou bem a ser estudado. Em 1962, através da Recomendação Paris de

Paisagens e Sítio houve uma inserção, ainda que estética e visual das paisagens, gerada pelas perdas ocorridas durante as Grandes Guerras:

Considerando que em todas as épocas o homem algumas vezes submeteu a beleza e o caráter das paisagens e dos sítios que fazem parte do quadro natural de sua vida a atentados que empobreceram o patrimônio cultural, estético e até mesmo vital de regiões inteiras, em todas as partes do mundo,

Considerando que, ao cultivar novas terras, desenvolver por vezes desordenadamente os centros urbanos, executar grandes obras e realizar vastos planejamentos físicos territoriais e instalações de equipamento industrial e comercial, as civilizações modernas aceleraram esse fenômeno que, até o século passado havia sido relativamente lento, (...)

Para efeitos da presente recomendação, entende-se por salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios a preservação e, quando possível, a restituição do aspecto das paisagens e sítios, naturais, rurais ou urbanos, devido à natureza ou obra do homem, que apresentam um interesse cultural ou estético, ou que constituem meios naturais característicos (CURY, 2000, p. 81-83).

Em 1972, a Convenção sobre a Salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural instituiu três tipos de bens referentes ao patrimônio cultural, os monumentos, os conjuntos e os sítios e três tipos referentes ao patrimônio natural, os monumentos naturais, as formações geológicas e fisiográficas e os sítios naturais (CURY, 2000). Assim, os sítios culturais, evoluíram para paisagens culturais, pela associação das características naturais com as interferências antrópicas. A Convenção Mundial (1972) teve um papel decisivo na promoção da conservação urbana, conformando nas cidades históricas como a principal categoria de patrimônio da Lista de Patrimônio Mundial da UNESCO (UNESCO, 2010; BANDARIN, 2011).

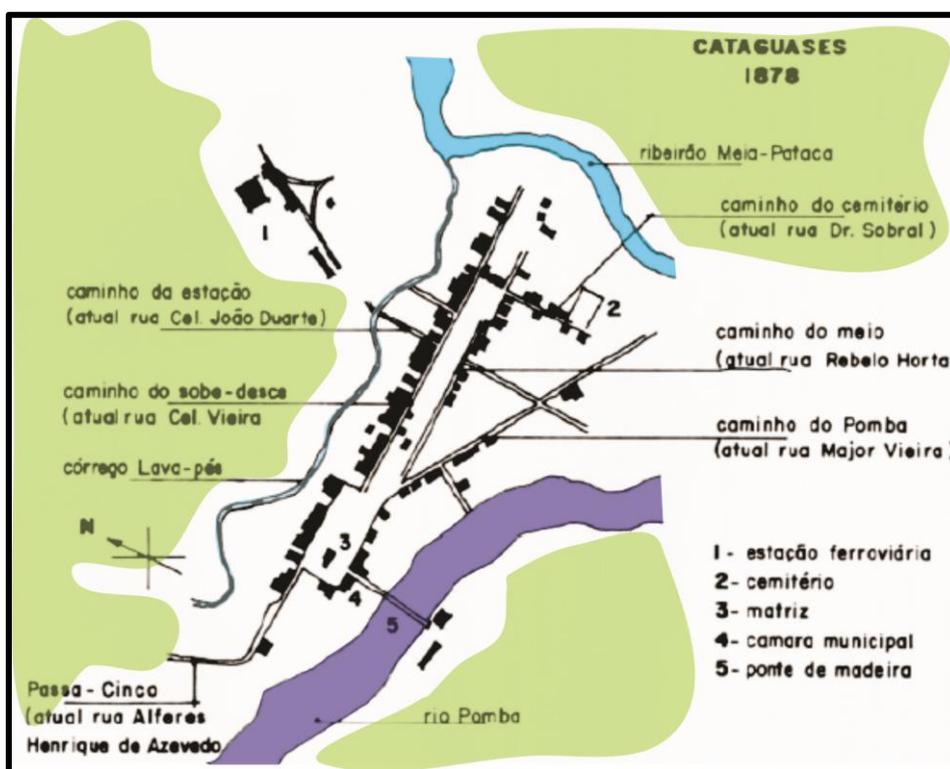
Para Fowler (2003) as paisagens culturais representam os frutos dos trabalhos entre natureza e homem, os quais demonstram a evolução da sociedade ao longo do tempo através da influência do meio físico e das “*forças sociais, econômicas e culturais, tanto internas quando externas*” (FOWLER, 2003, p.21). No Brasil, as paisagens culturais representam uma “*uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores*” (IPHAN, 2011, p. 2), o que demonstra a coerência com a descrição de paisagens culturais da Convenção da UNESCO de 1972.

Em Cataguases, desde a origem de sua ocupação, percebeu-se uma significativa influência de elementos naturais na conformação e delimitação do espaço urbano (figura 02). O relevo local não apresenta grandes desafios e a hidrografia se mostra abundante e, até limitadora, se tornando uma das maneiras de se interpretar a paisagem desta cidade.

Uma das maneiras de interpretar a paisagem urbana é observar as fases da evolução da ocupação urbana sobre os ecossistemas naturais águas ribeirinhas e marítimas, restinga manguezal e Mata Atlântica. Isso significa partir do sistema natural para entender a formação paulatina de uma paisagem urbana, ou seja, do todo para as partes (SÁ CARNEIRO; DUARTE; MARQUES, 2009, p.3).

A malha urbana da cidade pode ser compreendida, num primeiro momento, pelo direcionamento que o meio natural induzia. Elementos que funcionem como limites, podem ser, posteriormente, atravessados. Segundo LYNCH (2011, p.69) *estes limites são elementos lineares não considerados como ruas: são geralmente, mas nem sempre, as fronteiras entre dois tipos de áreas.*

Figura 02 - O traçado urbano de Cataguases em 1878



Fonte: Memória e Patrimônio Cultural de Cataguases, v.1, 1988 apud MELLO, 2014, pg. 83. Adaptado por Rossin, 2018.

A divisão entre natureza e cultura, exposta na Convenção da UNESCO (1972) refletia a ideia de que, para muitos estudiosos conservacionistas da natureza, quanto

menos interferência humana houvesse numa região, mais qualificada seria, assim como pensava muitos arquitetos, cientistas e historiadores que, movimentos, estruturas, prédios e ruínas eram elementos isolados e não deveriam ser analisados em forma conjunta com o ambiente em que se implantavam (FOWLER, 2003).

Através da Recomendação de Nairóbi (1976), sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e Sua Função na Vida Contemporânea, a UNESCO definiu que se trataria como um conjunto histórico todo agrupamento de construções de caráter humano, desde o ambiente urbano até o rural, cuja a coesão e valor sejam reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, histórico, estético ou sociocultural e dentre estes conjuntos, destacam-se cidades históricas e bairros urbanos antigos, entre outros. Neste documento, também se definiu o sentido de “ambiência” e “salvaguarda” desta abordagem, da seguinte forma:

Entende-se por “ambiência” dos conjuntos históricos ou tradicionais, o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais.

Entende-se por “salvaguarda” a identificação, a proteção, a conservação, a restauração, a reabilitação, a manutenção e a revitalização dos conjuntos históricos ou tradicionais e de seu entorno (CURY, 2000, p. 220).

A integridade dos centros históricos está, constantemente sob influência da globalização e as novas demandas do desenvolvimento. Assim, conforme Bandarin (2011), enquanto algumas cidades crescem de forma exponencial, outras estão encolhendo e passando por forte reestruturação. Problemas e atritos gerados através destas modificações são resolvidos com estratégias urbanas que visam o planejamento e o desenvolvimento sustentável.

As paisagens históricas de centros e bairros urbanos ganharam visibilidade e atenção quanto às discussões para a salvaguarda de suas ambiências e entornos. Na década de 1990, a UNESCO estabeleceu três classes para as paisagens culturais. As paisagens claramente definidas, imaginadas e criadas pelo homem, tais como jardins ou parques, as paisagens essencialmente evolutivas, geradas a partir de uma exigência social, econômica, administrativa ou religiosa, cuja a forma atual é dada a partir de uma associação e em resposta ao seu ambiente natural, e a paisagem associativa, onde a existência é relacionada à força de associação dos fenômenos religiosos, artísticos ou

culturais, impostos de forma mais prepotente que os traços culturais tangíveis (RIBEIRO, 2009 e SÁ CARNEIRO; SILVA, 2012).

Para Ribeiro (2009), a dualidade encontrada na forma como os sítios são selecionados, onde, de um lado a preocupação com os sítios naturais e de outro lado a luta pela conservação da natureza, refletindo na formação de políticas de proteção da paisagem, principalmente, nacionais, juntamente com a forma do predomínio em que tais seleções são feitas nas inscrições, prejudica a consolidação de outras formas de análise e outras abordagens dentro do contexto de paisagens naturais e ou culturais. A forma original com a qual a discussão sobre Paisagem Cultural foi gerada, há alguns séculos, na Alemanha, remetendo unicamente à paisagem alterada pela cultura do homem, ainda se faz de forma que sua abordagem não atinga significativamente seu potencial, ocasionando em restrições para inscrições de espaços urbanos dentro da categoria de paisagem, por exemplo, da UNESCO.

A noção das abordagens sobre as Paisagens Culturais, em 1992<sup>4</sup>, ampliou a discussão sobre o tema, entretanto manteve a restrição de tratamento em relação às paisagens culturais ou naturais no sentido estrito dos conceitos, sem levar em consideração abordagens mais amplas que tais termos poderiam vir a ter. As cidades não eram citadas em documentos relacionados às paisagens. Segundo Sá Carneiro e Silva (2012), diante da falta de parâmetros específicos que delimitassem as necessidades para a expansão vertical urbana, através da complexidade do conceito de paisagem visto até então, principalmente relacionados à história da paisagem urbana, intrinsecamente ligadas às associações de fenômenos religiosos, artísticos e culturais, mais até do que sobre as relações com aspectos tangíveis da cultura, algumas ações foram empreendidas de maneira a destruir o patrimônio cultural de diversas cidades no mundo.

Assim, a partir das discussões dadas num contexto de perdas urbanas, causadas pelas inserções de novas construções, falta de planejamento urbano estratégico, e outros, inicia-se uma formulação do sentido de Paisagem Urbana Histórica (*Historic Urban Landscape* ou *HUL*). De acordo com a UNESCO (2005), a Paisagem Urbana Histórica é complementada por expressões da evolução social, baseadas no local ao qual está inserida. É composta por elementos que definem suas características, desde a forma de uso da terra até detalhes construtivos urbanos, sendo capaz de adquirir um caráter

---

<sup>4</sup> Através da World Heritage Cultural Landscapes 1992-2002, World Caderno do Patrimônio Mundial nº 6, UNESCO, Centro do Patrimônio Mundial, Paris 2003, editado por Fowler, P. J.

excepcional e universal que abrange as condições do meio ambiente e os valores imateriais.

Ribeiro (2009) aponta que a Paisagem Urbana Histórica é uma tipologia da paisagem cultural e que dificuldades na relação às diferenciações de tipologias aconteciam simultaneamente quando os setores associados à preservação de centros históricos passaram a identificar de forma cada vez mais significativa a necessidade de abordagens mais amplas, a partir das questões que começaram a ser percebidas com novos planejamentos urbanos, principalmente, em cidades europeias milenares, integrando os centros históricos nas áreas urbanas nas quais eles estão inseridos e as práticas culturais sem que se comprometa a identidade e o caráter histórico de cada paisagem urbana que as compõem.

Tais questionamentos geraram uma nova conferência, sob gerenciamento da UNESCO, em Viena, no ano de 2005, se desdobrando no Memorando de Viena, o qual trata sobre a gestão da Paisagem Urbana Histórica, e a define da seguinte forma:

A Paisagem Urbana Histórica, baseada na “Recomendação da UNESCO relativa a salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea”, de 1976 [Recomendação de Nairóbi], se refere a conjuntos de qualquer grupo de edifícios, estruturas e espaços abertos em seu contexto natural e ecológico – o que inclui sítios arqueológicos e paleontológicos – que constituam assentamentos humanos em um ambiente urbano em um período considerável de tempo, cuja a coesão e valor sejam reconhecidos desde o ponto de vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, histórico, científico, estético, sociocultural ou ecológico. Esta paisagem conformou a sociedade moderna e resulta de grande valor para ajudarmos a compreender como vivemos hoje em dia.

A Paisagem Urbana Histórica está impregnada de elementos expressivos e processos de desenvolvimento próprios do lugar, tanto passado como atual. Está composta de elementos definidores do caráter que incluem usos e pautas de ocupação do solo, organização espacial, relações visuais, topografia e terreno, vegetação e todos os elementos da infraestrutura técnica, assim como objetos de pequena escala e detalhes de construção (calçamentos, pavimentação, sistemas de drenagem, iluminação etc.) (UNESCO, 2005, p. 2, tradução da autora).

Conforme afirma Sá Carneiro e Silva (2012) o documento de Viena (2005), foi elaborado como uma forma de abordagem integrada entre a arquitetura contemporânea, o desenvolvimento sustentável e a busca pela integridade da paisagem, através de

padrões históricos do ambiente construído e seu entorno, como forma de complementação de documentos patrimoniais anteriores, que também tratam do tema de conjuntos históricos, como a citada Recomendação de Nairóbi (1976), por exemplo.

O Memorando de Viena (2005) trouxe consigo uma preocupação com intervenções arquitetônicas contemporâneas que afetam os centros históricos reconhecidos como patrimônio, ressaltando a relação intrínseca dos sítios preservados com as áreas aonde se encontram implantados. Apesar do documento afirmar que a ideia de Paisagem Urbana Histórica está além de termos tradicionais como centros históricos, conjuntos e seus entornos – termos facilmente encontrados nas legislações urbanas e documentos de preservação – para a inclusão de um contexto territorial e de paisagem mais amplo, o termo não revela-se, na verdade, uma ampliação da ideia de patrimônio mas sim, apenas novas maneiras de nomear velhos objetos, onde a velha ideia de cidade histórica ainda está muito presente e o que parece buscar, muitas vezes é a construção de uma nova forma de tratamento (RIBEIRO, 2009).

Desde a Convenção de 1972, do Patrimônio Mundial, a Paisagem Urbana Histórica vem sendo abordada como parte integrante da categoria dos conjuntos, definidos, segundo o documento, da seguinte forma: “*grupos de construções separadas ou conectadas que, em virtude de sua arquitetura, homogeneidade ou localização, são de excepcional valor universal do ponto de vista da história, da arte ou da ciência*” (CURY, 2000, p. 178). Assim, o HUL relaciona-se aos conjuntos urbanos de quaisquer tipos, com edificações agrupadas ou isoladas, no contexto natural ou artificial, moldando a sociedade a qual pertence nos dias atuais desde suas origens, afim de aprimorar o entendimento e compreensão das formas nas quais se vivem atualmente.

A Paisagem Urbana Histórica, segundo a UNESCO (2010), é um assentamento urbano visto como uma camada histórica com valores culturais e naturais, onde seu sentido vai além dos “centros históricos”. Sugere um planejamento urbano inteligente da área urbana maior que apenas o centro histórico, onde a compreensão da evolução de tal paisagem inicie nesta maior escala e vá se fechando para os palimpsestos que a conformaram e, sempre, todas as camadas “descobertas” devem ser compreendidas, reveladas e celebradas.

Segundo Bandarin e van Oers (2014), o HUL não é parte de uma categoria patrimonial diferenciada, pelo contrário, está dentro da concepção geral das áreas

urbanas históricas, dentro de uma visão da prática da conservação urbana, territorial, acompanhada de uma visão sobre a função social e econômica de uma cidade histórica, tendo em vista a necessidade de uma gestão que abranja as transformações urbanas que ocorrem devido ao crescimento e a globalização das cidades, atualmente.

A Paisagem Urbana Histórica, segundo a definição dada pelo Memorando de Viena, destaca a relação entre a forma física e a evolução social, definindo a cidade histórica como um sistema capaz de integrar elementos naturais e artificiais em um contínuo histórico que constitui uma superposição de diferentes aspectos ao longo do tempo. O reconhecimento do valor da diversidade das expressões culturais é a base da Paisagem Urbana Histórica e supõe uma interpretação positiva das dinâmicas sociais e econômicas como fator de troca e adaptação dos valores e formas urbanas (BANDARIN; VAN OERS, 2014, p. 122, tradução da autora)

Além disso, a HUL está carregada de práticas sociais relacionadas ao ambiente, embebida por elementos que a caracterizam, como os de uso do solo, estrutura espacial e visibilidade, envolvendo tais elementos às questões de espaço público, funcionalidade, escala, materiais, mobiliário urbano, por exemplo, transformando-se em parte do cotidiano e da dinâmica social e adquirindo assim, uma significação excepcional e valor único.

Para Jokilehto (2009), as principais características que definem e diferenciam uma Paisagem Urbana Histórica dos documentos publicados desde a década de 1960 até o Memorando de Viena (2005), está no fato de que no documento mais recente ela é definida como dinâmica e descentralizada, trazendo um olhar sob a tendência da “conservação integrada” numa nova perspectiva, dada como um "desenvolvimento integrado", o qual é diferente da visão de décadas atrás. As pré-existências ou camadas de formas de assentamento encontradas formam um outro aspecto, o qual contribui para o desenvolvimento histórico e cultural de identidade e especificidade. Essas formas de assentamento ou palimpsestos podem ser lidas como padrões espaciais do *layout* urbano. A identificação destes *layouts* permite a compreensão das transformações que a cidade passou ao longo de sua história.

Dentro de uma Paisagem Urbana Histórica podem ser encontrados edifícios de diversos momentos da história da cidade, protegidos ou não, regiões rurais, áreas naturais protegidas ou não, além de vistas e panoramas importantes para a leitura de tal paisagem, configurando os elementos visuais que formam um perfil de identidade e se

integram a outros elementos da paisagem, criando cenários das cidades, como pode-se observar nas figuras a seguir, da Rua Coronel Vieira (figuras 03 e 04), em Cataguases, onde é possível encontrar edificações ecléticas, modernistas e contemporâneos.

Figura 03 - Rua Coronel Vieira



Fonte: Mariana Rossin, 2018

Figura 04 - Rua Coronel Vieira



Fonte: Mariana Rossin, 2018

A HUL não necessita obrigatoriamente de um limite e, também, não é formada por apenas uma paisagem, sua composição é identificada pelas características e qualidades significativas do lugar. Estas qualidades, principalmente as espaciais, não se revelam de uma só vez, numa única sequência de espaços, mas sim, através de abordagens entre os aspectos micros, a nível do observador, como o caminhar, indo até os aspectos macros, dentro de um conjunto de paisagens.

Em relação às limitações, Jokilehto (2009) afirma sobre a necessidade de se atentar ao conceito de “histórico” da paisagem urbana. O autor discorre que ser histórica faz com que a paisagem urbana seja resultante de um processo temporal e gradual, entretanto, não há obrigação de que todo o local seja protegido como patrimônio cultural. Seu conceito foi proposto como um instrumento capaz de interpretar os valores do patrimônio cultural urbano, identificando novas ferramentas e conceitos para a conservação da cidade e refletindo a variedade de situações da evolução urbana em diferentes casos (BANDARIN, 2011 e BANDARIN; VAN OERS, 2014).

A Paisagem Urbana Histórica pode ter diversos elementos, nos quais se incluem as áreas urbanas e suburbanas. “A base da Paisagem Urbana Histórica é o reconhecimento das diversas manifestações culturais, o que supõe também uma interpretação positiva das dinâmicas sociais e econômicas como fatores de cambio e adaptação dos valores e formas urbanas” (BANDARIN; VAN OERS, 2014, p. 110).

A delimitação de uma Paisagem Urbana Histórica se faz a partir de características definidas através de pontos visuais ou pelo valor paisagístico passíveis de serem preservados, impedindo assim, que novas demandas e elementos urbanos descaracterizem e prejudiquem a leitura das mesmas, como a construção de torres que ameacem a visibilidade de tais paisagens, por exemplo. A escolha destas paisagens se faz de forma simples, a partir da observação de qualquer pessoa, se baseando na identificação de elementos significativos que caracterizam tais paisagens. Desta forma é possível garantir a proteção de uma paisagem a partir do ponto de vista da integridade visual embasada em elementos significativos que a caracterizam (SÁ CARNEIRO; SILVA, 2012).

Compreendendo a paisagem como o todo, é possível propor que sua integridade visual dependa da identificação e do reconhecimento da importância dos elementos isolados que compõem o todo desta paisagem. O reconhecimento da Paisagem Urbana Histórica é uma questão cultural, portanto, o nível de compreensão do conceito de paisagem através de especialistas deve repercutir na responsabilidade de promoção da educação patrimonial, de forma que a sociedade possa entender e se apropriar do valor de tal paisagem (JOKILEHTO, 2009).

A importância das paisagens se faz também através de avaliações sobre os impactos culturais e visuais, principalmente, no acompanhamento de propostas de intervenções, por exemplo. As edificações de caráter histórico, os espaços livres e as novas edificações são significativas para a valorização da cidade, pois marcam seu caráter único e dinâmico, atraindo turistas, novos residentes e investimentos financeiros, portanto, as pré-existências e as arquiteturas contemporâneas, são de suma importância para a comunidade local e desempenham um papel educativo, recreativo e econômico, além do turístico (UNESCO, 2005).

Após diversos encontros e discussões de especialistas no tema, em novembro de 2011 com a Recomendação da UNESCO sobre a Paisagem Urbana Histórica, partiu para uma definição específica desta abordagem da paisagem, muito semelhante à adotada pelo Memorando de Viena, onde ela afirma que:

**Tendo em conta** que as áreas históricas urbanas estão entre as mais abundantes e diversas manifestações do nosso património cultural comum, moldadas por gerações e constituindo um testemunho-chave dos esforços e aspirações da humanidade através do espaço e do tempo,

**Considerando** igualmente que o patrimônio urbano é, para a humanidade, um bem social, cultural e económico, definido por uma estratificação histórica de valores que foram produzidos por culturas sucessivas existentes e um acumular de tradições e experiências, reconhecidas como tal na sua diversidade,

[...]

**Reconhecendo** a natureza dinâmica das cidades,

[...]

A paisagem urbana histórica é a área urbana compreendida como o resultado de uma estratificação histórica dos valores e atributos culturais e naturais, que se estende além da noção de "centro histórico" ou "ensemble" para incluir o contexto urbano mais amplo e a sua localização geográfica.

Este contexto mais amplo inclui nomeadamente a topografia do local, a geomorfologia, hidrologia e recursos naturais; o seu ambiente construído, tanto histórico como contemporâneo; as suas infraestruturas acima e abaixo do nível do solo; os seus espaços abertos e jardins, os seus padrões de uso da terra e organização espacial; percepções e relações visuais; bem como todos os outros elementos da estrutura urbana. Também inclui práticas e valores sociais e culturais, processos económicos e as dimensões intangíveis do património relacionado com a diversidade e identidade.

Esta definição cria a base para uma abordagem abrangente e integrada para a identificação, avaliação, conservação e gestão de paisagens urbanas históricas dentro de um quadro global de desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2011, p. 1-3).

A Recomendação de 2011, reconhece a Paisagem Urbana Histórica como uma junção de todos atributos naturais e culturais da paisagem, indo além da ideia de “centro histórico” ou “conjunto” ou “ambiência” ou ainda, “vizinhança”, partindo para um contexto mais ampliado que vai desde a topografia até as questões imateriais.

Segundo Ribeiro (2009), as reuniões ocorridas entre o Memorando de 2005 até as Recomendações de 2011, resultaram numa nova abordagem da paisagem e não numa nova tipologia, como uma nova forma de atuação sobre as cidades históricas em áreas que não, somente, são reconhecidas como Patrimônios mundiais, mas sim, por todas as áreas que se encaixam nas definições. Como discorre Féres (2017), sobre a Recomendação:

Não se trata de uma outra categoria ou tipologia, mas sim uma proposição para uma abordagem abrangente e integrada para a identificação, avaliação, conservação e gestão de paisagens históricas urbanas dentro de um quadro global de desenvolvimento sustentável (FÉRES, 2017, p. 9).

De fato, o HUL se trata de uma nova abordagem de Paisagem Cultural para as áreas urbanas, resultante da preocupação permeada no intenso e descontrolado processo de urbanização que as cidades estão vivendo o que, muitas vezes, acarretam numa fragmentação social e marginalização da qualidade do ambiente urbano. A visão da UNESCO (2011), é que a definição do HUL e as políticas que o envolvem, podem ser capazes de proteger o patrimônio urbano, desde seus componentes tangíveis como os intangíveis, promovendo o desenvolvimento econômico e social num ambiente dinâmico, como são as cidades.

Para Ribeiro (2009), há poucos especialistas no assunto que tratam a discussão, através de instituições reconhecidas, como UNESCO e ICOMOS, assumindo a correlação entre as ideias de Paisagem Urbana Histórica e Paisagem Cultural (Urbana), assim, O'Donnell (2008), uma das poucas pesquisadoras na área a relacionar as tipologias ou abordagens, escreveu sobre a intercambialidade de ambos: "*A Paisagem Urbana Histórica e a Paisagem Cultural Urbana são termos intercambiáveis*" (O'DONNELL, 2008, p. 1, tradução da autora, 2019), ou seja, ambos termos – Paisagem Urbana Histórica e Paisagem Cultural (Urbana) - podem, facilmente, serem utilizadas com um mesmo propósito ou significado, sem que um anule o outro, reafirmando a ideia de um tempo é parte da abrangência de outro. Além de mencionar também, sobre os valores intangíveis e culturais presentes no espírito e interações das paisagens urbanas.

De forma sucinta, a missão é manter os valores do patrimônio. Os valores do patrimônio podem, eu acredito, estar diretamente relacionados ao espírito de lugar na paisagem porque é da paisagem que surge a tela original da forma urbana. O resultado da interação humana com a paisagem evolui para comunicar aspectos do espírito único da paisagem urbana. A Paisagem Urbana Histórica é incorporada nesta evolução do lugar e da humanidade (O'DONNELL, 2008, p. 1-2, tradução da autora).

Segundo Féres (2017) o momento em que a Paisagem Urbana Histórica foi consolidada, através das Recomendações da UNESCO de 2011, o cenário era de intensa urbanização e globalização das cidades, forte pressão para o desenvolvimento das áreas históricas implantadas nos espaços urbanos, como uma forma de abordagem que busca a integração de estratégias de conservação, gestão e planejamento de regiões históricas urbanas nos processos de desenvolvimento locais e planejamento urbano. Assim, as Recomendações (2011) adotam uma ampliação das discussões sobre preservação do patrimônio, tirando o foco do patrimônio arquitetônico, para as questões

sociais, culturais e econômicas por trás dos valores reconhecidos nas áreas urbanas, que como a citação anterior de O'Donnell (2008) representa a evolução humana, através das interações do homem com o ambiente.

A conservação do patrimônio urbano deve ser integrada no planeamento geral de políticas e práticas e todas aquelas relacionadas com o contexto urbano mais abrangente. As políticas devem oferecer mecanismos para encontrar o equilíbrio entre conservação e sustentabilidade a curto e longo prazo. Deve colocar-se particular ênfase na integração harmoniosa entre o tecido histórico urbano e as intervenções contemporâneas (UNESCO, 2011, p. 5).

O HUL, através de suas definições e abordagens, visa a preservação da qualidade do ambiente em que o homem usufrui, com uso bem-sucedido e sustentável dos espaços, através do reconhecimento do caráter dinâmico e com a promoção da diversidade social e funcional da cidade. Assim, se faz capaz de integrar os objetivos primordiais da preservação do patrimônio urbano e as questões sociais que se relacionam com o ambiente, de forma equilibrada entre ambientes urbano e natural, atendendo às necessidades presentes e futuras sem se perder o legado do passado. A definição criada é uma base para uma abordagem mais abrangente e conectada para a identificação, avaliação, conservação e gestão das paisagens históricas do ambiente urbano, dentro de uma temática global de desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2011).

Por isso, as intervenções realizadas nas paisagens históricas urbanas, exigem uma análise sucinta do contexto espacial entre pré-existência e o novo, respeitando, como afirmam Sá Carneiro e Silva (2012), a autenticidade e a integridade do tecido histórico e ambiente construído. Torna-se essencial uma abordagem sobre a arquitetura local através de uma análise tipológica e morfológica que ultrapasse apenas os reconhecimentos de edificações isoladas (UNESCO, 2005). Qualquer procedimento que fuja de um estudo sucinto ou de análises sobre a historicidade e da paisagem urbana que conforma tal área, acarreta em perdas na leitura de tal paisagem, muitas vezes, irreparáveis, através da inserção de construções recentes, dentro do perímetro de tombamento de Cataguases, e já influenciam na leitura da paisagem urbana da região da Estação Ferroviária, no caso da figura 05 e da Praça Sandoval de Azevedo (Doutor Lídio), através da figura 06.

Figura 05 - Rua Visconde do Rio Branco,  
Cataguases



Fonte: Mariana Rossin, 2016

Figura 06 - Praça Sandoval de  
Azevedo, Cataguases



Fonte: Mariana Rossin, 2016

O sucesso da gestão de uma paisagem cultural, o que neste caso, abrange as Paisagens Históricas Urbanas, pode elucidar o desenvolvimento local e regional de maneira sustentável e coerente, servindo de molde para um “*desenvolvimento sustentável - com base nas práticas tradicionais de uso sustentável dos recursos*” (UNESCO, 2010, p. 36). E, assim, as discussões sobre o HUL se fazem como uma intenção de abordagem para atender às novas necessidades de um enfoque à conservação urbana e retomar o processo de conservação dentro de um contexto ampliado de gestão e desenvolvimento urbanos nas cidades (BANDARIN; VAN OERS, 2014).

## 2. A paisagem e Cataguases

A noção de paisagem inserida no contexto urbano afirma a ideia de que a cidade seria a expressão de múltiplas paisagens formadas pelas sociedades, como um “conjunto de afetos”, segundo Besse (2014). Estas paisagens se solidificam em locais “emocionalmente ricos”, marcados pela lembrança coletiva da cidade, tais como, parques, jardins, ruas e praças (LEITE, 2017).

Ao refletir sobre o espaço urbano e sua importância para a qualidade de vida da sociedade, reconhece-se, atualmente, o protagonismo da paisagem na discussão mais abrangente sobre a temática, iniciado pelas preocupações ambientais. Leite (2017) afirma que as paisagens são inseridas como modelos e um meio, onde a cidade responde às modificações temporais, buscando flexibilidade e equilíbrio sem, no entanto, perder os valores estéticos e culturais que uma sociedade possui.

A experiência da cidade como paisagem é intercedida pelo espaço, onde as significações são construídas e este espaço pode ser desde ruas, praças até lugares privados que compõem o ambiente urbano. A experiência vivida do espaço é ao “*nível do chão, do asfalto, da terra, que as relações sociais podem ser produzidas e que a cidade pode ser construída como espaço social*” (CAVALCANTI, 2017, p. 62).

Assim, inicia-se aqui uma aproximação ao objeto de estudo desta dissertação, o município de Cataguases, o qual será apresentado numa visão macro, desde sua origem, as transformações urbanas, políticas, sociais, econômicas e culturais buscando um entendimento sobre a cidade até a conformação de suas paisagens urbanas, bem como suas significações.

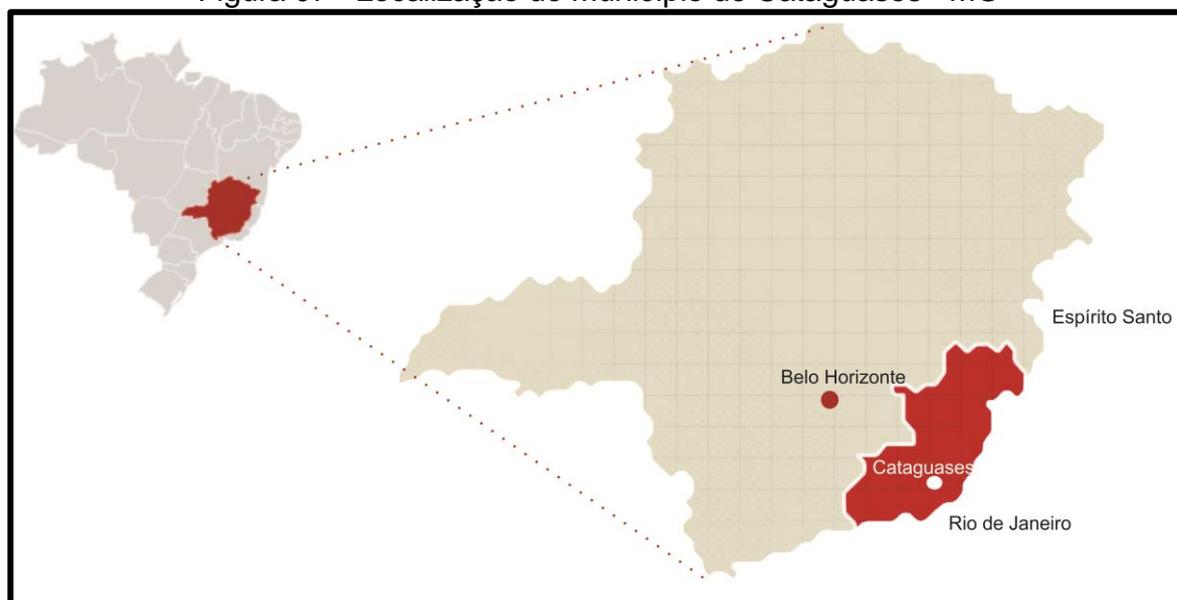
### 2.1. O surgimento e desenvolvimento urbano de Cataguases

Cataguases é um município localizado na região da Zona da Mata de Minas Gerais (figura 07). A cidade teve sua ocupação originária da relação de escassez da mineração de ouro na região das minas. A pressão e o grande controle exercidos pela Coroa

Portuguesa, para controlar e evitar o contrabando de minerais durante o transporte entre as minas e a capital, Rio de Janeiro, fazia com que a mata mineira fosse proibida de receber estradas e caminhos e recebia uma forte fiscalização. O início da escassez do ouro, fez com que tal proibição fosse extinta e novas áreas exploradas, no início do século XIX, dando início ao processo de ocupação da região e o surgimento de inúmeras cidades mineiras (CARNEIRO; MATOS, 2010).

O sítio original onde Cataguases se desenvolveu é marcado pela abundância hídrica, vegetação intensa de Mata Atlântica e pouca dificuldade encontrada no relevo local, não apresentando assim, grandes desafios para a ocupação inicial e, posterior, desenvolvimento do arraial de Santa Rita do Meia Pataca.

Figura 07 - Localização do Município de Cataguases - MG



Fonte: Google imagens, adaptado por Mariana Rossin, 2018.

A história da cidade tem início em 1828, quando o Coronel Comandante francês, Guido T. Marlière, à serviço da Coroa Portuguesa, inicia sua viagem de inspeção nas estradas de Minas à Campos dos Goytacazes, chegando em Porto dos Diamantes, onde havia entre os habitantes o sargento Henrique de Azevedo que, com a chegada do oficial francês doou parte das suas terras para a construção de uma capela, em homenagem à Santa Rita de Cássia.

A partir das terras da capela, foram traçados os primeiros limites para o novo povoado, chamado de Meia Pataca, da seguinte forma: *“Ficava a povoação apoiada, pelo lado do poente, no rio Pomba, e pela nascente em o ribeirão Meia-Pataca, limitando pela*

*outra face com os terrenos do doador. Desde logo a povoação tomou o nome de Meia Pataca”* (REZENDE E SILVA, 1908, p. 2).

Segundo Rezende e Silva (1908) o povoado, contava apenas com alguns índios e brasileiros, este quadro mudou com a construção da capela que, ao ficar pronta, deu um novo nome ao povoado, passando a se chamar, Santa Rita do Meia Pataca, com curato pertencente à freguesia de São Januário de Ubá.

Ainda em meados do século XIX, chegou na região o major Joaquim Vieira da Silva Pinto, o qual fundou a Fazenda Nossa Senhora da Glória, com grandes extensões de terra e se distando poucos quilômetros do povoado que surgia, se estabelecendo como patriarca de uma família que se tornaria, posteriormente, fundamental para o desenvolvimento da cidade. Vindo de uma família de grande influência na Corte e fortemente envolvida com a política imperial, o major deu início a medidas em prol da melhoria das condições do pequeno arraial que, devido a tais medidas e esforços do fazendeiro, em 1851 o curato de Santa Rita do Meia Pataca foi elevado à freguesia, passando a possuir benefícios eclesiásticos exclusivos, acarretando em diversas modificações ao longo dos próximos anos, assim, em meados do século XIX o local foi descrito da seguinte forma, por Rezende e Silva (1908):

Já então após esse decurso de tempo muitas, e em grande número as fazendas que floresciam no seu solo opulento; abundante a exportação do café; fartas as colheitas de cereais; em todos os sentidos as estradas de rodagem; diminuídas as distâncias; devassadas as matas em todos os recantos. O arraial já apresentava sortidas e bem aparelhadas casas de comércio de todo gênero e a população crescia rapidamente. (REZENDE E SILVA, 1908, p. 10)

As próximas décadas foram caracterizadas por um rápido desenvolvimento local, dado pela crescente produção de café na região que, como afirma Mercadante (1973, *apud* MELLO, 2014) assumiu a importância econômica entre 1847 e 1851, após a escassez do ouro. O acelerado desenvolvimento da freguesia e o crescimento populacional gerado pelo surgimento de fazendas cafeeiras na região, incitou o anseio em elevar o arraial de Santa Rita do Meia Pataca à Vila, tendo como precursor do movimento o Coronel José Vieira de Rezende e Silva, utilizando da influência de seu pai, o Major.

Em 1875, então, foi criado o município de Cataguazes<sup>5</sup>, o qual era composto por cinco freguesias, a do Meia Pataca – transformado em sede e elevado à Vila -, a de Laranjal, a do Empoçado, a de Santo Antônio do Muriahé e a de Capivara (REZENDE; SILVA, 1908). A Vila, quando inaugurada (figura 08), apresentava a seguinte conformação:

Tinha a Vila de Cataguazes, na data de sua inauguração seis ruas e duas praças. As ruas eram: O caminho do PassaCinco (depois rua José de Alencar e hoje, Alferes Vicente de Azevedo), do Pomba (hoje, Major Vieira), Sobe-Desce (Coronel Vieira), do Meio (Rebello Horta), Cemitério (Duque de Caxias), e caminho da Estação (hoje rua da Estação ou Marechal Deodoro). Os largos eram: da Matriz e do Rosário (hoje do Comércio ou Praça Marechal Floriano) (REZENDE E SILVA, 1908, p. 53).

Apenas dois anos após a criação do município e elevação do arraial à categoria de vila, foi inaugurada um trecho da Estrada de Ferro Leopoldina que passava pela região. Sua construção, iniciada em 1872, tinha como objetivo melhorar o escoamento do café produzido na Zona da Mata até a capital, Rio de Janeiro. O ramal inaugurado passava pelos municípios mais prósperos da região (MELLO, 2014).

Uma das formas de interpretação de uma paisagem urbana, segundo Sá Carneiro, Duarte e Marques (2009) se dá através da observação das fases de evolução da ocupação urbana local sobre os ecossistemas naturais. Desta forma, a partir da natureza pode-se compreender a formação de uma dada paisagem urbana e suas partes.

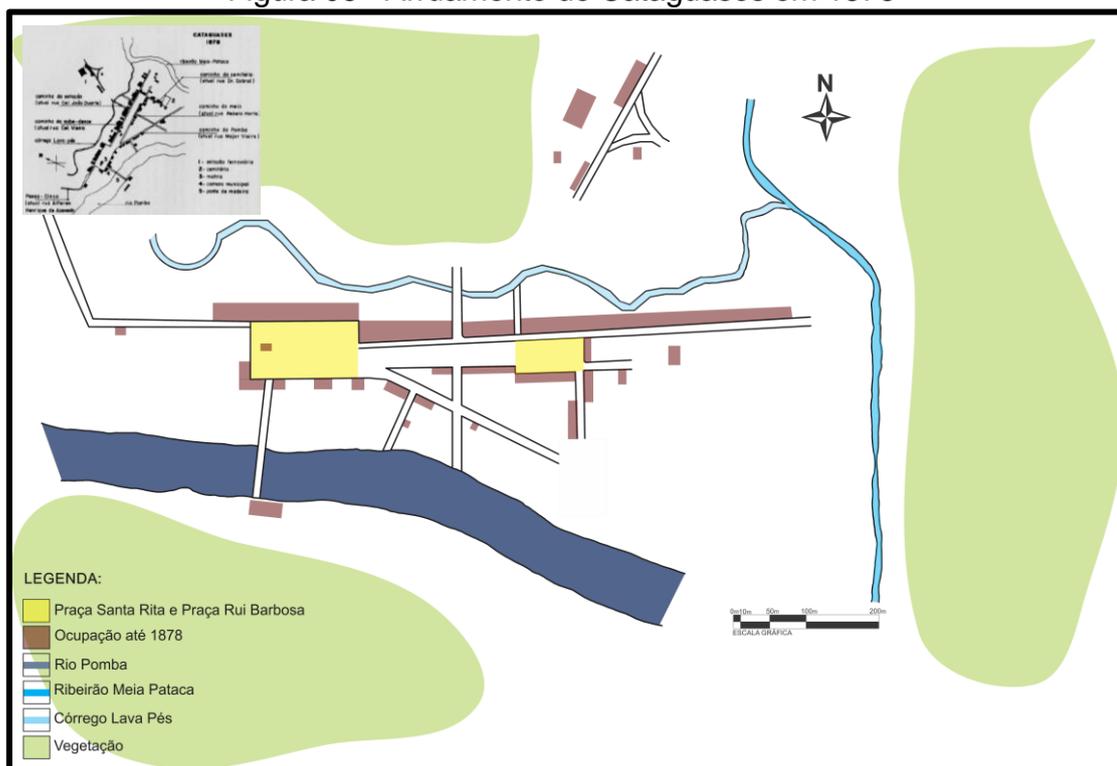
Em Cataguases, o curso das águas fluviais delimitou o sentido da ocupação do sítio original da cidade, se abrindo, posteriormente para as outras regiões, principalmente após a instalação da linha férrea e das indústrias. Assim, é possível identificar os elementos da paisagem cataguasense “[...] *uma paisagem que foi sendo, aos poucos, ocupada e modificada pelo homem, ao estabelecer laços de convivência com o sítio, caracterizando um gesto de morar*” (SÁ CARNEIRO, DUARTE e MARQUES, 2009, p. 129).

---

<sup>5</sup> “O nome dado a nova Vila foi sugerido pelo Cel. José Vieira em lembrança do pequeno rio ‘Cataguazes’ que banha a Fazenda do Bom Retiro, onde nasceu, situada na região da Lagoa Dourada, atual município de Prados” (REZENDE; SILVA, 1908, p. 24). A grafia foi alterada a partir da Lei Estadual nº 336 de dezembro de 1948, para Cataguases. A palavra tem origem indígena, e sua tradução mais aceita é a de Diogo de Vasconcelos e Napoleão Reys, que o traduzem por “Gente Boa”. Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, v. XXIV, 1958. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/cataguases.pdf>>. Acesso em: dez/2018.

Cataguases tem sua paisagem marcada pela forte presença da rede de água fluvial – Rio Pomba, Ribeirão Meia Pataca e diversos córregos que atravessam a cidade, além das áreas verdes e as praças que estão presentes, desde a origem da cidade, como a Praça Santa Rita e a Rui Barbosa (antigos Largos da Matriz e do Rosário, respectivamente). Além destes elementos, pode-se perceber também áreas de vegetação e um traçado viário predominantemente original na área central do sítio. Fatores que se preservam ainda nos dias atuais.

Figura 08 - Arruamento de Cataguases em 1878<sup>6</sup>



Fonte: MELLO, 2014, p. 83, adaptado por Mariana Rossin, 2016

No arruamento de 1878, o primeiro desenho do traçado da cidade (figura 08), é possível notar as seis ruas originais e as duas praças. Neste momento, percebe-se também poucas outras vias abertas, principalmente após a chegada da linha férrea na região, em 1875. Há uma congruência de todas as vias em relação à Praça da Matriz (atual Praça Santa Rita) e a rede hidrográfica funciona como um condicional para a ocupação.

Os limites, segundo Lynch (2011), são elementos que caracterizam a imagem urbana e distinguem duas regiões, fomentando numa interrupção da continuidade de alguma característica. As redes hídricas são um tipo de limites, assim como as praças.

<sup>6</sup> A evolução da ocupação urbana completa de Cataguases, pode ser observada no apêndice II.

Podem possuir qualidades que direcionam de alguma forma, mas além disso, limites são capazes de organizar uma ocupação urbana.

Este primeiro período de ocupação da cidade foi marcado pelos “limites” concebidos pela hidrografia (figura 09), principalmente, e uma primeira expansão dada após a década de 1870, com a instalação da linha férrea que atravessa a cidade nos sentidos leste, sudeste e nordeste. As regiões de relevo um pouco mais acidentado, ainda não eram ocupadas e o Rio Pomba não havia sido transposto.

A instalação do ramal da linha férrea na região levou a modernidade, transpôs os limites físicos e abriu diversas ruas e vias novas, tornando-se um polarizador de ocupação nas redondezas, juntamente com o trabalho livre, a industrialização e a República. Logo, em 1881, a Vila foi elevada à cidade, mesmo ano em que o Cel. José Vieira faleceu, personalidade de grande importância para a história da cidade. Diante das modernidades trazidas pela linha férrea estava a chegada de imigrantes que substituíram a mão-de-obra escrava com o trabalho assalariado demonstrando novos tempos das relações de trabalho e das relações sociais, principalmente através do comércio (figura 10).

Figura 09 – Vista aérea de Cataguases, 1907



Autor: Aberto Londoês. Fonte: facebook/arquivopublicomunicipal. Acesso: jan/2019.

Figura 10 - R. Cel. João Duarte, 1900 – Rua do Comércio



Autor: Aberto Landoes (1900). Fonte: facebook/arquivopublicomunicipal. Acesso: maio/2016

Os italianos foram os primeiros a se instalarem na cidade, em meados da década de 1870, a chegada de imigrantes foi essencial para o desenvolvimento cultural e espacial da cidade, eles carregavam novidades da capital e de suas culturas originais, promovendo fortes modificações nas características locais.

Tiveram, por exemplo, os imigrantes que trabalhavam com fotografia, como Alberto Landoes, Gallotti Serra, Ianini e Pedro Comello; os comerciantes, Antero Ribeiro, José dos Santos Júnior, Juvenal Viana e Manoel da Silva Rama; os jornaleros como os irmãos Armando e Giovanni Leone; Augusto Rousseau e Gaetano Mauro, engenheiros; [...] Eva Comello, atriz [...] João Batista da Silva Aral, responsável pela construção da ponte metálica em Cataguases [...] Manuel Ignácio Peixoto, comerciante e industrial; Osvaldo Abritta, professor e poeta do Movimento Verde; [...]. Além dos vários portugueses que se dedicaram ao comércio e atividades industriais. (MELLO, 2014, p. 68)

Na arquitetura também trouxeram a modernidade, seguindo reflexos da Revolução Industrial com seus ferros, vidros e ladrilhos hidráulicos, as construções da cidade passaram a ser tomadas por chalés (figura 11) e edificações em estilo eclético (figura 12). As relações sociais também se transformaram neste período, novas atividades comerciais, como lojas de roupas e tecidos e jornaleros surgiram, assim como

investimentos em saúde, com a construção do antigo hospital e, lazer, através do extinto Teatro Recreio, por exemplo.

Houveram também, investimentos em planejamento urbano, através das primeiras obras de saneamento básico e a primeira planta cadastral da cidade, idealizadas pelo, então presidente da Câmara, Luiz Vieira de Rezende e Silva e os engenheiros Gustavo Paulo de Frontin<sup>7</sup> e Henrique Batista (MELLO, 2014). Iniciou-se a preocupação com a canalização de córregos, pavimentação de vias, melhorias nas condições sanitárias urbanas, retirada de cortiços que se instalavam na cidade, afim de promover a “limpeza” que já havia sido realizada na capital, Rio de Janeiro, que ocorreu entre 1903 e 1906, período em que os terrenos na margem do Córrego Lava-Pés foram adquiridos pelo poder público para a construção da Avenida.

Figura 11 – Chácara Dona Catarina, 1900



Autor: Desconhecido. Fonte: facebook/arquivopublicomunicipal. Acesso: maio/2016

Figura 12 – Av. Astolfo Dutra, início do século XX



Autor: Desconhecido. Fonte: facebook/arquivopublicomunicipal. Acesso: maio/2016

A virada para o século XX foi marcada pela forte crise cafeeira tendo como alternativa para alguns fazendeiros e imigrantes mais abastados, o investimento na industrialização, sendo criadas, ainda nos primeiros anos do século, diversas fábricas, como a Companhia Força e Luz Cataguases-Leopoldina e a Fábrica de Fiação e Tecelagem, ambas em 1905, além das obras em infraestrutura que foram promovidas na cidade, alterando as formas de uso e ocupação do solo.

Segundo Mello (2014), a partir de 1906, os terrenos às margens do Córrego Lava-Pés foram adquiridos pela prefeitura municipal e deu-se início a canalização do córrego

---

<sup>7</sup> Engenheiro, professor e político brasileiro, foi senador, deputado federal e prefeito do Rio de Janeiro. Foi responsável por importantes modificações urbanas no Rio, comandou a construção da Av. Rio Branco, em 1904, durante o governo de Pereira Passos. Executou o alargamento da Av. Atlântica e construiu as avenidas Delfim Moreira e Niemeyer.

e a construção de uma avenida em duas vias de rolamento para veículos e para a linha férrea, sendo chamada de Avenida Astolfo Dutra, a qual possuía traçados semelhantes aos bulevares europeus dos séculos XIX e início do XX (figura 13). A partir da construção da avenida, houve uma intensificação da ocupação desta região da cidade, às margens da avenida, diversos palacetes ecléticos com seus porões alteados e imponentes ornamentos (muitos destes palacetes estão presentes ainda hoje).

Figura 13 - Av. Astolfo Dutra, início do século XX



Autor desconhecido (Início do século XX). Fonte: facebook/arquivopublicomunicipal. Acesso: maio/2016

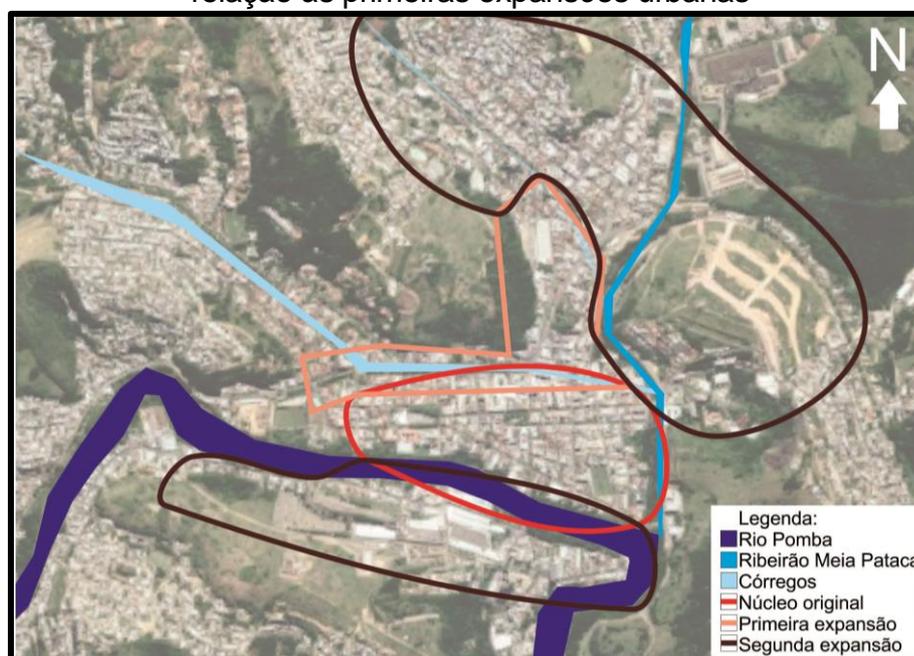
Dos imigrantes que chegaram em Cataguases para a construção da linha férrea, cabe destacar a chegada dos Peixoto, iniciada pelo patriarca, o comerciante português Manuel Inácio Peixoto, o qual logo que se instalou uniu-se ao empreendedor João Duarte Ferreira, em 1910 e, juntos, criaram o Ginásio, a Escola Normal de Cataguases e adquiriram a recém montada Fábrica de Fiação e Tecelagem, que, conforme afirmam Alonso e Castriota (s/d) passava por graves dificuldades financeiras.

A fábrica foi um importante polarizador urbano de Cataguases, devido à sua implantação, próxima à Estação Ferroviária, foi responsável pela ocupação da região, acarretando no surgimento de bairros como Vila Domingos Lopes e seus arredores, inclusive com a criação de vilas operárias nas proximidades. A região da Vila Domingos Lopes, recebeu diversos palacetes com características ecléticas, muitos já perdidos atualmente. Outra característica da região é a presença do córrego que passa pelos

bairros Vila Domingos Lopes e Menezes (figura 14), o que demonstra a relação entre a expansão urbana no município com a presença da hidrografia, mais uma vez, além da industrialização.

A partir deste momento, também, deu-se início a consolidação da Indústria Têxtil na cidade e servindo de modelo para o surgimento de outras fábricas deste tipo. Assim, em 1936, consta que o, então Prefeito, Joaquim Martins da Costa Cruz, elegeu uma comissão para estudar a implantação de uma nova fábrica têxtil na cidade, alegando que esta chamaria por outras indústrias, outras vilas operárias e assim, mais investimentos e melhorias nas condições socioeconômicas.

Figura 14 – Localização da rede hidrográfica na região central de Cataguases em relação às primeiras expansões urbanas



Fonte: Google Maps, 2019. Adaptado pela autora, 2019.

A nova fábrica, resultante da junção do poder de três grupos, os Irmãos Peixoto, o senhor Ormeo Junqueira Botelho e Severino Pereira da Silva, foi fundada neste mesmo ano, a Companhia Industrial de Cataguases, localizada à margem esquerda do Rio Pomba e passando a ser dirigida por um dos filhos do senhor Manuel Inácio Peixoto, José Inácio Peixoto. A instalação da indústria, na década de 1930, proporcionou maior desenvolvimento urbano da região em que ela se implantou, tornando-se um novo marco para a cidade, inserida em frente a Ponte Metálica (MELLO, 2014).

O traçado urbano de Cataguases neste momento ganhou novos desenhos. Áreas, principalmente na região da margem esquerda do Rio Pomba, começaram a ser ocupadas pelos operários que trabalhavam na indústria instalada ali. O próprio Rio

Pomba foi ocupado ao longo de sua margem no sentido sudeste da cidade. Esta região passou a mostrar uma concentração de conjuntos de ocupações informais que moldavam cortiços na localidade. Rapidamente a área foi tomada, as construções eram prioritariamente simples, ocupadas por trabalhadores das fábricas e das casas da outra margem do rio.

As instalações de indústrias em Cataguases, nas primeiras décadas do século XX, fez surgir um novo momento econômico, que perdura até os dias de hoje, na cidade que tem sua economia fortemente ligada a este setor<sup>8</sup>. Além disso, também serviu como afirmação da Família Peixoto no poder da cidade, obtendo privilégios e dividindo a população entre os dois focos de poderes da cidade, de um lado o resquício da era cafeeira, dos produtores, comerciantes do cereal, fazendeiros, ordenados pelos Vieira Rezende e, de outro, a nova era, dos industriais, operários, imigrantes, comerciantes, estrangeiros, ordenados pelos Peixoto.

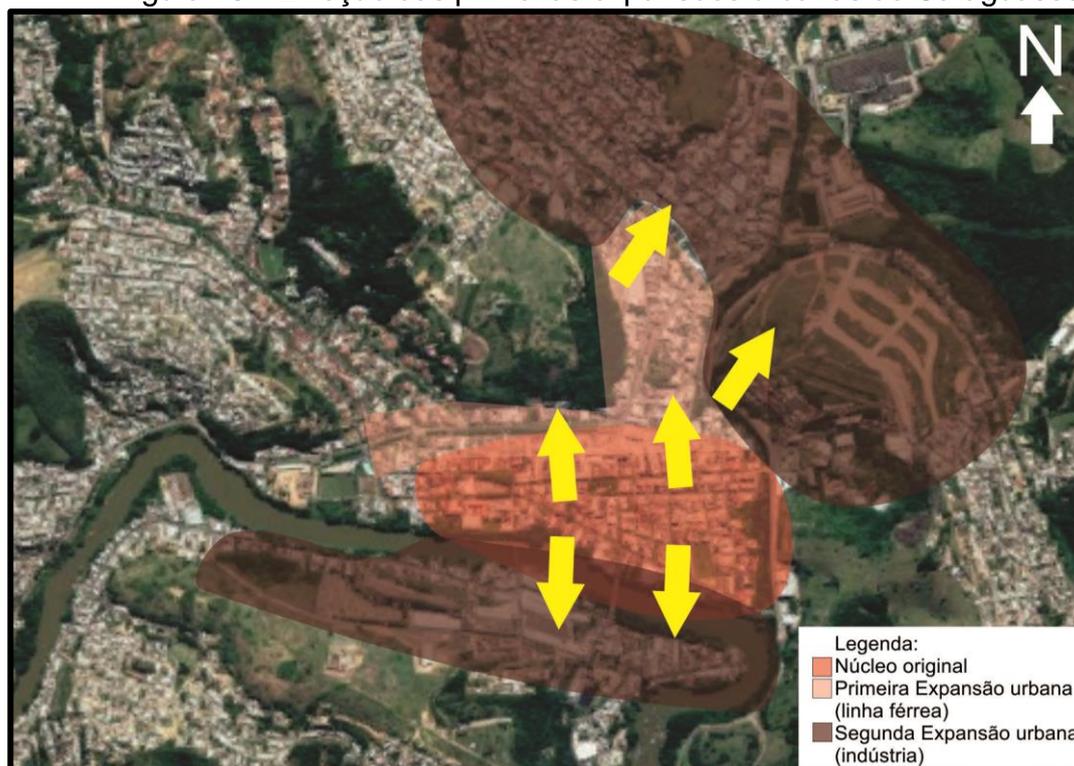
Todos esses elementos que estruturaram a Cataguases do tempo da indústria deixam ver que, mesmo com a manutenção de certos hábitos, prevaleceu a inserção de novos padrões na trajetória da história local: da família de tradição política para a família descendente do imigrante; do domínio de caráter oligárquico gerado pelo vínculo familiar para o domínio regido por interesses comuns estabelecidos entre profissionais liberais, comerciantes e industriais; da economia agrícola pautada no café para a economia urbana pautada no comércio e na indústria; do trabalho com resquícios da escravidão para o proletariado regido por uma inicial política trabalhista. [...] promovendo outras formas de sociabilidade, de agrupamentos e de reuniões sociais que, por sua vez, criaram também lugares de convívio, de formação e de informação, opondo-se ou justapondo-se aos já existentes (MELLO, 2014, p. 235).

Neste período, outra região que também passou por um processo de ocupação, foi a área no entorno da Estação Ferroviária, a qual se viu transformar na região de comércio da cidade, com diversos bancos, comércios e o Grande Hotel Villas, representando a importância e prosperidade da cidade naquele momento. A Estação, assim como a Linha Férrea representaram grandes símbolos de polarização urbana. Após sua implantação, novas áreas da cidade tiveram suas ocupações efetivadas. O prolongamento da linha férrea até o distrito de Vista Alegre fez surgir novos bairros na cidade, tais como os bairros Justino e Vila Reis (figura 15).

---

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://www.cidades.com.br/cidades-do-brasil/estado-minas-gerais/387-cataguases.html>>  
Acesso em: nov./2018

Figura 15 – Direção das primeiras expansões urbanas de Cataguases



Fonte: Google Maps, 2019. Adaptado pela autora, 2019.

Concomitantemente à implantação da indústria, diversas substituições foram ocorrendo na arquitetura da cidade, assim como novas edificações ecléticas. Os palacetes e chalés nos moldes europeus foram substituídos por novas construções, como a forma vista para atender as necessidades e o momento próspero que a cidade passava. Assim, prédios públicos e particulares foram gradativamente substituídos, como a Igreja Matriz de Santa Rita de Cássia, que ganhou um prédio novo em 1909 (MELLO, 2014).

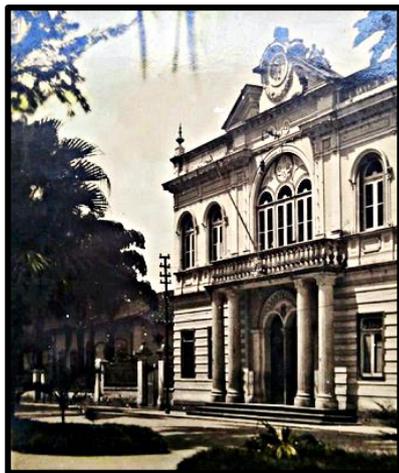
A Praça da Matriz, núcleo original de ocupação da cidade, também sofreu alterações além da construção da nova igreja, o Paço Municipal foi erguido ali, em estilo de palacete eclético, datado em 1895, além de construções particulares que surgiram no entorno da praça. Nas proximidades, ocorreram construções do Teatro Recreio (1896) (figura 16), o Grupo Escolar Coronel Vieira (1913) (figura 17), o Hospital Municipal (início do século XX) (figura 18) e a Ponte Metálica (figura 19), substituindo a primeira, de madeira, sobre o Rio Pomba (1915).

A indústria passou a ter uma relação intrínseca com a arquitetura cataguasense que, como afirma Mello (2014), marcou a transição entre o que era produzido como colonial para o eclético, até então consolidado e amplamente utilizado nas edificações da cidade ou o estilo fabril inglês, com seus tijolos aparentes ratificando a influência dos imigrantes na cidade, ambos já relacionados com o início da industrialização europeia,

trazidos para o Brasil, para novas formas, que passou a produzir em larga escala, conformando numa arquitetura produzida em massa.

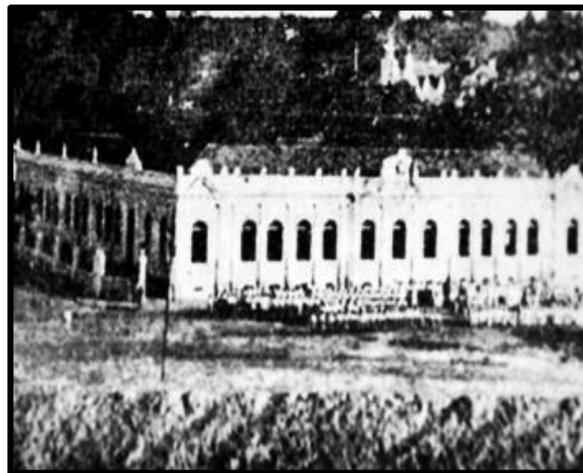
As substituições das pré-existências e as novas construções, que fortaleciam o ecletismo na cidade, representavam também a prosperidade econômica que Cataguases estava vivendo no início do século XX, iniciada pela chegada da ferrovia e continuada pelas indústrias, além do comércio trazido pelos imigrantes.

Figura 16 - Antigo Teatro Recreio, datado em 1896



Autor desconhecido (s/d). Fonte: facebook/arquivopublicomunicipal. Acesso: maio/2016

Figura 17 - Grupo Escolar Coronel Vieira, datado em 1913



Autor: Alberto Landoes. Fonte: facebook/arquivopublicomunicipal. Acesso: maio/2016

Figura 18 - Antigo Hospital, datado em 1905



Autor: Alberto Landoes. Fonte: facebook/arquivopublicomunicipal. Acesso: maio/2016

Figura 19 - Ponte Metálica sobre o Rio Pomba, datada em 1915

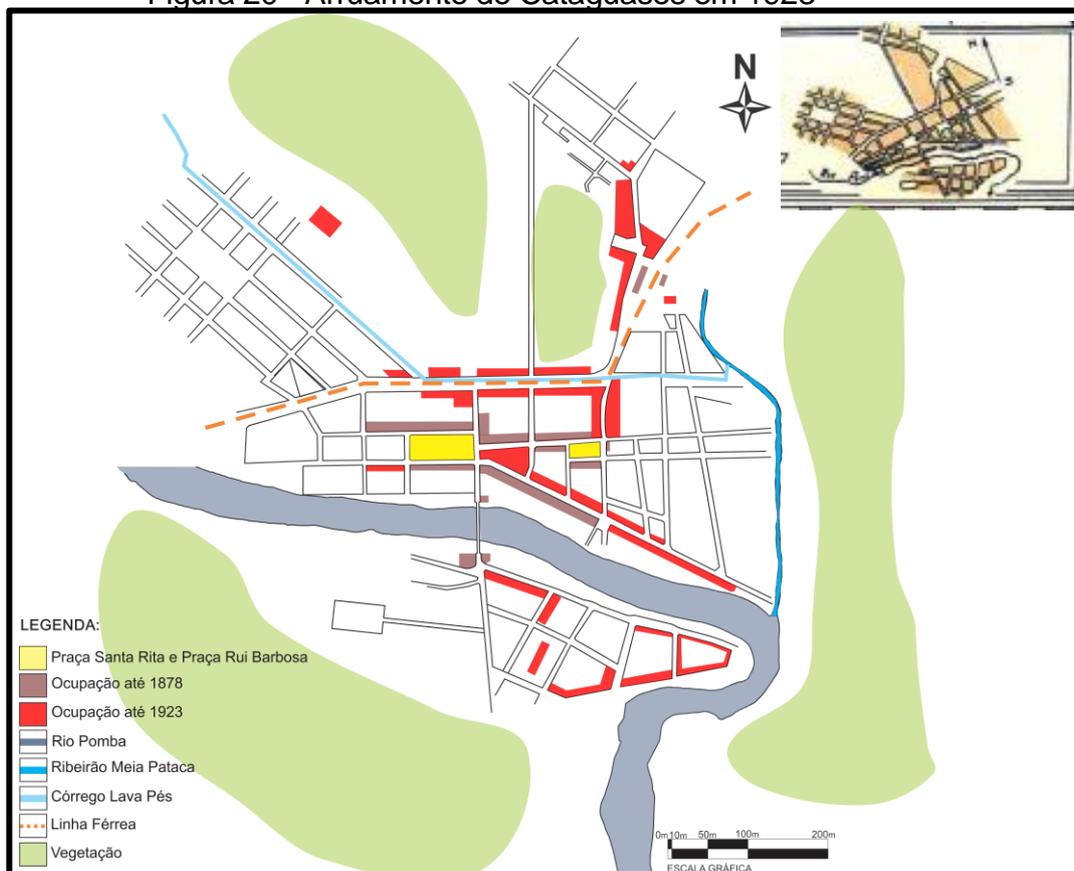


Autor: Alberto Landoes, 1915. Fonte: facebook/arquivopublicomunicipal. Acesso: maio/2016

Para Cardoso (1995, *apud* FRANZINI, 2014), até então, a ocupação da cidade era marcada por uma subordinação às áreas planas, principalmente ao longo das margens do Rio Pomba, mais tarde do Ribeirão Meia-Pataca e, posteriormente, ao Córrego Lava-

Pés, gerado pelo crescimento industrial da cidade que refletiu no aumento populacional, como já citado, o que acarretou na implantação de casas operárias na porção posterior da fábrica, dando início às ocupações em encostas, ao longo da cidade (figura 20).

Figura 20 - Arruamento de Cataguases em 1923



Fonte: LINS, 2012, p.46, adaptado por Mariana Rossin, 2016

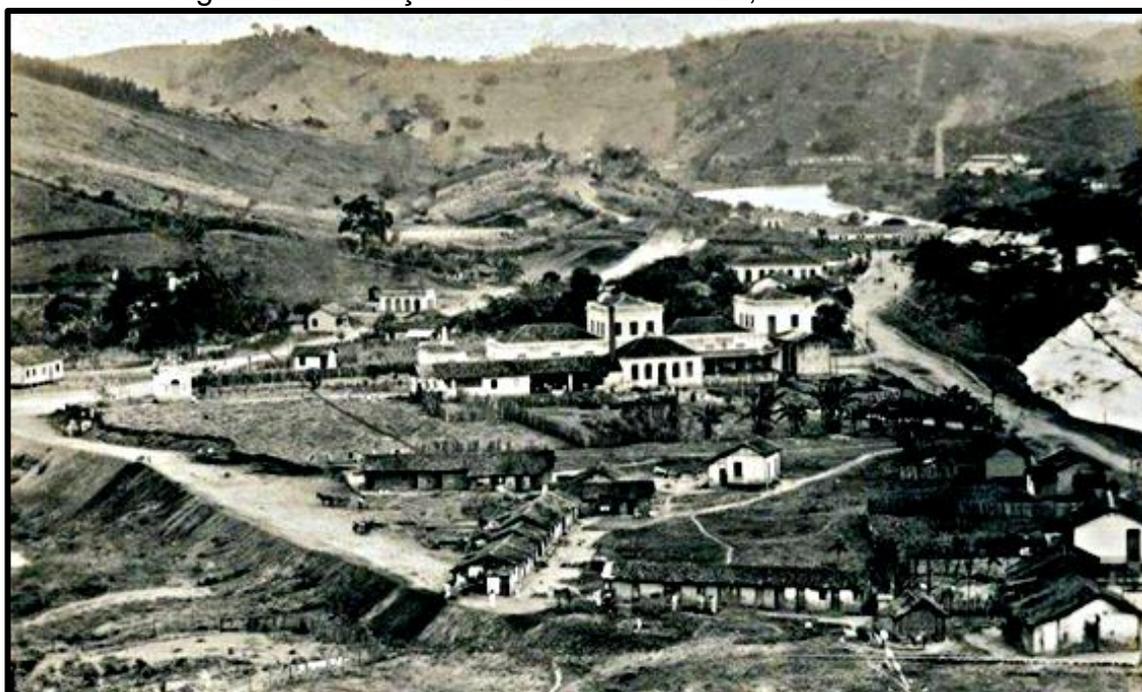
Até a década de 1930 as primeiras reestruturações urbanas foram ocorrendo, o prefeito Pedro Dutra, em seu governo, iniciado em 1931, priorizou obras de saneamento e higienização da cidade, através de obras de canalização de córregos, construção do matadouro municipal, abertura de vias, construção de calçamentos, demolições de cortiços, principalmente os existentes à margem esquerda do Rio Pomba, resquícios das primeiras ocupações da cidade, permitindo assim, o início da ocupação regular nesta área da cidade.

Nesse período, a manutenção do poder político que por muitos anos foi centralizada nas mãos dos Vieira de Rezende, dando um caráter cafeicultor e rural a Cataguases, implantado pelos precursores, o fundador Guido Marlière além do Major e do Coronel Vieira, passava para o controle dos Peixoto, como já mostrado, os quais foram responsáveis pelo início das atividades industriais, se intitulando como progressistas e desenvolvedores de Cataguases e iniciando uma proposta de cidade vanguardista, no

campo das artes modernistas em contrapartida à visão de embelezamento e limpeza urbana dada pelos Dutra (herdeiros dos Vieira de Rezende) nos anos 30, como uma contradição aos preceitos dos antecessores.

Pedro Dutra, então prefeito em 1930, contratou um projeto urbanístico para o Bairro Vila Tereza (ver figura 26, página 68), à margem esquerda do Rio Pomba, era formado por cortiços (figura 21), casas de prostituição e próximo ao antigo Hospital. Para a consolidação de seu ideário, Dutra mandou derrubar os cortiços para a construção de um bairro de elite no local. O projeto urbanista de Dutra seguia às ideias implantadas em Paris, por Hausmann e que já havia sido implantada na Avenida Astolfo Dutra, no início do século XX (XAVIER, 2013).

Figura 21 – Cortiços no Bairro Vila Tereza, década de 1930



Fonte: Autor desconhecido

As propostas urbanísticas e de embelezamento da cidade foram um importante fator na disputa do poder entre os Dutra (ou os Vieira de Rezende) e os Peixoto, nas primeiras décadas do século XX. A substituição das atividades econômicas rurais pelo crescimento das indústrias, transformou a paisagem da cidade. Os Peixoto construíram vilas operárias por toda a cidade, como forma de suprir o déficit habitacional e as péssimas condições de moradias em que seus operários viviam, com a ideia de um projeto modernizador que transformasse a cidade em vanguardista.

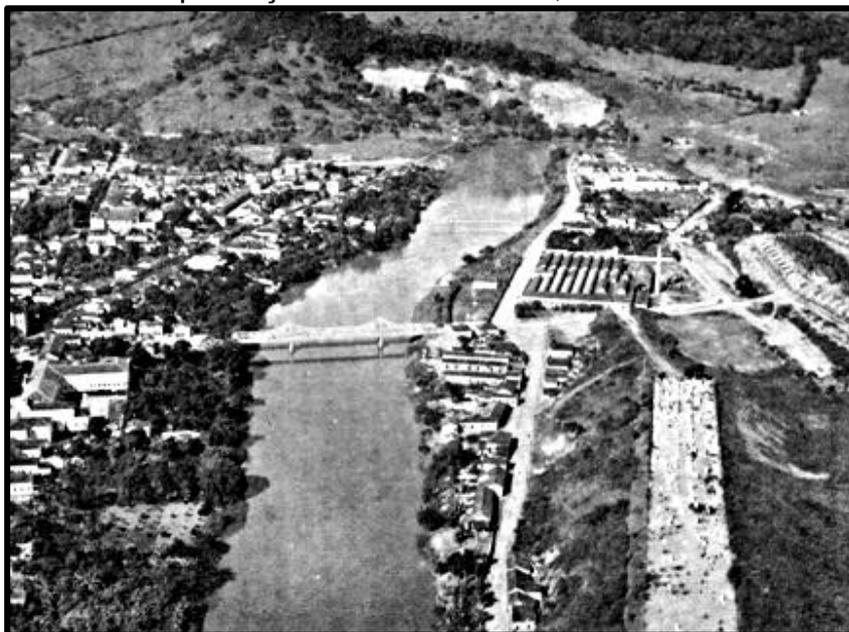
As indústrias instaladas na cidade contribuíram fortemente para o desenvolvimento econômico e o crescimento urbano local. Segundo Almeida (2004), primeiramente, pelo fato de uma fábrica funcionar como polo de atração da população rural, aumentando a demografia urbana e, em segundo lugar, devido ao investimento de capital em renovações arquitetônicas que ocorreram, contribuindo assim, para a modernização e impulsionando o modernismo arquitetônico e artístico, gerando uma nova identidade para a cidade.

A implantação da Cia. Industrial (figura 22), com características do estilo arquitetônico Art Déco, marcou a transição do até então moderno estilo eclético, que segundo Patetta (1987) rompeu com o historicismo e iniciou uma tipologia atualizada e industrializada, representada pelos galpões inspirados no modelo fabril europeia e passando por outra linguagem da modernidade dada pelo Art Déco. Nos aspectos sociais, a instalação da Cia. Industrial se tornou um marco na forma de ocupação da cidade, que se tornou essencialmente industrial.

Em Minas Gerais, diversas construções fabris foram erguidas entre as décadas de 1930 e 1940, tendo a Cia. Industrial, se tornado o exemplo do Art Déco fabril mineiro (ROSSIN, 2016). Houveram até programas de normalização de edificações públicas que, conforme SEGAWA (2010, p. 69) “(...) foi o mais ambicioso projeto nacional de normalização arquitetônica oficial” ocorrido no Departamento dos Correios e Telégrafos e com exemplar em Cataguases, mostrando a modernização que era implantada na cidade e, incentivando iniciativas privadas a reproduzirem o estilo. O Art Déco como afirma Correia (2010), harmoniza os aspectos da inovação e os vínculos historicistas.

O método *Beaux-Arts* carrega, entre outras coisas, o traço decorativo encontrado na volumetria das composições das fachadas. Ainda carrega consigo elementos clássicos (colunas, pilastras, platibandas etc.) e a novidade dada através da simplificação geometrizar dos elementos decorativos. A linguagem do estilo, no Brasil, inicialmente se expressou em projetos com intuito de transparecer a modernidade vinculada a programas novos, como ocorreu nos Correios e outros edifícios institucionais. Nas fábricas, o padrão adotado era a composição dos volumes, com uma torre central que remetia a ênfase ao acesso principal da edificação e as linhas verticais na fachada terminadas no coroamento.

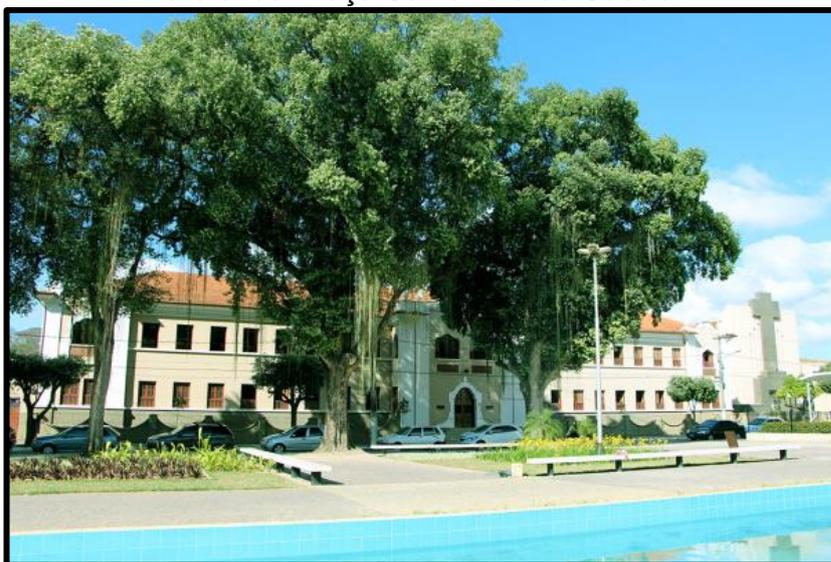
Figura 22 - Expansão da cidade à margem esquerda do Rio Pomba após a implantação da Cia. Industrial, em 1936



Autor: Foto Lídice. Fonte: facebook/arquivopublicomunicipal. Acesso: maio/2016

Entretanto, ainda que o Art Déco se tornasse o estilo arquitetônico da década de 1930, conforme afirma Mello (2014), o Neocolonial, com toda sua historicidade e nacionalismo que também surgia na cidade, inicialmente através da construção do Colégio Normal de Cataguases (atual Colégio Nossa Senhora do Carmo) (figura 23), entre 1940/42, que seguia com padrões arquitetônicos da Escola Normal do Rio de Janeiro, datado de 1926/30 e, posteriormente, com algumas edificações residenciais erguidas.

Figura 23 – Colégio Nossa Senhora do Carmo (antigo Colégio Normal) inserido na lateral da Praça Santa Rita de Cássia



Fonte: <https://www.colegiocarmo.com.br/colégio>. Acesso em abril/2019.

A modernidade rápida que Cataguases atravessava, através da fase industrial que se firmava, floresceu também alguns movimentos culturais. O cineasta Humberto Mauro e Pedro Comello, com seus trabalhos de dramaturgia com a atriz Eva Comello (Eva Nil como era mais conhecida) ou o Grupo Verde com os estudantes do Ginásio Cataguases conformando o fenômeno literário provindo de um ambiente estudantil, acarretaram em marcas substanciais na cultura da cidade.

[...] mas surgiu o fenômeno Cataguases, o fenômeno literário em Cataguases. Era o que eu achava, pois era um negócio esquisito um fenômeno literário em uma cidade tão pequena. Surge em 1927, por efeito de um ginásio muito bem estruturado, onde se aprendia realmente alguma coisa; por efeito de uma boa casa de espetáculos, onde realmente se podia projetar filmes; por efeito dos jornais do Rio de Janeiro, que chegavam lá todos os dias às 17:05 da tarde pela estrada de ferro Leopoldina... (CÉSAR, 1978, p.65 *apud* MELLO, 2014, p. 170)

O Ginásio foi palco para o Grupo Verde, em 1927, e abertura do modernismo na cidade, através do incentivo às leituras e entusiasmados pelos movimentos que ocorriam na capital, Rio de Janeiro, e as influências de vanguardas que advinham no momento, como divulgações em jornais da época, de poemas com versos e termos futuristas, as quais chegaram em Cataguases através do trem em revistas e jornais e rapidamente se espalhou pelo Grêmio estudantil do Ginásio, o qual possuía figuras revolucionárias, tais como, “(...) *Guilhermino César, Ascâncio Lopes, Camilo Soares, Fonte Bôa, Francisco Ignácio Peixoto, Oswaldo Abritta e Rosário Fusco. Com eles Martins Mendes e Enrique de Resende, já mais velhos e com a vida profissional consolidada, fundaram o grupo Verde*” (MELLO, 2014, p.174).

Sobre a revista, tem-se a seguir um trecho da primeira edição da Revista Verde, de setembro de 1927:

Minas acompanha S. Paulo e Rio em todas as suas modernas manifestações estéticas [sic], não desmentindo, assim, que sempre foi, é, e há de sempre ser o berço dos que se degladiam pelas supremas aspirações, hontem [sic], a liberdade política, hoje, a liberdade de pensamento. Mas o movimento modernista em Minas não se limita ao de Bello-Horizonte [sic] e Juiz de Fora. Também aqui, nesta pequenina cidade de algumas milalmas [sic], cresce a flor maravilhosa do espírito moderno. Vindo de um centro de intellectuaes [sic] aqui vivi dois anos [sic] e meio na mais completa ignorância de que em Cataguazes, minha cidade natal, também se cultivava “a vagabundagem lírica do espírito...” (VERDE, 01/09/1927, p.10)

Os verdes pregavam a modernidade expressa na liberdade formal, tendo este como o maior legado do movimento, através de textos livres e arrojados, demonstrando total proximidade com a proposta modernista que ocorria nas maiores cidades. Assim, com a forte presença de movimentos culturais e de transformações sociais e econômicas que estavam ocorrendo, em meados da década de 1930 a população cataguasense já vivia os resultados das produções cinematográficas de Humberto Mauro, já experimentava as efervescências do Grupo Verde e, desfrutavam de novos princípios estéticos de arquitetura e de arte que iam se introduzindo na sociedade, a qual se modificava e se moldava, gradativamente, substituindo trabalhadores rurais das fazendas de café por operários industriais e transformando a cidade que, até então, se fazia rural em, essencialmente, urbana.

O racionalismo carioca, segundo Mello (2014), ganhou Cataguases, tendo como o principal personagem de conexão entre o Modernismo, o Rio de Janeiro e Cataguases, o filho mais velho do patriarca Peixoto, Francisco Ignácio Peixoto, que viveu na capital entre a década de 1920 e 1930, no auge do movimento moderno e simultaneamente, ajudava na produção do grupo Verde. Francisco Peixoto já era escritor enquanto vivia na capital, se tornando um adepto fiel do modernismo e apoiando a causa, se envolvendo com grupos de vanguarda de São Paulo, Belo Horizonte além do Rio de Janeiro. Ao regressar para Cataguases, com o poder político e econômico de sua família, consolidado, possibilitou que o jovem buscasse outras áreas para atuação, colocando em prática o que presenciou no cenário carioca, através de uma reforma política intrinsecamente relacionada à reforma cultural, tendo como ferramenta básica a arquitetura.

Em 1941, convidou Oscar Niemeyer para elaborar o projeto de sua residência (figura 24), mesmo período em que o arquiteto, a pedido de Juscelino Kubistchek, então prefeito de Belo Horizonte, projetava a Pampulha. A partir desse momento, Francisco Peixoto abriu as portas de Cataguases para o Modernismo (ALONSO; CASTRIOTA, s/d). O projeto da residência de Francisco Peixoto (figura 24) marcou uma nova fase de ocupação urbana. O local de implantação, à Rua Major Vieira, uma das seis vias do núcleo de ocupação original da cidade (ver figura 26, página 69), no século XIX, conformou naquela região e, posteriormente, ao longo das Avenidas Astolfo Dutra e Humberto Mauro, diversos exemplares de arquitetura modernista (figura 25).

Assim, inicia-se a implantação de um projeto arquitetônico modernista, fundando uma nova era na cidade. A partir da construção da casa de Francisco Peixoto, encomendada ao Oscar Niemeyer, com móveis de Joaquim Terneiro, paisagismo de Burle Marx e esculturas de Jan Zach e José Pedrosa (XAVIER, 2013). A construção da casa de Francisco Inácio Peixoto, à Rua Major Vieira (uma das seis primeiras vias abertas no primeiro momento de ocupação da cidade) rompeu com o ecletismo vinculado à economia cafeeira e abriu as portas à consolidação da industrialização da cidade. Se tornou o marco das construções no estilo, em Cataguases.

Figura 24 – Residência de Francisco Inácio Peixoto à R. Major Vieira, 154



Fonte: BATISTA, José Luiz (org.). Revelando minha cidade: Informe Cultural, 2009.

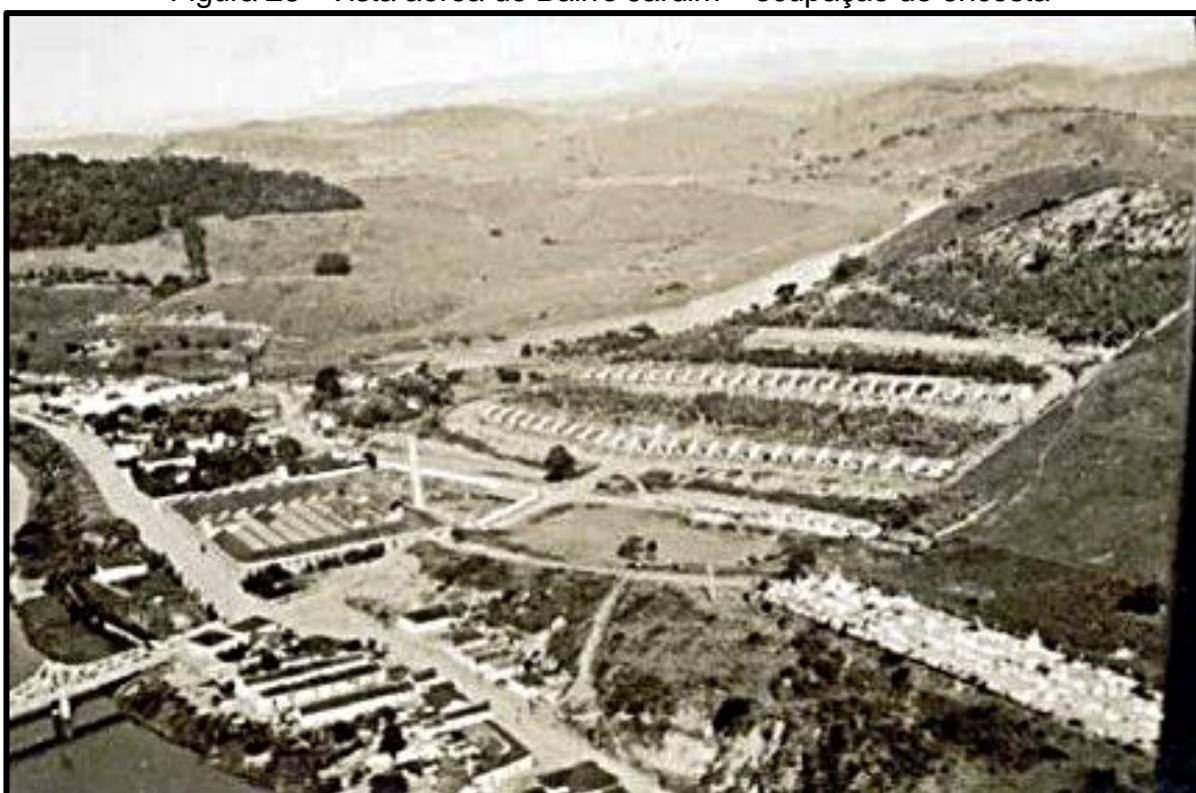
Figura 25 – Ocupação da cidade na década de 1940



Fonte: LINS, 2012, p. 52

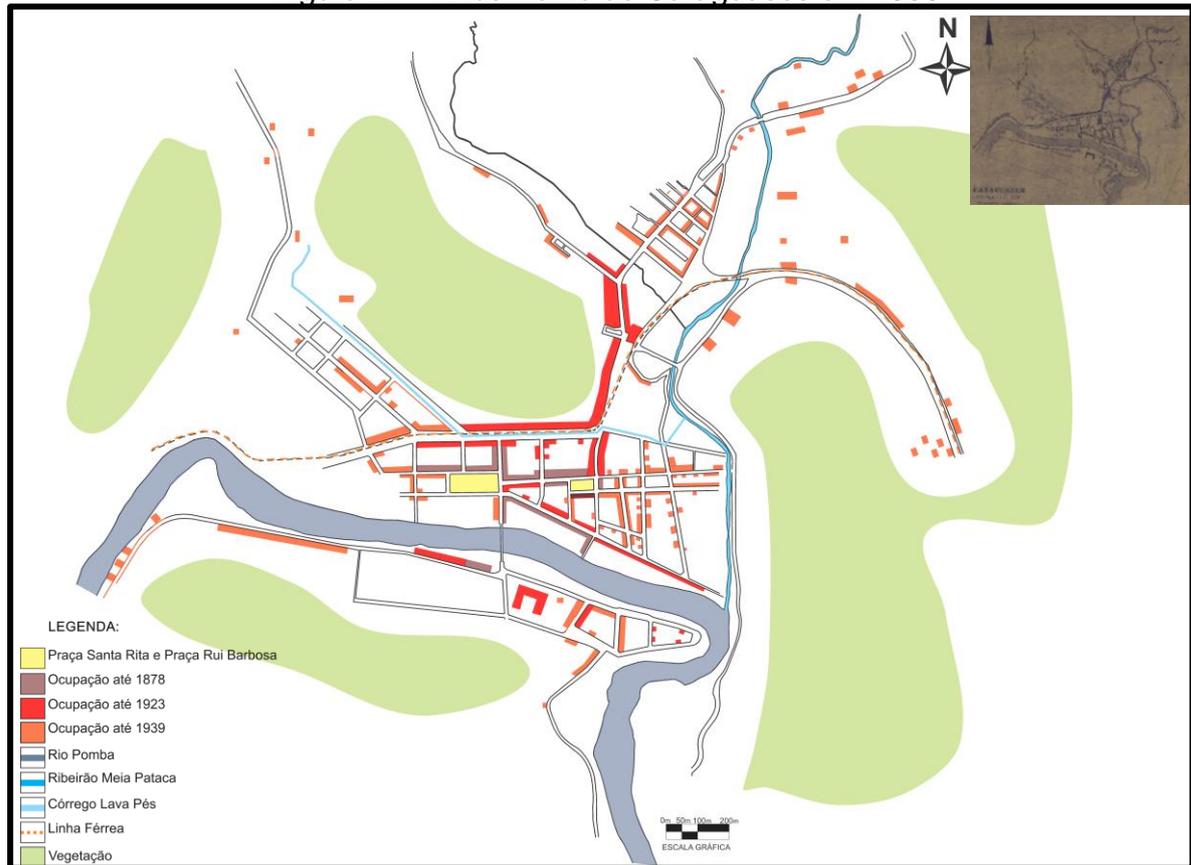
A expansão industrial fez com que, a partir dos anos de 1940 o molde de ocupação da cidade tivesse sido bruscamente modificação em relação aos anos anteriores. Áreas planas se encontravam bem adensadas e supervalorizadas, fazendo com que os que chegavam das áreas rurais ou de outras cidades, buscassem ocupar as encostas (figura 26). As necessidades de novos espaços para a classe operária, que crescia, fizeram surgir novos bairros, entre as décadas de 1940 e 1960, como Granjaria, Popular e Haideê Fajardo (FRANZINI, 2014). Novos rumos e novas perspectivas eram traçadas para a cidade (figura 27), com demolições de edifícios simbólicos, tais como o cineteatro Recreio e, novamente, a Matriz de Santa Rita de Cássia (MELLO, 2014).

Figura 26 - Vista aérea do Bairro Jardim – ocupação de encosta



Fonte: Secretaria de Cultura de Cataguases (s/d) *apud* ALONSO, 2010, p. 56

Figura 27 - Arruamento de Cataguases em 1939



Fonte: LINS, 2012, p.47, adaptado por Mariana Rossin, 2016.

Em meados da década de 1940, o já reconhecido arquiteto, Oscar Niemeyer foi, novamente, convidado por Francisco Peixoto a elaborar um projeto para o Colégio Cataguases (figura 28), o qual seria implantado em uma das extremidades da Avenida Humberto Mauro. Assim, ao longo de toda a década de 1940 e também, a de 1950, a produção modernista foi intensa em Cataguases, arquitetos como Niemeyer, Francisco Bolonha (figura 29) , MM Roberto (figura 30), Aldary Henriques Toledo, José Vicente Nogueira, Edgar Guimarães do Valle, Luzimar Goes Teles (figura 31) e Carlos Leão, o paisagista Roberto Burle Marx (figura 32) e artistas como Joaquim Terneiro, Candido Portinari (figura 33), Djanira, Paulo Werneck, Anysio de Medeiros e Emeric Marcier, assim como outros arquitetos e artistas que passaram pela cidade e ajudaram a moldar a paisagem característica e única de Cataguases.

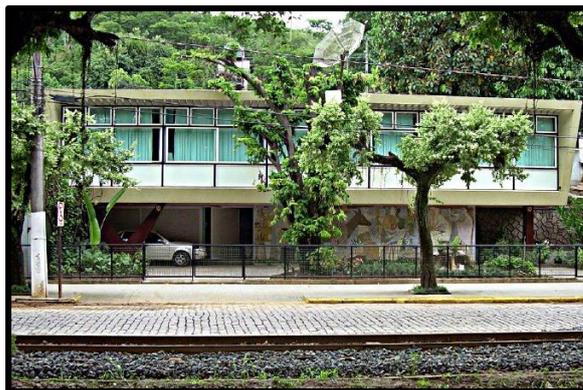
A década de 1960, apesar da diminuição do ritmo de produção, ainda apresentou algumas obras do estilo. Com tantas obras de nomes já consagrados no cenário nacional, o modernismo delimitou e consagrou uma nova área de ocupação, essencialmente, do estilo arquitetônico, na cidade. Localizada nos arredores da Avenida Humberto Mauro, a partir da implantação do Colégio e com a continuidade da década seguinte, através de diversas construções particulares.

Figura 28 - Colégio Cataguases – projeto Oscar Niemeyer



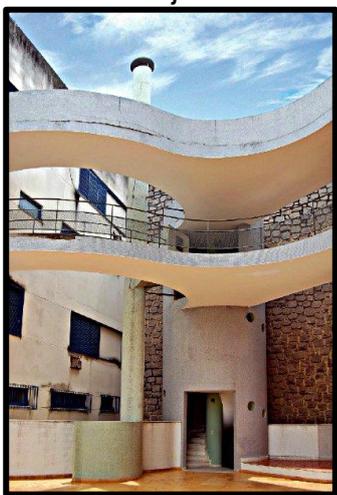
Fonte: flickriver.com. Acesso: junho/2016.

Figura 29 - Residência Nanzita – Projeto Francisco Bolonha



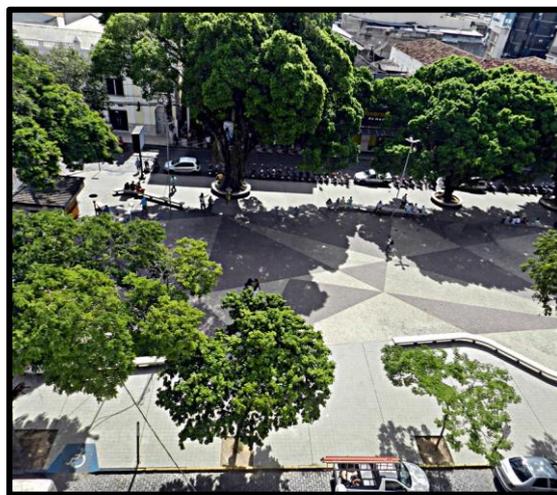
Fonte: ALONSO (coord.), 2012, p. 64.

Figura 30 - Circulação interna do Edifício A Nacional – Projeto MM Roberto



Fonte: ALONSO (coord.), 2012, p. 112

Figura 31 – Praça Rui Barbosa – Projeto Luzimar Goes Teles



Fonte: Mariana Rossin (2018)

Figura 32 – Hotel Cataguases – Projeto Aldary Henriques Toledo, paisagismo Roberto Burle Marx



Fonte: Mariana Rossin (2016)

Figura 33 - Monumento à José Inácio Peixoto - Painel “As fiandeiras” – artista Cândido Portinari



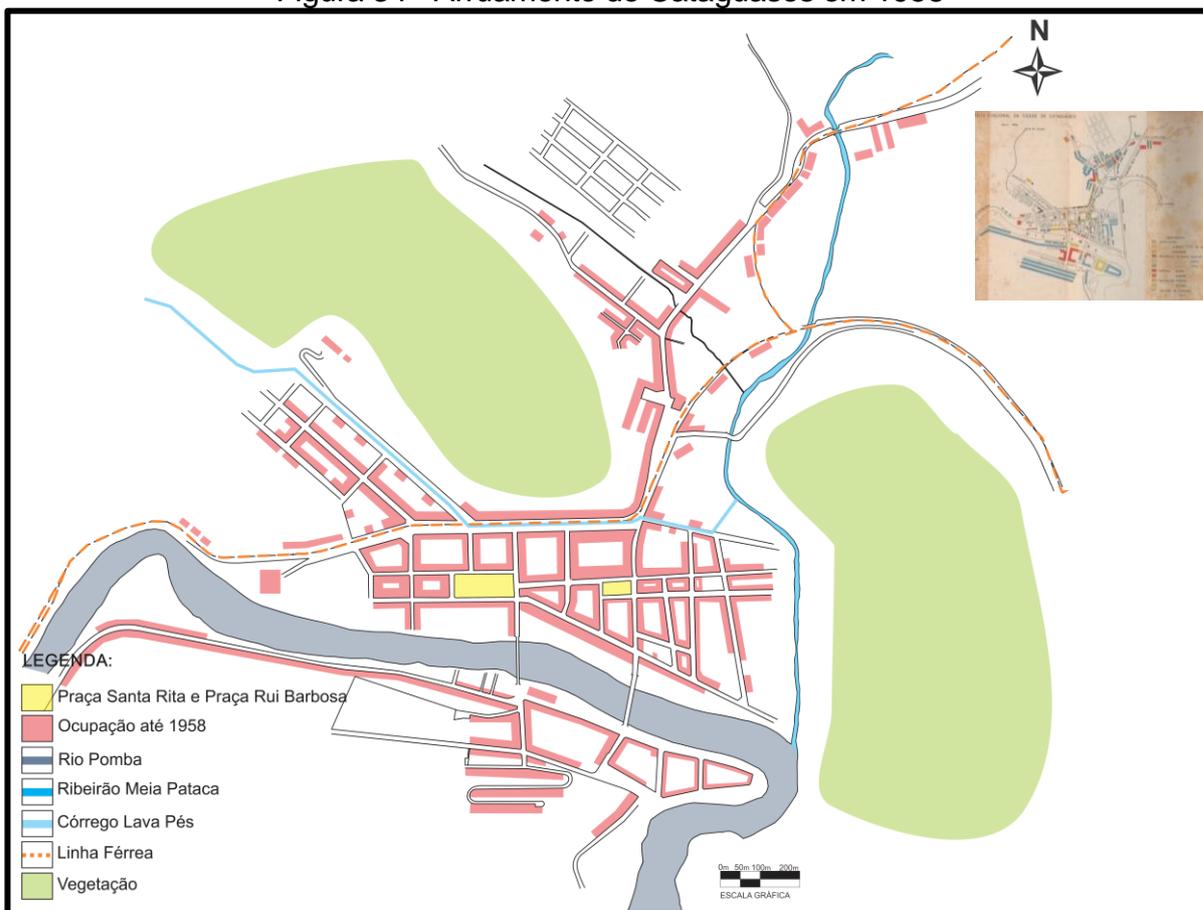
Fonte: ALONSO (coord.), 2012, p. 88

Em 1954 uma nova ponte foi erguida sobre o Rio Pomba, à esquerda da, já existente, Ponte Metálica, já que esta não estava conseguindo suprir as demandas de

ocupação e urbanização da margem esquerda do Rio. A cidade passava por um intenso processo de desenvolvimento industrial, onde a área central, composto pelo núcleo de ocupação original, entorno da Matriz de Santa Rita e a região da Estação Ferroviária e Fábrica de Fiação e Tecelagem, se encontravam extremamente adensados e sem capacidade de receber novas indústrias e tudo o que elas poderiam trazer.

A ocupação iniciada na década de 1940, a partir da extremidade oeste da Avenida Astolfo Dutra, aberta no final do século XIX, com seus diversos palacetes ecléticos e chalés tipicamente ingleses, passou a receber a inserção da arquitetura modernista que se ampliava para a porção noroeste, indo de encontro à nova Avenida, Humberto Mauro, até o Colégio Cataguases, após a década de 1950. Novos locais foram surgindo para implantação de casas e comércios para atender às novas demandas urbanas. A margem esquerda do Rio Pomba passava por intenso processo de ocupação, nos bairros Vila Tereza, Beira Rio e adjacências, transformando significativamente a paisagem local entorno do rio, da Cia. Industrial e nos arredores do Hospital (figura 34).

Figura 34 - Arruamento de Cataguases em 1958



Fonte: Revista IBGE, 1958, p. 82, adaptado por Mariana Rossin, 2016.

Desta forma, a Prefeitura Municipal, seguindo a moldes das grandes cidades brasileiras, criou uma área própria para instalação de indústrias, afastada do centro da cidade, sem fins lucrativos, apenas para atender às demandas industriais e de urbanização da cidade.

O projeto do Distrito Industrial previu desde uma rede de abastecimento de água capaz de suprir a demanda de diversas indústrias, até a construção de uma estrada própria para facilitar o acesso à importantes rodovias de saída da cidade. O Distrito, inaugurado em 1971, ocupa uma extensa área que margeia o Rio Pomba e dista, aproximadamente, três quilômetros do centro da cidade (figuras 35 e 36). Dessa forma, mais um momento de ocupação pôde ser percebido, novos bairros como Taquara Preta, Santa Clara, Ibrahim e outros foram surgindo graças a implantação de um equipamento urbano tal como o Distrito Industrial (figura 37).

O processo de urbanização da área do Distrito Industrial, implantado na década de 1970, teve continuidade até os anos de 1990, quando se estabilizou. Conforme Franzini (2014), há alguns anos, a região recomeçou com um novo processo de crescimento, através de empreendimentos que estão sendo implantados na região, como o Bairro São Cristóvão e as Habitações de Interesse Social, através do Programa Minha Casa, Minha Vida, o qual ainda hoje vem passando por transformações devido às instalações de programas como este.

Figura 35 - Distrito Industrial



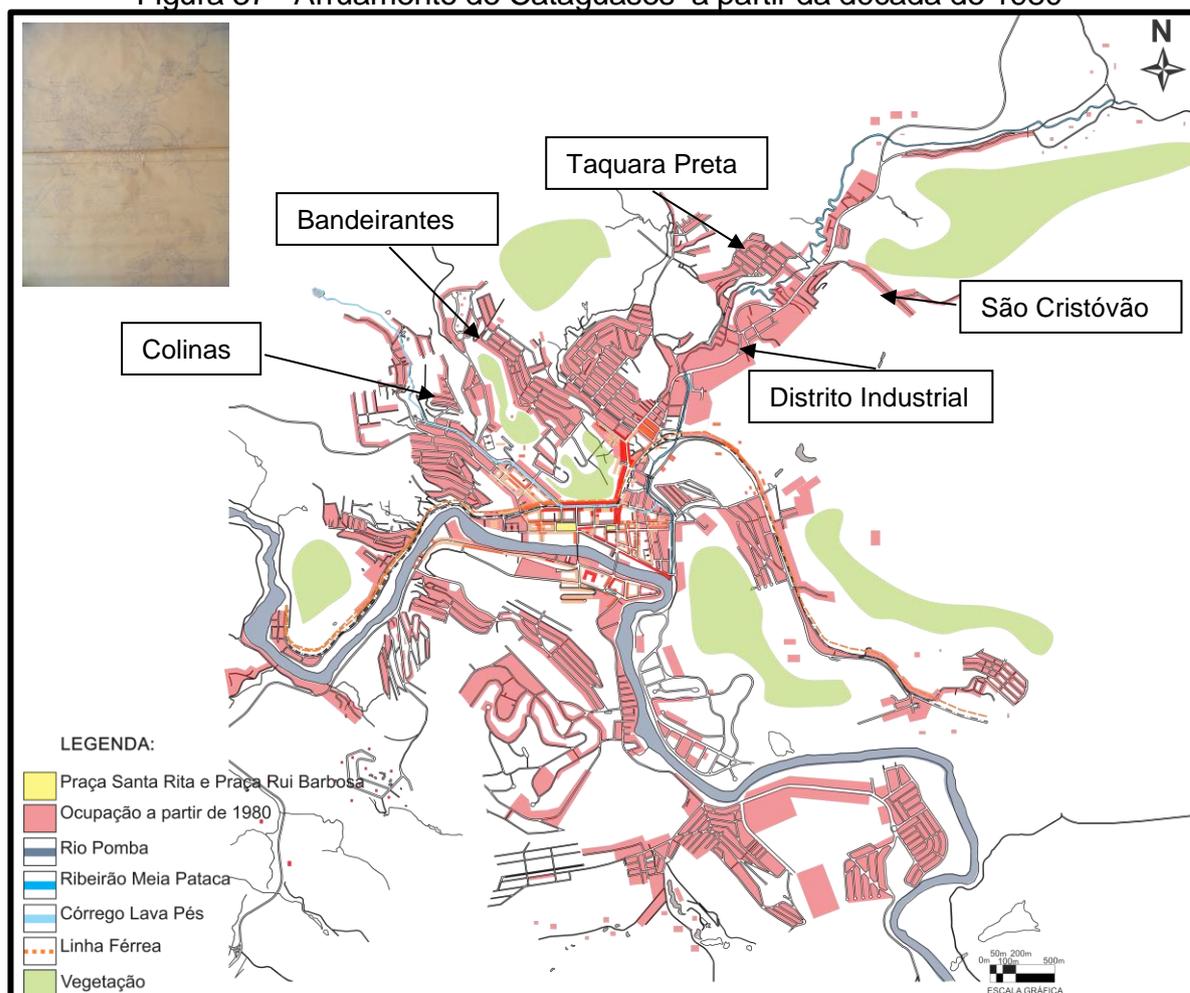
Fonte: Mariana Rossin, 2016.

Figura 36 - Distrito Industrial



Fonte: Mariana Rossin, 2016.

Figura 37 - Arruamento de Cataguases a partir da década de 1980



Fonte: IBGE, s/d, adaptado por Mariana Rossin, 2016.

Atualmente a cidade ainda permanece com o crescimento estabilizado, desde a década de 1980 e sua essência, industrial, contando com diversas fábricas implantadas ao longo dos bairros, área central e no distrito industrial, funcionando como importantes polarizadores de crescimento urbano, estas áreas e bairros. A região central, por se encontrar extremamente adensada e supervalorizada, deu início a um processo de substituição de edificações pré-existentes por novos empreendimentos, na maioria, verticalizados, acarretando em grandes perdas e num aumento populacional de uma área já fortemente adensada, promovendo uma grande especulação imobiliária, não só na área central mas, também, em bairros adjacentes, como Bandeirantes, Colinas e Bela Vista.

**A materialidade da paisagem de Cataguases, hoje, mantém-se de forma incrustada em suas características físicas e naturais, dos cursos hídricos, do relevo não muito acidentado e da vegetação abundante. Entretanto, conforme Bezerra (2017), o valor da paisagem não está, somente, sobre tal materialidade**

conformada pela natureza, é uma junção com as características culturais que foram se implantando no local, ao longo de sua história.

Berque (1995, *apud* LEITE, 2017, p. 346) diz que “*toda sociedade humana possui um ambiente, que ela percebe, que ela simboliza e que ela transforma*”. Assim, ao falar de paisagem se faz necessário ir além do ambiente, do material, dado como resultado do espaço que o ser humano organizou. A paisagem representa as elaborações “estético-afetivas”, corresponde aos registros individuais e coletivos da sociedade, em torno das experiências da memória (LEITE, 2017).

A urbanização de Cataguases, desde sua ocupação inicial, nas primeiras décadas do século XIX foi pensada ou inconscientemente pensada como uma “artialização” *in situ*, de forma que a paisagem fora se moldando e construindo a cidade. A intensa presença de elementos naturais, principalmente da água, misturou-se com as características de ocupação antrópica e, posteriormente, ao movimento cultural intenso que se instalou na cidade e construiu uma paisagem excepcional e única, com misturas de natureza e cultura que se fazem indissociáveis ainda nos dias de hoje.

## **2.2. Normativas e Legislações urbanas sobre o Patrimônio Cultural em Cataguases**

A formação social de Cataguases, principalmente relacionada à cultura, foi intrinsecamente relacionada a industrialização e à arquitetura modernista, se constituindo de um extenso acervo do estilo. Esta conformação, somente foi possível devido ao desenvolvimento econômico singular acarretado pelo incremento da indústria na cidade, juntamente com o olhar vanguardista de um grupo de industrialistas que mantinham uma intensa vida cultural, provinda da capital carioca e refletida no cotidiano da cidade.

Neste contexto, a família Peixoto é destacada pelo empreendedorismo que acarretou em diversas construções modernistas em Cataguases, principalmente em relação aos prédios públicos como, Cineteatro Edgard, Hospital Cataguases, diversas vilas de ocupação operária, Colégio, praças, principalmente a Praça Rui Barbosa, além de suas próprias residências, diferenciando-se de outras cidades com o mesmo caráter

arquitetônico, o que de certa forma foi responsável pelo reconhecimento da cidade como possuidora de um rico patrimônio nacional.

Entretanto, anteriormente a qualquer movimento em prol da preservação da arquitetura e da arte modernista na cidade, ainda em 1985, com o Decreto nº1.118, houve a criação do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Artístico de Cataguases, sendo o primeiro órgão municipal voltado à proteção do patrimônio da cidade. O Conselho, dentre outras funções, tinha o poder de tombarem em nível municipal, como foi feito nos anos seguintes com a Chácara Dona Catarina (figura 38), construção residencial característica dos chalés ingleses, com lambrequins e porão alteado e os galpões industriais do Coronel João Duarte Ferreira, representativos das primeiras fases de ocupação da cidade (LINS, 2012).

Figura 38 – Vista aérea da Chácara Dona Catarina



Autor desconhecido. Década de 2000.

Após um ano do falecimento de Francisco Peixoto, em 1986, a prefeitura municipal de Cataguases, juntamente com a 7ª DR SPHAN/ Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM) de Minas Gerais e a Faculdade de Filosofia e Letras de Cataguases, iniciaram um projeto de pesquisa através da elaboração de inventários e outros movimentos que buscavam o resgate à memória e à cultural local (ALONSO, 2010). Já na década de 1990, Francisco Inácio Peixoto Filho -filho do imigrante industrialista Francisco Inácio Peixoto-, então secretário de Cultura de Cataguases, se envolveu nos trabalhos dando seguimento ao que seria um início do processo de tombamento do conjunto da cidade.

O marco do movimento para o Tombamento de Cataguases se deu segundo Lins (2012) com a perda de uma das principais obras artísticas da cidade, o Painel Tiradentes (figura 39), encomendado por Francisco Peixoto à Cândido Portinari, para compor o salão nobre do Colégio Cataguases. A obra, que mede 17,70 metros de comprimento por 3,09 metros de altura, foi extremamente valorizada em exposição no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, em 1949 e foi vendida ao Governo do Estado de São Paulo, gerando forte indignação por parte de Francisco Peixoto além de alguns estudiosos e artistas da cidade.

Durante os anos 70, Francisco Inácio Peixoto luta contra o abandono do patrimônio artístico do Colégio Cataguases e pela restauração e conservação do “Painel de Tiradentes”. Após inúmeras tentativas junto à população local e ao governo mineiro, desiste e o painel é vendido para o Governo de São Paulo, encontrando-se, atualmente, no Memorial da América Latina. Segundo palavras do próprio Francisco Peixoto em correspondência a Laís Correia de Araújo: “Bem que eu gostaria que o TIRADENTES fosse para outras plagas. Cheguei à conclusão de que Cataguases não o merece e nem tem condições de preservá-lo. E nem só Cataguases: Minas também” (ÁVILA, 1994).

Em 1994, ocorreu na cidade um evento do Instituto de Arquitetos do Brasil – MG, sobre artes plásticas, mobiliários, cinema e literatura, sendo a publicação sobre o evento uma das primeiras em caráter detalhado sobre as manifestações culturais cataguasenses e, tornando-se o embasamento técnico para o futuro dossiê de tombamento da cidade. Além disso, ainda na ocasião, houve a instalação da réplica do Painel Tiradentes no salão nobre do Colégio Cataguases, em substituição do que fora vendido. Assim, o então presidente do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), Glauco Campello, solicitou a elaboração de estudos preliminares e indispensáveis para o exame de conveniência sobre o tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Cataguases, fazendo com que ao final do mesmo ano, após reuniões do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural fosse efetivado o tombamento do conjunto que abrangeria, um perímetro urbano, alguns bens imóveis, móveis e integrados (ALONSO, 2010).

Figura 39 – Réplica do Painel Tiradentes presente atualmente no Colégio Cataguases

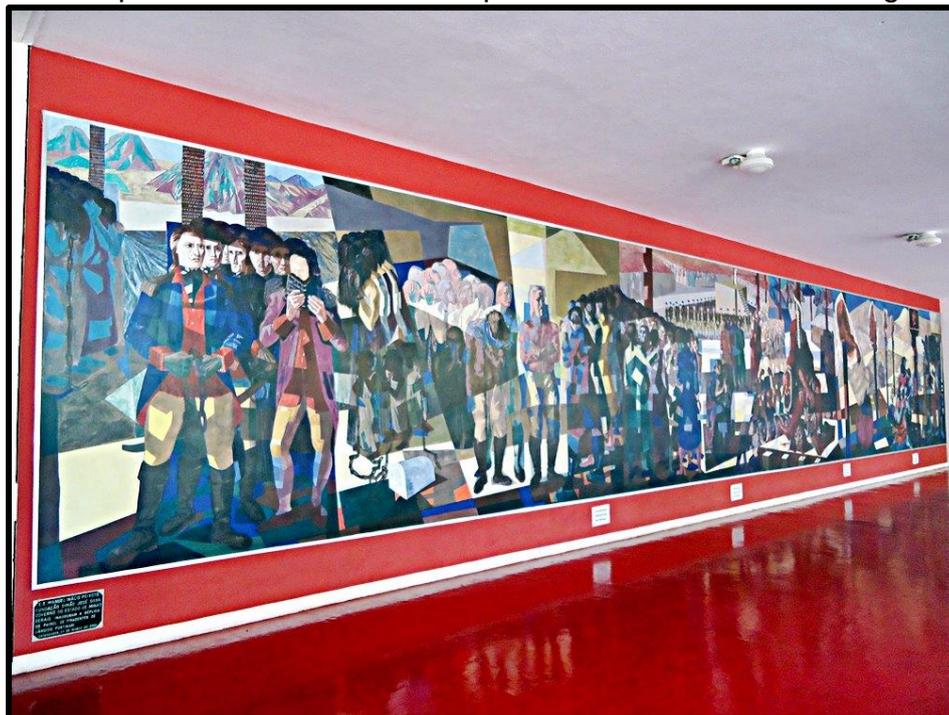


Foto: Mariana Rossin, 2014.

O Tombamento Federal de Cataguases foi publicado em 05 de dezembro de 1994 no Diário Oficial da União, com um texto que segue o artigo 216 da Constituição Federal de 1988, o qual amplia a definição de Patrimônio Cultural dada pelo Decreto-Lei nº25 de novembro de 1937. A inscrição nos Livros de Tombo Histórico, Belas Artes e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do IPHAN foi feita no dia 17 de novembro de 2003, quase dez anos após a publicação do tombamento com um perímetro que percorre parte da área central da cidade e dezesseis imóveis tombados de forma individual.

No ato da inscrição uma parte do que compunha o dossiê original, os bens móveis e integrados dos imóveis foram excluídos após diversos processos de impugnações abertos por proprietários destes imóveis, com o motivo de que não havia sido feito inventários sobre os bens móveis e assim, não se saberia ao certo o que havia em cada imóvel e o que deveria ou não ser preservado. Desta forma, no capítulo quatro, intitulado de “Parecer do Arquiteto Antônio Luiz Dias de Andrade”, responsável pela 9º CR/IPHAN/SP que participou do grupo de trabalho que elaborou o documento (IPHAN, 1994), o dossiê apresenta o seguinte texto:

Os minuciosos estudos realizados pela 13ª Coordenação Regional constituem argumentos suficientes para afirmar a importância e a necessidade da definição de medidas em benefício de seu reconhecimento, proteção e valorização.

Coloca-se, contudo, a dificuldade de se traduzir a real dimensão dos processos culturais ali ocorridos na seleção de um conjunto de bens para efeito de sua respectiva inscrição nos Livros de Tombo.

[...] restrito o tombamento às obras de arquitetura mais representativas, não há como evitar a redução do sentido e o significado do movimento moderno alcançados na cidade. Há o risco, inclusive, destas obras virem a ser compreendidas como referências significativas no quadro da produção de arquitetos ilustres, autores de seus respectivos projetos, e que têm assegurado lugar de destaque na historiografia da arquitetura moderna no Brasil, dissociando-as, portanto, das peculiares condições em que foram produzidas em Cataguases, e de seus antecedentes. (ANDRADE, 1994, *apud* IPHAN, 1994, p. 47-48)

As palavras transcritas de Andrade (1994), apresentam com clareza o desafio que era o tombamento de Cataguases, numa época em que o IPHAN somente havia tombado, como categoria de conjuntos históricos urbanos, cidades com características homogêneas, como as cidades mineiras de Ouro Preto e Diamantina, por exemplo. Em Cataguases o contexto era distinto, as edificações modernistas, foco do tombamento, encontram-se de forma espalhada pela cidade, possuindo alguns pontos de concentração, mas dificilmente poderia ser feito um perímetro de tombamento onde, somente obras modernistas estivessem incluídas, no contexto cataguasense.

Conforme Alonso (2010), o reconhecimento, pelos técnicos, de somente obras modernistas de valor excepcional, poderia causar o não reconhecimento de todo o processo cultural, social e econômico que fez parte da formação da cidade. Seria necessário o uso de forma ampliada do conceito de patrimônio, entretanto era esse, exatamente o desafio enxergado pelos técnicos, como utilizar tal conceito de forma ampla e aplica-los para a preservação do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Cataguases. A cidade revelou-se com um centro histórico marcadamente heterogêneo, principalmente quando se analisava um período mais recente de sua história, a partir do final do século XIX e início do século XX, como afirma ainda Andrade (1994):

Cataguases revela na complexidade de sua história um novo conceito de Centro Histórico, considerando-se, sobretudo, os seus períodos mais recentes. Conceito que rompe os limites impostos pelo peso da herança adquirida irrefletidamente da cultura europeia, acostumada a circunscrever os interesses prioritários aos remanescentes da sociedade pré-industrial cujo ideal de harmonia sempre estimulou os sentimentos de admiração e respeito.

Cataguases não é a Ouro Preto da modernidade; representa uma espécie de síntese da história recente do país, potencializada, realçados os seus tons com tintas fortes, sensíveis e brilhantes. Nessa medida, afirma-se como patrimônio nacional, testemunho de sucessos e reveses. E como "Centro Histórico" haverá de ter seus limites traçados. Como "Centro Histórico" haverá de dispor de critérios e normas que disciplinem sua gestão. (ANDRADE, 1994, *apud* IPHAN, 1994, p. 51)

Andrade (1994) discorre sobre algumas formas de ação em prol da preservação do patrimônio de Cataguases, visto que, com as características arquitetônicas heterogêneas de seu Centro Histórico, seria de difícil ação com as formas tradicionais de preservação, sendo necessário, para a efetivação da proteção, a delimitação de um perímetro de tombamento. Assim, o arquiteto sugeriu algumas diretrizes de preservação que se distanciavam das que já haviam sido implantadas em outras cidades, até o momento:

Os limites traçados para o perímetro do Centro Histórico, primeiramente, não deverão acarretar na aplicação pragmática dos preceitos que vigoram para as cidades tombadas, ou seja, obriguem o controle rígido sobre quaisquer obras novas ou reformas que se pretendem empreender em seu interior. Trata-se no caso de uma espécie de declaração de área de interesse cultural, ao menos num primeiro momento.

Nesta área serão selecionados os exemplares mais representativos; estes sim tombados individualmente.

Recorrendo aos efeitos do tombamento, previstos no artigo 18 do Decreto Lei nº 25/37, no interior do perímetro deverão ser relacionados um novo conjunto de bens imóveis, por intermédio de um minucioso inventário que procure levar em consideração o processo de formação e desenvolvimento da cidade e sua correspondente fisionomia urbana. Os bens inventariados permanecerão sujeitos, exclusivamente, nos casos de demolições, reformas ou novas construções, à anuência prévia do Instituto do Patrimônio Artístico Nacional. Os demais imóveis não inventariados no interior do perímetro estarão totalmente liberados do controle do IPHAN, subordinando-se, tão somente, às posturas municipais. (ANDRADE *apud* IPHAN, 1994, p. 51)

O parecer ainda descreve que, dentro da perímetro definida há dezesseis imóveis, que deveriam ser tombados individualmente (figura 40), além dos bens móveis e integrados que pertencem a eles e a pavimentação das ruas e avenidas, entretanto, como já dito anteriormente, após processos de impugnação, os bens móveis foram retirados do processo.

Figura 40 – Perímetro de tombamento de Cataguases



Perímetro de Tombamento conforme o parecer de Antônio Andrade (1994) e edificações tombadas individualmente pelo IPHAN. Fonte de dados: ALONSO (2010) e Google Maps (2019). Elaborado por Mariana Silva Rossin (2019).

A delimitação de um perímetro de tombamento e a escolha de dezesseis imóveis tombados, individualmente, teve nítida intenção de abranger diversos momentos históricos e manifestações culturais da cidade, entretanto o destaque notório que fez de Cataguases, referência arquitetônica e cultural, se fez no modernismo e em todas as suas formas de expressão presentes na cidade e, segundo Alonso (2010):

O processo foi construído referenciando-se sempre nas manifestações tanto culturais quanto sociais e econômicas da cidade - a morfologia inicial do arraial, a economia cafeeira, a importância da ferrovia para o desenvolvimento econômico, social e urbano, a chegada de imigrantes, as edificações neocoloniais; ecléticas, art déco, o processo de industrialização, a classe operária e suas vilas. Manifestações que, de alguma forma, não se diferenciam muito das de outras cidades da região ou até mesmo do Estado de Minas Gerais, que sofreram o mesmo processo de desenvolvimento. Mas, além destas, aconteceram as que dão notoriedade e chamam a atenção nacional para Cataguases: a literatura com os Verdes, o ciclo do cinema com Humberto Mauro, Pedro Comello e Eva Nil e a arquitetura, artes, mobiliário e paisagismo modernistas produzidos pelos arquitetos e artistas que atuavam no Rio de

Janeiro, muitos da primeira geração de modernistas brasileiros e, posteriormente, com a grande produção de um arquiteto morador da cidade - Luzimar Telles (ALONSO, 2010, p. 82).

Nesse momento, o IPHAN já reconhecia as dificuldades para a preservação da cidade, visto que, o tipo de tombamento proposto, com um perímetro urbano tão desigual era novidade aos técnicos do Iphan que, até então, somente haviam trabalhado com conjuntos homogêneos, como Ouro Preto ou a Pampulha, em Belo Horizonte (ROSSIN, 2016).

Outro parecerista do processo de tombamento, o arquiteto Ítalo Campofiorito (1994), em harmonia com os ideais ampliados de patrimônio, sugeriu uma nova forma de tratar e gerir o perímetro que estava sendo delimitado, com a ideia de criação de um ecomuseu e não um “centro histórico” ou “uma área de interesse cultural” como até então estava sendo tratado. O arquiteto traz um conceito novo, o qual ele acreditou ser a melhor opção para o que a área urbana de Cataguases necessitava.

Trata-se de tombar o "centro histórico", eu diria melhor, o sítio histórico central, da cidade de Cataguases, na Zona da Mata, estado de Minas Gerais. A proteção seria alcançada pelo arrolamento de dezesseis bens imóveis, sete dos quais acompanhados por bens móveis e integrados que lhes pertencem. Ao contexto urbanístico que identifica as relações históricas e artísticas entre os referidos indivíduos arquitetônicos - justamente considerado, nas palavras dos técnicos do IPHAN, "área de interesse cultural" - é que se chamaria de sítio ou "centro histórico" para um tombamento devidamente amenizado, a fim de que a fiscalização administrativa do IPHAN fique reduzida à proteção dos bens tombados e, além disso, as demolições, reformas ou novas construções sejam subordinadas "tão somente às posturas municipais".

Basta ler o farto relatório técnico para convencer-se do valor excepcional do conjunto para a história da arte moderna brasileira. O valor geral é mais do que excepcional, é único. É arte moderna no mais amplo sentido da expressão, abrangendo poesia, prosa e edição gráfica de literatura; arquitetura, painéis murais, revestimentos, mobiliário, quadros, esculturas e arquitetura de jardins, e mais o cinema do Ciclo de Cataguases. Vale dizer, manifestações da melhor arte moderna brasileira, acontecidas entre as décadas de 20 e 40, na maior densidade verificada no país em qualquer época.

[...]

Mas, além da arquitetura e das obras de arte, houve a Revista Verde e o Ciclo Cinematográfico de Cataguases, ainda na década de vinte. Também no caso da

Revista Verde, nomes como Enrique de Resende e Rosário Fusco ou de seus padrinhos, Mário e Oswald de Andrade, são velhos amigos. "Verde, Revista Moderna", disse Mário de Andrade. Com ela comunicaram-se Manuel Bandeira, Cassiano Ricardo, Blaise Cendrars, Guillaume Apollinaire... Quanto ao Ciclo Cinematográfico de Cataguases, é proeza ainda maior do que a da arquitetura ou das artes trazidas do Rio, ou mesmo do que a Verde dos jovens literatos que se dispersaram, ainda em botão, nos anos 30 ("*quando Verde não saiu mais, quando os meninos se espalharam...*" diz Marques Rebelo, in "Cataguases 1937", pg. 27 e 28 do vol. 2 deste processo). O "surto" de produção cinematográfica que revelou Humberto Mauro, Pedro Comello e Eva Nil é, na verdade, o 1º capítulo, e não o menor, da história da sétima arte no Brasil. Confirma-se, portanto, que há em Cataguases um "lugar de modernidade" que se deve proteger, comemorar e reviver. Daí o tombamento solicitado, que eu proponho que se aprove hoje. Sabemos todos que, ao tombar, preservamos valores, mas o que arrolamos nos livros são objetos sólidos que aqueles valores tingem ou "cavalgam", como dizem os axiólogos. Por isso, proponho que esse tombamento seja enunciado na ordem inversa da que vem no esplêndido relatório do arquiteto Antônio Luiz Dias de Andrade (pg. 48 e 56 do vol. 2). Em vez de um "centro histórico", como ele diz numa livre extensão semântica e em cujo interior se destacariam os imóveis de valor individual, e depois de ler suas profundas considerações sobre a complexidade cultural e urbanística em causa - eu prefiro pensar, primeiro, nos bens sólidos (imóveis, móveis e integrados) - tombados no Livro Histórico, para posterior exame de quais também merecem ir ao Livro de Belas Artes. E quanto ao contexto urbano, definido pelos técnicos do IPHAN, concordo em tombá-lo, sim, e nos termos do relatório, como "Área de Interesse Cultural" e "Lugar da Modernidade". Ou seja, não como um núcleo de um desenvolvimento urbano em diferentes épocas históricas (a imagem de Olinda, São João del Rei, Florença ou Roma), mas como trecho de escrita urbana, segmento, ou sítio central do tecido urbano, aonde há sinais, traços, pegadas, possíveis releituras da modernidade que se quer preservar. Creio que só a noção de um ecomuseu levaria, no âmbito do perímetro tombado, à continuidade e revitalização permanente dessa memória. Em sua concepção mais avançada, o ecomuseu será, justamente, a celebração cotidiana, intelectual e lúdica, comunitária e cidadã, do bairro cultural central, do cor modernista de Cataguases (COMPOFIORITO, 1994, *apud* IPHAN, 1994, p. 167-171 e 244-245).

Apesar da tentativa de abrangência de um conceito mais amplo de patrimônio e das teorias que o abarcam, segundo Alonso (2010) pode-se notar lacunas na delimitação do perímetro de tombamento e na escolha dos imóveis tombados de forma individual,

além da gestão da proteção e da ausência de inventários sobre o patrimônio de Cataguases.

Entre as diversas falhas notórias no processo de tombamento de Cataguases, algumas estão mais visíveis e ainda geram questionamentos sobre o processo de escolha dos imóveis e a delimitação do perímetro como alguns imóveis modernistas que não foram tombados individualmente, tendo sido usado, aparentemente, como critério para escolha, obras de autoria de arquitetos e artistas já renomados, sendo deixado de lado projetos de autorias menos reconhecidas para o cenário nacional.

Os mais significativos são a Igreja Matriz de Santa Rita de Cássia, projetada pelo arquiteto Edgar Guimarães do Vale em 1944 e construída em substituição à antiga, eclética com características góticas, o Santuário de Santa Rita possui características tipicamente modernistas e um formato que remete a uma aeronave com apenas uma asa (figura 41); nenhuma obra do arquiteto residente na cidade e com o maior número de projetos executados na mesma, Luzimar Góes Telles e a exclusão pelo perímetro de tombamento de vilas operárias, como a do Bairro Jardim, onde somente a primeira rua foi considerada, por ser obra de Francisco Bolonha e possuir elementos do movimento modernista (figura 42), a vila operária do Bairro Vila Domingos Lopes, pertencente à Fábrica de Fiação e Tecelagem – mais antiga da cidade –, a vila operária do Bairro Vila Reis, em frente à linha férrea; além dos arredores da Estação Ferroviária, onde encontram-se diversos galpões, armazéns e grande parte das edificações ecléticas ainda existentes na cidade.

Figura 41 - Igreja Matriz de Santa Rita de Cássia



Fonte: ALONSO (coord.), 2012, p. 40

Figura 42 - Bairro Jardim



Fonte: Rossin, 2018

Em 1995, o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico foi dissolvido e suas funções foram transferidas para o Conselho Municipal de Cultura. Cinco anos depois, foi criado o Departamento Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Cataguases, o DEMPHAC, que organiza o patrimônio local e todas as atividades relacionadas.

Os tombamentos municipais, em Cataguases, não fazem um recorte temporal, como o tombamento nacional que prioriza um momento da história da cidade, marcado pela industrialização do início do século XX e, também não focam numa tipologia arquitetônica e artísticas específicas como ocorre no tombamento do Iphan que, apesar de incluir, individualmente, alguns imóveis de outros estilos arquitetônicos, como fabris e ecléticas, tem seu foco na preservação da arquitetura e arte modernista, um exemplo disto é o tombamento municipal do Conjunto da Praça Governador Valadares (figura 43), entorno da Estação Ferroviária, que abrange arquiteturas de quase todas as épocas históricas e arquitetônicas da cidade, não mantendo o foco em um recorte ou uma tipologia, como se fizesse um contraponto aos elementos que o tombamento nacional não englobou.

Ainda em 1995, através da Lei Municipal nº2.427, foi instituído o Código de Zoneamento, Parcelamento e Ocupação do Solo Urbano, o qual já estava em estudo para ser elaborado no momento do tombamento federal do conjunto urbano. Desta forma, em uma das correspondências recebidas pelo IPHAN, em decorrência do processo de tombamento, o presidente da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Cataguases (ASSEA), Alberico Dutra de Siqueira Filho citou:

Na oportunidade, sugerimos que todo e qualquer trabalho relativo à preservação do patrimônio de nossa cidade, seja feito em sintonia e se possível, incorporado ao Anteprojeto de Lei de Zoneamento de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo Urbano de Cataguases, que se apresenta atualmente em fase final de elaboração, através do departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal de Cataguases (SIQUEIRA FILHO, 1994 *apud* LINS, 2012, p. 67).

Figura 43 – Conjunto da Praça Governador Valadares (Estação Ferroviária)



Fonte: Acervo da autora, 2018.

A citação de Siqueira Filho (1994) apresenta a preocupação com a interrelação entre as ferramentas do Tombamento com as Legislações Municipais que aconteciam simultaneamente (o processo de tombamento teve início em 1994 e a Lei de Uso e Ocupação do Solo -nº2.427 foi introduzida no ano seguinte -. Assim, a Lei nº2.427 de 1995, determina através de modelos de ocupações e usos do solo, a legislação urbanística para controle da administração pública municipal. A cidade foi dividida em zonas, de acordo com as tendências de ocupação que possuem cada região. Duas zonas de maior interesse histórico são a Zona Central (ZC), descrita da seguinte forma no artigo 6:

A **Zona Central** caracteriza-se por concentrar as principais atividades comerciais e de serviços, de gestão pública e privada, de alta densidade predial, cujos limites encontram-se no mapa anexo.

Parágrafo Único: para a ZC propõe-se a permitir o adensamento vertical controlado, através de parâmetros de ocupação do solo que garantam a qualidade do quadro construído, assim como impedir a implantação de atividades geradoras de poluição e demais usos conflitantes com sua função (MUNICÍPIO DE CATAGUASES, 1995, p. 3-4).

A outra zona de interesse histórico, descrita na Lei é a de Áreas especiais de Proteção (ZEP), a qual é descrita da seguinte forma no artigo 12:

As **Zonas Especiais de Proteção** (ZEP) dizem respeito:

ZEP1 - Às faixas de proteção ao longo do Rio Pomba e demais cursos d'água.

ZEP2 - Aos terrenos com declividades superiores a trinta por cento.

ZEP3 - Às áreas cujos terrenos encontram-se em processo de erosão.

ZEP4 - Às seguintes áreas de proteção ambiental: Parque Florestal de Cataguases e as matas existente nos bairros Menezes e Thomé, as que circundam o conjunto habitacional João Paulo II, as que envolvem as fazendas da Pedreira, Santa Cristina e o colégio Francisco Inácio Peixoto, as da escola Manoel Inácio Peixoto e as da encosta contígua às ruas Gama Cerqueira, Visconde do Rio Branco e praça Governador Valadares.

Parágrafo 1º. Para as ZEP 1 deverão ser observadas as faixas de proteção nas respectivas margens, de vinte e cinco metros para o rio Pomba, quinze metros para o rio Meia Pataca e cinco metros para os córregos e demais cursos d'água situados no perímetro urbano.

Parágrafo 2º. Nas ZEP 2 deverão ser observadas as disposições da Lei Federal nº. 6.766/79, que dispõe sobre a limitação do parcelamento do solo urbano em áreas com declividades superior a trinta por cento.

Parágrafo 3º. As áreas classificadas como ZEP 2 poderão ser objeto de programa de florestamento com essências nativas e ficarão isentas de tributação municipal.

Parágrafo 4º. As ZEP 3 serão objetos de ocupação controladas caso a caso pelo setor técnico da Prefeitura Municipal, na medida em que abrigam terrenos em processo de erosão.

Parágrafo 5º. Quanto às ZEP 4, o município deverá demarcar as unidades nele relacionadas, cujos limites, formas de utilização e de tributação serão definidos em Lei (MUNICÍPIO DE CATAGUASES, 1995, p. 4-5).

Simultaneamente ao Código de Zoneamento, Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo Urbano foi, também, criada a Lei nº2.428 de 1995, instituindo o Código de Obras Municipal, a qual sofreu alterações através da Lei nº3.135 de 2002. Os padrões urbanísticos aprovados pela Prefeitura Municipal, através das Leis nº2.427 e Lei nº2.428 de 1995, permitiram a modificação significativa da paisagem urbana local, com o surgimento de edificações de grande porte em áreas onde, anteriormente, predominavam construções térreas ou sobrados, principalmente em relação à área central. Houve um crescimento desordenado e desequilibrado a partir das legislações urbanas, tornando-as divergentes em relação ao Tombamento, o que se confirmou em correspondência entre a prefeitura municipal de Cataguases e o Conselho Consultivo do Iphan:

Apesar dos instrumentos legais existentes e da nossa disposição em coibir o crescimento desordenado da cidade, os resultados alcançados têm sido insignificantes.

Conhecendo as características arquitetônicas da cidade e reconhecendo nossa incapacidade em evitar sua descaracterização, vimos por meio desta expressar nossa concordância e desejo de que seja realizado o Processo de Preservação do Tombamento da cidade de Cataguases (MUNICIPIO DE CATAGUASES, 1994 *apud* LINS, 2012, p. 59)

Conforme afirma Lins (2012), esta correspondência revelou a fragilidade do poder público municipal em promover a proteção do tombamento, mesmo tendo as suas legislações urbanas sido criadas em momento quase que concomitantemente ao processo de tombamento federal. Destaca-se ainda que, analisando as datas de publicações das Leis, principalmente a Lei nº2.427 - publicada em fevereiro de 1995 - e o Tombamento Federal - aberto em dezembro de 1994 -, a proximidade das criações e ainda assim, a falta de coerência entre os textos de ambos documentos, o que torna o tombamento, para a população, quase que um ato ilegítimo, já que vai contra os interesses de grupos economicamente empoderados, na cidade, gerando conflitos de interesses, desvalorização e, conseqüentemente, descaracterização do patrimônio cultural municipal.

Ainda, sobre o uso do solo e a relação com a imagem urbana, Lins afirma:

A Lei de Uso do Solo possibilita um potencial construtivo maior do que os praticados anteriormente e encontrados na conformação urbana da cidade. O potencial construtivo é indicado pelo Coeficiente de Aproveitamento do terreno, aqui denominado CA, que estabelece a quantidade de área a ser edificada em uma área dada. Este coeficiente relaciona-se diretamente com a densidade de ocupação da cidade, com a altimetria e com a relação de cheios e vazios. Ou seja, é um indicador da textura urbana e da sua imagem. A redação da Lei não inclui o cálculo dos coeficientes de aproveitamento no quadro que estabelece gabaritos e taxas de ocupação máximas. Esse cálculo é feito multiplicando o número de pavimentos pela taxa de ocupação, e, no caso dessa lei específica, acrescentando o valor de 30% da taxa de ocupação, referente à possibilidade de construção na cobertura. São desconsiderados os pavimentos subterrâneos (LINS, 2010, p. 66).

Em 2006 outro instrumento urbanístico foi implantado na cidade, o Plano Diretor Participativo (PDP), oficializado através da Lei nº3.546. A ferramenta de política de desenvolvimento físico, econômico, social, ambiental e urbano, foi criada para promover

a qualidade de vida e a sustentabilidade da cidade para os habitantes, através de ações públicas e privadas. A prefeitura municipal contratou uma equipe técnica da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pela Escola de Arquitetura, para a elaboração dos estudos e do instrumento.

Em seu capítulo 5, há um direcionamento para a Preservação e Conservação do Patrimônio Cultural, onde o artigo 25 relaciona as intenções do PDP para o patrimônio da cidade, através da criação de inventários, estudos detalhados para integração do desenvolvimento local, mapeamento dos bens de interesse patrimonial, reativação do Conselho Municipal de Patrimônio, criação de um arquivo público municipal além da criação de um Museu sobre o Modernismo Brasileiro e a instalação, junto ao Iphan, de um escritório do órgão, na cidade. Já o artigo 26, tem uma abordagem para as intervenções urbanísticas e arquitetônicas dentro da zona de proteção cultural criada, como nota-se na seguinte descrição:

As intervenções urbanísticas e arquitetônicas dentro do perímetro da Zona de Proteção Cultural [...] estão sujeitas às seguintes diretrizes:

I. Preservação da totalidade do acervo arquitetônico-urbano-paisagístico determinada por meio da manutenção das seguintes características:

- a. O quadro natural e a paisagem circundante;
- b. A morfologia urbana e o traçado dos logradouros;
- c. As tipologias arquitetônicas;
- d. A relação das áreas edificadas e as não edificadas;
- e. A unidade dos conjuntos urbanos;
- f. A diversidade e a multiplicidade de usos;
- g. Os espaços públicos de reunião e encontro;
- h. As manifestações culturais.

II. Preservação da notabilidade do acervo arquitetônico-urbano-paisagístico que se dá pela unidade e originalidade do seu patrimônio arquitetônico, pela qualidade do conjunto que constitui esse patrimônio cultural, bem como pela harmonia da paisagem na qual ele se insere;

III. Compatibilização dos valores e as necessidades da vida urbana atual e do desenvolvimento socioeconômico com a preservação do acervo arquitetônico urbano-paisagístico;

IV. Melhoria da qualidade de vida no meio ambiente urbano (MUNICÍPIO DE CATAGUASES, 2006, art. 26, p. 26-27).

O PDP, em sua essência serviu como uma tentativa de fazer uma ponte entre o tombamento federal de Cataguases e as legislações urbanas municipais que não se conectam. Havia uma preocupação da equipe técnica em manter uma organização no espaço urbano, através da manutenção da leitura da paisagem da cidade, com a preservação do quadro natural, da paisagem urbana, da morfologia urbana, do traçado das vias, dos conjuntos uniformes e da relação existente entre cheios e vazios urbanos.

Entretanto, atualmente pode-se perceber que pouca coisa do que está presente no processo de tombamento, como diretrizes, foram, de fato, incorporados em prol da preservação do Patrimônio Cultural local, itens como o Museu do Modernismo, o Conselho Municipal do Patrimônio e o escritório do IPHAN, não foram incorporados, já outros itens, como o Arquivo Público Municipal não funciona efetivamente como tal, havendo uma desorganização entre os itens.

Não se encontra, hoje, na cidade, um plano de inventários nem mapeamento dos bens de interesse cultural, o pedido de criação de inventários do patrimônio cultural da cidade, feito ao longo do processo de tombamento, em 1994, nunca foi efetivado. Além disso as Leis que ainda são vigentes e ainda defendem interesses de um grupo de imobiliários e construtores, fez com que a paisagem urbana da cidade sofresse transformações intensas nos últimos anos, acarretando em fortes descaracterizações.

A gestão do patrimônio, principalmente o arquitetônico, de Cataguases, proposta no Dossiê de Tombamento do Iphan, não se faz eficaz como pretendido nos relatórios e para justificar, poder-se-ia agregar alguns fatores, tais como, a inexistência do inventário ou da falta de um escritório do Iphan na cidade ou na região, dificultando a fiscalização do patrimônio, a ausência de um conselho municipal, específico para assuntos de patrimônio cultural, além de outros fatores que, juntos, permitem a perda de diversos imóveis na cidade ou que, ainda, admitem, através das legislações urbanas que não interagem com a questão do patrimônio local, a construção ou inserção de forma que limitam a leitura da paisagem urbana.

Lins (2012) discorre que o tombamento do centro histórico de Cataguases se faz através de intenção de preservação de uma área com registros isolados de um movimento cultural e período específico. Tais registros se relacionam por pertencerem à um acontecimento datado, apesar de não espacialmente próximos, entretanto com uma ascendência comum. A intenção era a preservação da paisagem urbana da cidade

encontrada em 1994, ano do tombamento, considerando-a como objeto a ser preservado e, simultaneamente, como área de entorno dos elementos tombados de forma individual, pois os mesmos encontram-se dentro do perímetro delimitado.

O tombamento federal de Cataguases demonstra a intenção de preservar a imagem urbana de 1994 em todo o perímetro delimitado, considerando-o como objeto e como área de entorno. O centro já se encontrava em processo de verticalização [...], mas ainda respirava o peso da tradição misturado com a aura da modernidade. Não pretende recuperar nenhuma imagem idealizada da antiga cidade, com quintais arborizados e casas com telhados de barro e fachadas ecléticas, mas faz referência a essa ambiência como a materialização de um momento histórico que propiciou o surgimento dos exemplares modernistas que lhe deram fama, e sugere que a volumetria dessa época deveria ser preservada (LINS, 2012, p.52).

Apesar da intenção de não favorecer um período ou um movimento, como descrito no dossiê de tombamento, na prática ficou visível a discordância entre os relatórios e as escolhas para tombamento na cidade. A atuação do Iphan tentou basear-se na sugestão do arquiteto e relator do processo de tombamento, Antônio Andrade e implantar uma gestão compartilhada, na qual a prefeitura municipal teria responsabilidade sobre a perímetro de tombamento criando com ferramentas de controle para os imóveis não tombados dentro do perímetro, enquanto o próprio Iphan se dedicaria à fiscalização dos imóveis tombados individualmente e os entornos imediatos dos mesmos (LINS, 2012).

De certa forma o que se vê hoje na cidade é uma gestão unilateral, partindo da prefeitura municipal, através do DEMPHAC com auxílio de proprietários dos imóveis tombados. Nota-se que a área dentro do perímetro tombando (1994) é grande o suficiente para uma gestão não muito eficaz, juntamente com as leis de uso e ocupação do solo (1995) e o PDP (2006) que não são coerentes entre eles quando o assunto é a preservação do patrimônio cultural e da paisagem urbana consolidada na cidade.

### 3. A Paisagem Urbana Histórica de Cataguases

Os problemas urbanos marcadamente reconhecidos por serem comuns às mais diversas cidades brasileiras, como os engarrafamentos, o comércio informal e a verticalização intensa das construções, principalmente nas áreas centrais, segundo Leite (2017), fazem com que as ruas se tornem “portas” e “pontes” para a paisagem, como o elemento o qual se constrói o sentimento de pertencimento da cidade.

A construção da paisagem da cidade pode acontecer desde elementos estruturais como as ruas até os elementos subjetivos, tais como relações sociais. Leite (2017) cita Berque (1995) ao mencionar que a paisagem não é o ambiente, este é o elemento físico, a paisagem, na realidade, é composta pelas relações entre sociedade, espaço e natureza, conformada pelo lado passivo destas relações, tornando-se assim, dependentes da subjetividade coletiva.

O que Besse (2014) fala sobre as “portas” da paisagem, segundo Veras (2017) pode ser refletido na ideia de “cidade-paisagem” ou o lugar de ação para arquitetos, urbanistas e paisagistas. Trabalhar a paisagem como projeto requer reconhecer sua realidade afim de recriá-la, através das sensações, memórias e experiências que seu espaço pode proporcionar, considerando seus valores coletivos (LEITE, 2017).

A interpretação da paisagem e a paisagem cultural são ideias com significados, conceituações e interpretações dinâmicas que caminham lado-a-lado. A identidade histórica das paisagens está, cada vez mais, ressaltada através de discussões sobre preservação e “*a própria paisagem permanece como um memorial duradouro do passado*” (UNESCO, 2010, p.22).

Para Cauquelin (2014) a expressão Paisagem Urbana é inversa a noção de que a paisagem tem relação com a natureza, principalmente pela visão de cidades com seus ambientes construídos carregados de grandes torres, sem espaço para o natural, em contrapartida, o ambiente urbano encontra-se repleto de espaços “não-naturais” que conformam um espetáculo que estes ambientes são capazes de fornecer, como uma ideia do “pictorável”, da essência da pintura na paisagem. Entretanto, a cidade e agora,

Cataguases, surgiu mediante sua paisagem natural que se fez ideal para os primeiros limites do pequeno arraial, cercada pela rede hídrica e topografia. A cidade possui uma forma “perspectivista”, sua natureza é paisagística, diante dos olhares humanos e, por si só, produz a paisagem carregada de símbolos, culturas e elementos da natureza que a conformam (CAUQUELIN, 2014).

Neste sentido, este capítulo busca o entendimento da área urbana tombada pelo IPHAN, como patrimônio cultural nacional, através de suas relações com a conformação da paisagem urbana de Cataguases e a área delimitada como Paisagem Urbana Histórica (*Historic Urban Landscape – HUL*), sua importância dentro do contexto urbano da cidade e as relações com a preservação e conservação do patrimônio cultural da cidade.

A análise da área tombada, segundo relatos e documentos nacionais e municipais, demonstrada no capítulo anterior, foi seguida pela busca de um entorno da delimitação desenhada, quanto sua eficácia em prol da preservação do patrimônio e ambiência urbana. Outra questão abordada é o questionamento se o tombamento, da maneira como foi feito seria o instrumento mais adequado para a preservação do patrimônio da cidade.

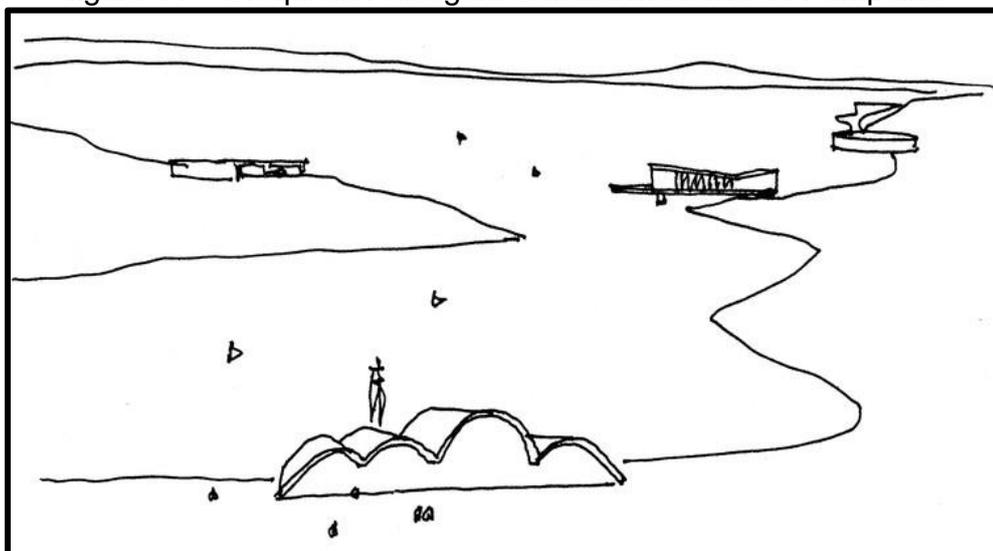
Este capítulo aborda a região central da cidade, como a Paisagem Urbana Histórica e desenvolve uma possível leitura desta paisagem aos olhos de Besse (2014) através das cinco portas que refletem a cidade-paisagem ou a paisagem-cidade. Por fim, há um entendimento de que a HUL pode ser um auxílio para ações nos centros urbanos com caráter histórico e cultural que necessitam ser preservados e geridos juntamente com os mecanismos de desenvolvimento urbano e planejamento.

Sabe-se que as Paisagens Históricas Urbanas se baseiam no reconhecimento das diversas manifestações culturais que ocorrem dentro das cidades, juntamente com as variadas dinâmicas sociais, políticas, espaciais e econômicas (BANDARIN; VAN OERS, 2014, p.110). A compreensão destas dinâmicas de forma coerente podem auxiliar na valorização e preservação da paisagem bem como na preservação e valorização do patrimônio cultural formador da identidade cataguasense.

### **3.1. As portas para a compreensão da Paisagem Histórica de Cataguases**

O tombamento federal do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Cataguases, apresentado no capítulo anterior, foi um significativo passo para a preservação do patrimônio da cidade já reconhecido pela importância cultural nacional. Embora o pedido e abertura do processo tenha ocorrido simultaneamente ao tombamento do Conjunto da Pampulha, na capital do estado, Belo Horizonte, que em 2014 foi reconhecida como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, Cataguases teve uma ocupação quase que intuitiva, orgânica, que refletiu numa paisagem diversificada e sem uniformidade, sem planos urbanos grandiosos ou sem uma arquitetura essencialmente estabelecida de forma homogênea, diferenciando-se da paisagem da Pampulha (figura 44), que pode ser vista como uma materialização do contexto integrado de diversas formas de expressão artísticas e culturais, universais e locais, se formou como uma Paisagem Claramente Definida<sup>9</sup> (UNESCO, 2012).

figura 44 – Croqui da Paisagem Cultural Moderna da Pampulha



Fonte: archdaily. Disponível em: < <https://www.archdaily.com.br/br/799922/como-a-pampulha-se-tornou-patrimonio-cultural-da-humanidade>>. Acesso em: jan/2019.

A Paisagem Cultural da Pampulha se conformou como um “conjunto homogêneo e integrado à natureza local e à paisagem circundante” (IPHAN, 2014, p. 16), através de vontade de um administrador público (Juscelino Kubitschek) em valorizar um espaço público que se encontrava em estado quase natural (IPHAN, 2014), foi concebido como uma forma de criar uma “obra de arte total”, integrando o ambiente construído à paisagem (IPHAN, 2014), refletindo o esforço do homem para tornar o mundo habitável (BESSE, 2014).

<sup>9</sup> Segundo definição de Sá Carneiro e Silva ( ), “Paisagem claramente definida, concebida e criada pelo homem: elaborada por razões estéticas, como os jardins ou parques [...]”.

O Conjunto da Pampulha promoveu a ocupação de uma classe média alta numa região, até então, praticamente desocupada de Belo Horizonte. O plano urbanístico se integrava totalmente aos recursos paisagísticos do local, permitindo a proposição de grandes equipamentos urbanos, como o cassino, a igreja e o clube, juntamente com a ocupação territorial das residências que seguiram o modelo modernista das arquiteturas institucionais implantadas, incorporando assim, as vanguardas europeias das “cidades jardins”.

Em Cataguases o caráter da paisagem representa uma dinamicidade dos extratos que a sociedade viveu, desde sua formação, de forma natural as camadas foram se sobrepondo, numa “sucessão de rastros”, como afirma Besse (2014):

A paisagem não é, portanto, um simples conjunto de espaços organizados coletivamente pelos homens. É também uma sucessão de rastros, de pegadas que se sobrepõem no solo e constituem, por assim dizer, sua espessura, tanto simbólica quanto material (BESSE, 2014, p. 33).

A região central da cidade possui uma paisagem diversificada, onde se faz possível perceber a heterogeneidade num simples caminhar pelas ruas, principalmente das que se incluem dentro do perímetro de tombamento do IPHAN. Sua paisagem urbana é fruto de experimentações, provindas da vontade de um jovem que se identificava com o movimento modernista e usufruía da cultura e arte modernista da capital, Rio de Janeiro. Assim, ao inserir uma edificação tipicamente modernista projetada pelo já reconhecido Oscar Niemeyer, Francisco Peixoto deu início à uma remodelação da paisagem da cidade. O projeto da casa de Francisco Peixoto, à Rua Major Vieira, fez surgir uma amizade entre o arquiteto e o industrialista, com constantes trocas de correspondências.

O modernismo em Cataguases se tornou uma tradição inventada, na medida em que se torna evidente a produção e consumo elitista desta tipologia arquitetônica, cujo os resultados e origens se davam através da manutenção no poder por um grupo de políticos patriarcais, em detrimento de outro (XAVIER, 2013), como já explicitado no capítulo anterior, quando o poder era regido pelos Vieira Resende, numa cultura cafeeira que se refletia numa arquitetura essencialmente eclética pela cidade, no século XIX, sendo substituído pela concentração do poder nas mãos dos Peixoto, no início do século XX, onde a cultura cafeeira fora substituída pela industrial e a arquitetura se tornou essencialmente modernista, na cidade.

Entretanto, apesar de todos os contras, principalmente relacionados às diversas substituições de construções ecléticas por edificações modernistas, os elementos desta arquitetura entravam na cidade de forma aparentemente natural, o arquiteto Maurício Roberto, o qual possui um edifício de sua autoria, na cidade, juntamente com seu irmão, Marcelo, explicou tal facilidade da inserção do modernismo arquitetônico em Cataguases:

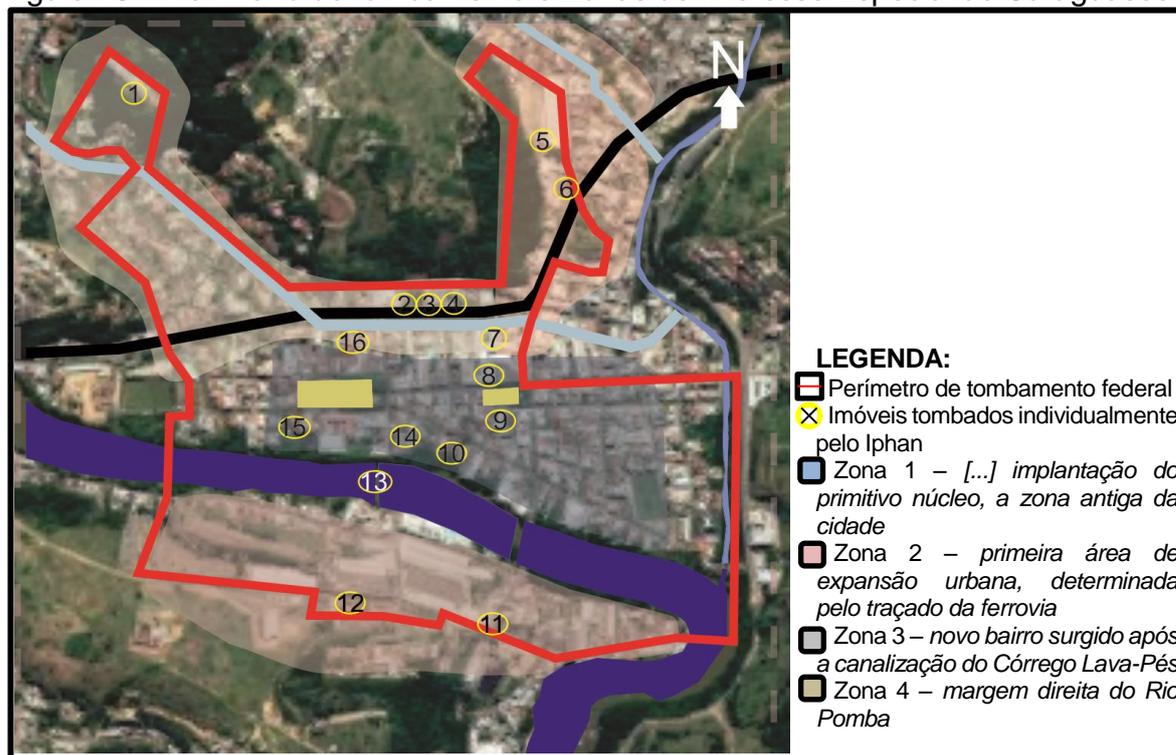
No Rio de Janeiro, naquela época, eu teria dificuldade de convencer um cliente a aceitar o projeto, porque o projeto era tão pra frente. O projeto era de apartamentos duplex que tiveram uma aceitação brutal. O proprietário não queria para vender, ele queria para alugar o apartamento, propiciar a ele uma renda imensa que ele ficou satisfeítíssimo, e isso é o máximo que um arquiteto pode desejar (ROBERTO, 1990, *apud* XAVIER, 2013, p.176)

Acima Maurício Roberto explica que a legitimação da arquitetura modernista, em Cataguases, se deu pelos investimentos de arquitetos cariocas na cidade, em busca de aceitação por projetos arrojados à época com menos resistência do que a encontrada na capital, juntamente pela vontade da elite cataguasense em modernizar e consolidar seu poder. A paisagem urbana repleta de palimpsestos que se sobrepõem e conformam a imagem diversificada existente em Cataguases hoje, está intrinsecamente relacionada ao tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da cidade.

A percepção que temos de uma cidade, não é integral e sim, geralmente, resultante de uma composição de fragmentos de imagens, parciais e imbuídas de referências, lembranças e significâncias diversas (LYNCH, 2011). O perímetro de tombamento (figura 45) delimitado pelo IPHAN em 1994, carrega diversos fragmentos que compuseram a paisagem local, a transformando-se numa unidade.

A paisagem que Cataguases carrega não poderia preexistir à imagem que a construiu, esta imagem não se relaciona às manifestações do ambiente construído, mas, sim para todos os acontecimentos que necessitam de sua presença, principalmente os acontecimentos sociais que se misturam às paisagens naturais locais (CAUQUELIN, 2014).

Figura 45 – Perímetro de tombamento e Zonas de Interesse Especial de Cataguases



Perímetro de Tombamento, Zonas conforme o parecer de Antônio Andrade (1994) e edificações tombadas individualmente pelo IPHAN. Fonte de dados: ALONSO (2010). Elaborado por Mariana Silva Rossin (2016).

Ainda que a intenção principal inicial fosse o reconhecimento de obras de diversos períodos da que construíram a história da cidade, levando em consideração todo o processo de formação de Cataguases, o tombamento não obteve sucesso nesse sentido. A possível criação das Zonas Especiais de Proteção, as quais Andrade (1994) citou (explicitadas no capítulo anterior) como necessárias de delimitação para o efetivo reconhecimento dos períodos de ocupação em Cataguases, demarcando a primeira fase de ocupação – “núcleo primitivo” (figura 46), a primeira expansão urbana (figura 47), ocupação após a canalização do córrego Lava-Pés (figura 48) e a ocupação da outra margem do Rio Pomba, marcada pela presença da indústria (figura 49), não foram levadas em consideração no decreto.

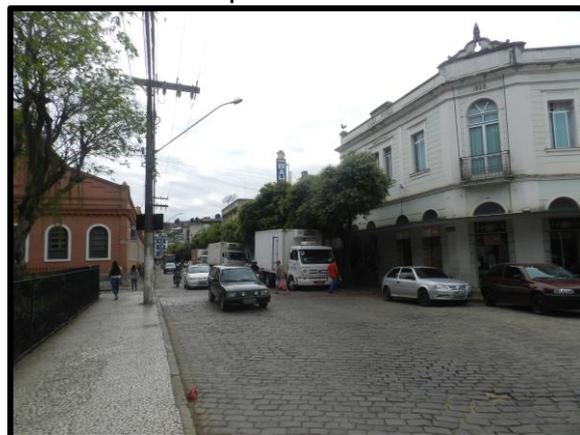
A possível criação das Zonas poderia ser uma saída para a proteção dos diversos períodos e formas de ocupação da cidade. Além disto, a delimitação do perímetro de tombamento abrange, sim, uma parcela da paisagem urbana de Cataguases a qual nota-se arquiteturas modernistas, das mais notórias às mais singelas linhas e, também, construções em outros estilos arquitetônicos, conformando um conjunto único da paisagem que construiu a cidade.

Figura 46 – Primeira Zona: Núcleo Primitivo



Fonte: Acervo da autora, 2018

Figura 47 – Segunda Zona: Primeira área de expansão urbana



Fonte: Acervo da autora, 2018

Figura 48 – Terceira Zona: Bairro surgido com a canalização do Córrego Lava-Pés



Fonte: Acervo da autora, 2018

Figura 49 – Quarta Zona: Margem direita do Rio Pomba



Fonte: Acervo da autora, 2018

Bandarin e van Oers (2014) afirmam que, atualmente, há um esforço significativo no reconhecimento e preservação do patrimônio urbano como ferramenta singular para o sistema de valores sociais comunitários que garantem a definição da identidade, da cultura, educação e desenvolvimento econômico. Os autores consideram que uma cidade histórica não é conformada somente por um conjunto de monumentos representativos da arquitetura e do tecido urbano, mas também, como uma complexa superposição de camadas e significados que se conectam com o meio natural em que se implanta e todo o meio no entorno.

Desta forma, os significados do patrimônio material e imaterial contribuem para a criação do espírito de lugar, o qual o torna único e excepcional e de onde a identidade cívica tem origem. O patrimônio urbano nos dias atuais vem passando por fortes transformações, afetando, significativamente, a estrutura social, a funcionalidade e morfologia das cidades, principalmente pelos novos papéis que o patrimônio passou a ter

em relação à memória e a identidade coletiva, atraindo novas funções, novos grupos sociais e novos usos (BANDARIN; VAN OERS, 2014). Estes novos significados e novos usos, muitas vezes, acarretam em modificações que afetam a leitura e a unidade da paisagem.

A sensibilidade em observar não somente o construído como também o imaterial faz com que o sujeito pontue sua presença no espaço, integrando o interior com o exterior numa nova totalidade, dita paisagem. À esta interligação que ocorre dá-se o nome, segundo Besse (2014) de “ponte”. A ponte é o elemento principal que promove a união entre o sujeito e o espaço (CAVALCANTI, 2017). Além da “ponte”, Besse (2014) trabalha a experiência da “porta” como uma metáfora para a problematização da paisagem, buscando pensar esta paisagem como um espaço de experiências.

Pensar a paisagem como “porta” e “ponte”, segundo Cavalcanti (2017), na atmosfera urbana permite que se entenda além da dimensão material, de elementos arquitetônicos, encontrando os argumentos das relações entre as realidades objetivas e subjetivas, entre o material e o imaterial da cidade. O tempo e o espaço, assim como os usos e apropriações podem, de forma intuitiva, *“como numa colagem de paisagens guardadas do passado e vivenciadas no presente”* (CAVALCANTI, 2017, p. 61), podem especular ou se revelar numa espécie de experimentação, se extrair as pontes e as portas da paisagem, através de exercícios de observação.

Observando a situação encontrada hoje, em Cataguases, é possível notar que Lins (2012) e Rossin (2016), quando afirmam que o tombamento federal não foi eficaz para impedir, por exemplo, a verticalização e o adensamento urbano, estavam sendo coerentes, ao afirmar que as transformações que descaracterizam a paisagem urbana continuam ocorrendo ainda nos dias de hoje. Assim, cabe repensar sobre a efetividade do tombamento como instrumento de preservação do patrimônio e da ambiência, como foi citado durante o processo do tombamento.

Ao analisar os documentos do tombamento e trabalhos publicados sobre a cidade pode-se notar fragmentos da paisagem que contam partes significativas da história da cidade foram excluídos do perímetro do tombamento e assim, da área de interesse de preservação, já que o instrumento legal não abrangeu algumas áreas tidas como importantes para a história da cidade e não previu espaços de amortecimento, que

necessitariam de receber um tratamento diferenciado. O perímetro delimitado para tombamento funciona como o objeto e como a área de amortecimento.

Apesar de recente a discussão sobre paisagens no contexto patrimonial, quando comparada à outras discussões acerca do patrimônio cultural, principalmente ao edificado e a inserção do instrumento do tombamento, no Brasil, atualmente alguns estudiosos que se dedicam ao tema se mostram, cada vez mais, favoráveis à uma política de preservação e gestão mais ampla que seja capaz de proteger sem “congelar” e que também seja capaz de trabalhar em conjunto com as novas necessidades urbanas e sociais, promovendo o desenvolvimento urbano sustentável e necessário sem, no entanto, perder a historicidade das cidades.

O tombamento federal do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Cataguases não propunha uma estagnação da cidade ou, sequer, de seu centro histórico, contudo não previa uma recomposição do aspecto histórico como ocorreu em outras cidades “históricas” de Minas Gerais. Não houve a implantação de um escritório técnico local para agilizar a fiscalização e a orientação de futuras intervenções na área central e, embora tenha sido discutida a ideia de gestão compartilhada com uma inicial aprovação por parte do município, o instrumento do tombamento não se mostrou, como ainda não se mostra “[...] *suficientemente eficaz para absorver toda a complexidade do centro histórico de Cataguases, principalmente a gama de inovações e adaptações que caracterizam a dinâmica urbana*” (LINS, 2012, p. 180).

A falta de um escritório técnico do IPHAN implantado na região e a complexidade do conjunto de Cataguases acarretou numa autonomia significativa à prefeitura do município que ao observar as falhas do tombamento, principalmente referente ao perímetro, passou a adotar a delimitação indicada como Zona de Proteção Cultural (ZPC) pelo PDP de 2006 como uma nova área “protegida”, inclusive hoje é utilizado pelo próprio IPHAN como base às decisões sobre novas construções e inserções na paisagem urbana (LINS, 2012).

A pluralidade de transformações que Cataguases sofreu ao longo de sua história demonstra um conjunto de camadas e significados sobrepostas, onde sua origem se dá em suas características naturais quanto nas artificiais (BANDARIN; VAN OERS, 2014). As portas e pontes de Cataguases, permitem uma visão mais ampla do que o delimitado

na perímetro que definiu o tombamento, para uma visão global de sua Paisagem Urbana Histórica, conformando possivelmente num novo traçado.

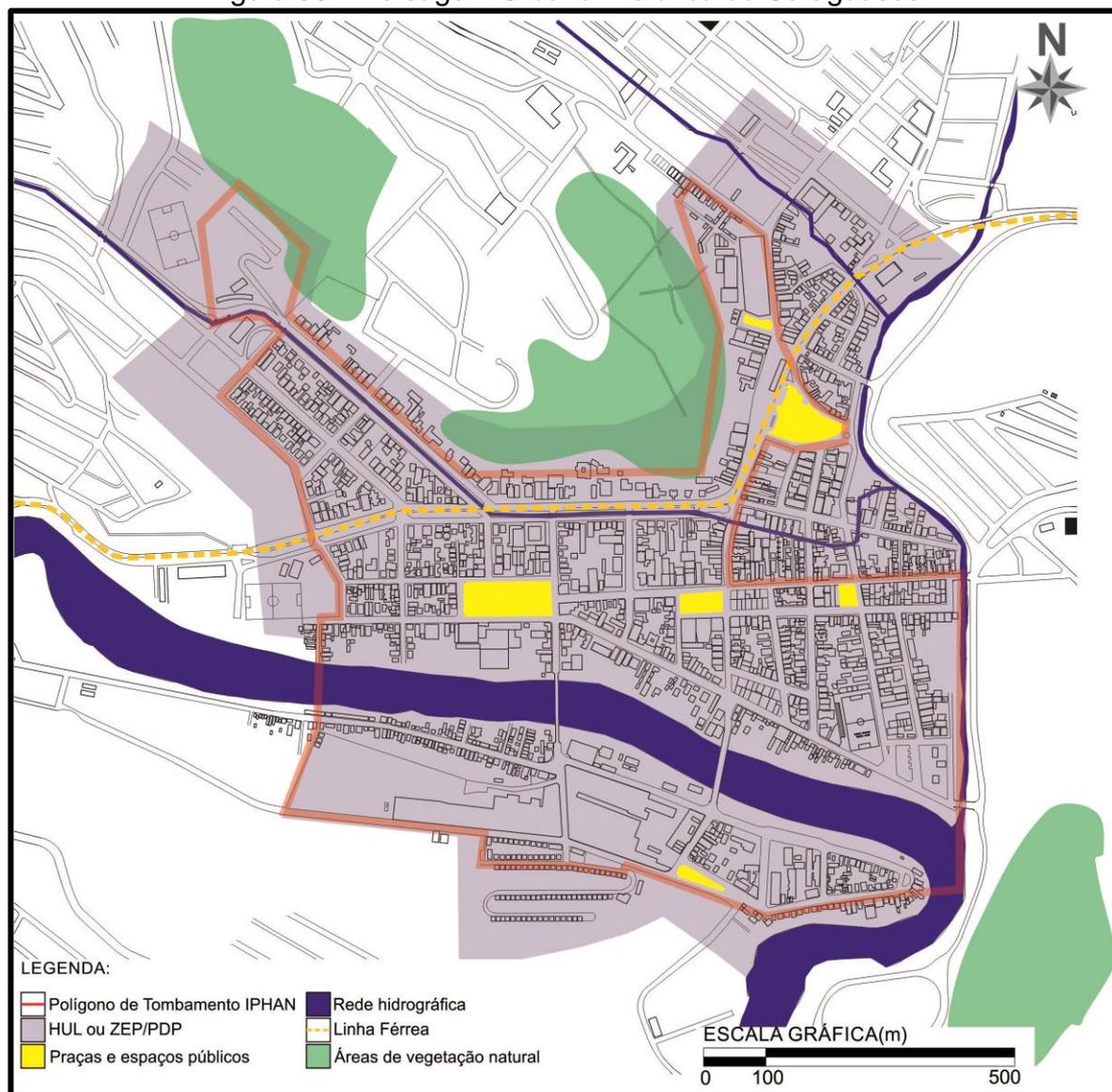
A área adotada pelos órgãos responsáveis pela cautela e pela gestão do patrimônio de Cataguases é reflexo de uma tentativa de assumir as lacunas na delimitação do perímetro de tombamento de 1994 e tentar, de certa forma, promover uma abrangência da extensão, a qual, deva de fato, ser protegida e preservada na cidade.

O “novo” perímetro possui uma grande parcela da história de formação e consolidação da paisagem urbana de Cataguases, englobando lugares de natureza e preservação ambiental, espaços caracterizados pela presença da Linha Férrea e da arquitetura eclética, lugares onde o movimento modernista imprimiu sua marca, locais de grande heterogeneidade arquitetônica e paisagística e, principalmente, formas de expressão, formas de moradia e de vivência cotidiana que caracterizam a cidade da forma como é vista hoje, pelos órgãos de preservação mas, principalmente, pela sociedade que a compõe e usufrui.

Ao entender que o tombamento não abrangeu partes da área urbana tidas como essenciais para a compreensão da história da formação da sociedade e da cidade, percebe-se que o perímetro delimitado inicialmente, em 1994, se fez restrito e assim, com fragilidades que podem acarretar em perdas irreparáveis ao patrimônio cultural da cidade e na paisagem.

Adota-se aqui então, como a área da Paisagem Urbana de Cataguases que vai ser analisada neste capítulo, o perímetro redesenhado pelo PDP, de 2006, como efetivamente que delinea a Paisagem Urbana Histórica da cidade (figura 50).

Figura 50 – Paisagem Urbana Histórica de Cataguases



Fonte de dados: IPHAN (1994), PDP de Cataguases (2006) e Google Maps (2018). Elaborado por: Rossin (2019).

A metodologia para análise escolhida para ser utilizada se deu através da leitura de Besse (2014), que ao trabalhar a paisagem através de cinco “problemáticas paisagísticas” que podem ou não se relacionar, sustentam hoje a ideia de uma nova perspectiva sobre as questões que envolvem o projeto urbano e toda a concepção de cidade. As cinco “portas” de Besse (2014) são descritas da seguinte forma:

[...] a paisagem é considerada como *uma representação cultural* (principalmente informada pela pintura), como *um território produzido pelas sociedades na sua história*, como *um complexo sistêmico* articulando os elementos naturais e culturais numa totalidade objetiva, como *um espaço de experiências sensíveis* arreadas às diversas formas possíveis de objetivação, e como, enfim, *um local ou um contexto de projeto* (BESSE, 2014, p. 12).

### 3.1.1. Primeira porta da paisagem: “representação cultural e artialização”

A primeira porta, da “representação cultural” é trabalhada por Besse (2014) como um ponto de vista, um modo de se pensar e perceber a paisagem, ou seja, a percepção humana e, assim, subjetiva, sobre a paisagem.

A história de Cataguases foi marcada por momentos de impulsionamento político, econômico e social que foi se refletindo na paisagem da cidade. O primeiro impulso, que se pode afirmar, foi com a instalação da Linha Férrea, a partir de 1877, a qual que permitiu a chegada dos imigrantes no pequeno arraial, provindos da capital, Rio de Janeiro. Logo que chegaram os imigrantes, principalmente portugueses, comerciantes, mas também construtores e artistas, começaram a desenhar a paisagem local, com suas formas de expressão e maneiras de imposição da cultura humana numa paisagem essencialmente natural, a qual se encontrava no local.

Em meio as transformações que iam ocorrendo, Cataguases ia sendo retratada por textos, cartas e pinturas, acarretando em sua “artialização” pela visão de quem usufruía do local. A noção de Roger (2013) de que a apreciação estética resulta na transformação do espaço visível que através das imagens, inicialmente em pinturas (figura 51), mas principalmente, pelas lentes da fotografia que abraçou o século XX, pode-se entender a Cataguases onde sua paisagem se fez *in visu*.

Figura 51 – Pintura retratando a Paisagem de Cataguases em 1877

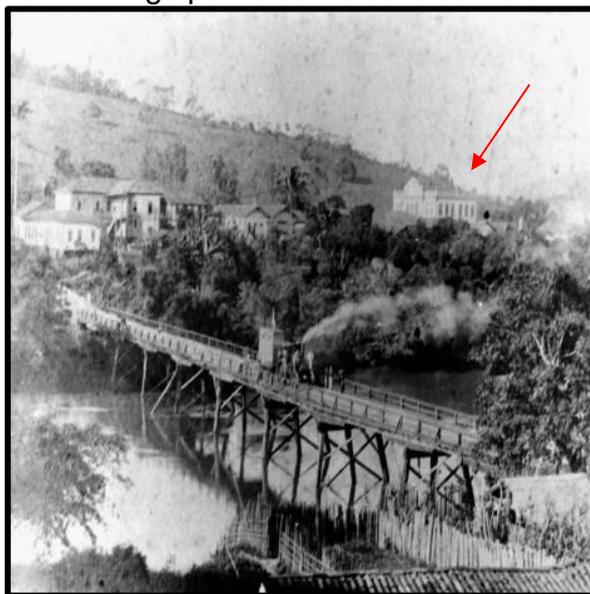


Autor desconhecido. Fonte: Arquivo Histórico de Cataguases. Acesso em: jan/2019.

A figura retratada acima expõe a paisagem de Cataguases com sua natureza e presença humana demonstrada em construções que insinuam a cidade. De forma análoga à Veras (2017) a Cataguases-cidade foi se construindo e revelando-se uma Cataguases-paisagem, pintada e retratada com o cotidiano vivido pelos moradores do local. Nela foi registrado a paisagem do pequeno arraial, onde à esquerda em primeiro plano encontra-se o leito do Rio Pomba com a antiga ponte de madeira (figura 52);

algumas construções que conformavam as primeiras seis ruas descritas por Rezende e Silva (1908) no primeiro momento de ocupação do local. A arquitetura era singela, principalmente até a chegada da linha férrea na região que ajudou na promoção de expressivas transformações culturais na cidade, inclusive na forma de construir, quando a arquitetura passou a ter características dos edifícios ecléticos (figura 53) de influência europeia.

Figura 52 – Antiga ponte de madeira sobre o Rio Pomba



Fonte: sv2.fabricadofuturo.org.br. Acesso em: jan/2019.

Figura 53 – Arquitetura em Cataguases no século XIX e início do século XX



Acervo Henrique Frade. Disponível em: facebook/arquivomunicipal. Acesso em: jan/2019.

Na figura 52, ao lado direito em segundo plano, percebe-se o edifício eclético da Prefeitura Municipal, datado em 1895, implantado num ponto imponente em relação às construções que o ladeavam, em segundo plano à direita da fotografia. Na figura 53, a mesma edificação aparece em primeiro plano, ao lado direito, em contraste à arquitetura de colônia, pré-existente (atualmente, o edifício que se encontra no local da construção

do período colonial, apresenta estilo Art Déco, e abriga a Câmara Municipal de Cataguases).

Ao final do século XIX, a região já contava com uma certa urbanização e significativa arborização, fruto da natureza local. A vegetação urbana sempre foi elemento presente e valorizado em Cataguases, como forma de amenizar o intenso calor e as altas médias anuais, mantendo uma intenção paisagística desde sua origem, indicando o outro sentido da artialização, agora *in situ*.

A artialização *in situ*, também se fez presente no plano urbanístico. Em 1906, o engenheiro George Bourgeois enviou uma proposta à Câmara Municipal para a realização de uma planta e nivelamento geral da cidade, assim como um projeto de arruamento e de tipologias de fachadas para as edificações além da canalização do Córrego Lava-Pés. Não há notícias de que o arruamento foi realizado no momento (já que a planta cadastral mais próxima deste período é a de 1923) entretanto, foram abertas algumas vias, principalmente a Avenida Astolfo Dutra (figura 54), como já citado, em estilo dos boulevares franceses de Haussmann ou das grandes avenidas no início do século XX, construídas no Brasil, como a Avenida Rio Branco, de Pereira Passos, no Rio de Janeiro.

Figura 54 – Plantio de árvores na Avenida Astolfo Dutra, em 1917



Acervo Alberto Landoes. Disponível em: [facebook/arquivomunicipal](https://www.facebook.com/arquivomunicipal). Acesso em: jan/2019.

A figura acima mostra a participação de alunos locais fazendo o plantio no percurso da Avenida recém-aberta, na Festa das Árvores, no início do século XX. Esta imagem representa o cotidiano da população que participava *in situ* da construção da

paisagem na cidade, que ainda hoje tem reflexos (figura 55) na ambiência da Avenida Astolfo Dutra, a qual é conhecida pelo seu caráter arborizado (com as árvores centenárias plantadas em 1917) ao longo de sua implantação.

Em meados do século, quando o movimento moderno, iniciado pela Revista Verde, se instalou na cidade, a artialização se manteve com outras ferramentas *in visu*, como por exemplo em poemas e textos que retratassem (anexo I) a cidade ou através da cinegrafia, quando Humberto Mauro gravava seus filmes nos cenários urbanos de Cataguases. *In situ*, tem-se a confirmação da arquitetura modernista transformando completamente a paisagem e imagem de Cataguases (figuras 56 e 57).

Figura 55 – Vista aérea da Avenida Astolfo Dutra, em 2019



Fonte: Google Maps. Adaptado pela autora, 2019.

Figura 56 – Praça Santa Rita, década de 1940



Fonte: arquivo histórico de Cataguases. Acesso em: jan/2019

Figura 57 – Praça Santa Rita após a década de 1940



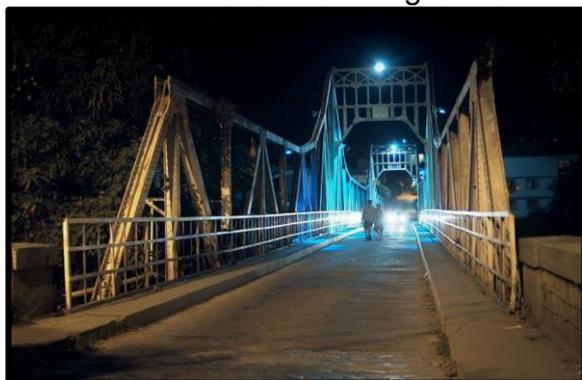
Acervo da autora, 2018.

As figuras 56 e 57 representam uma das substituições que o movimento modernista promoveu em Cataguases, explicitado aqui pela antiga edificação da Igreja Matriz, em estilo eclético com características do neogótico e a atual edificação,

representativa do modernismo. Assim como a Igreja Santa Rita de Cássia, outras edificações foram substituídas na cidade, como o Teatro Recreio, o Colégio Cataguases e o Hospital, remetendo à experiência *in situ* da cidade que transformou de forma significativa a paisagem, visto que prédios institucionais foram se tornando referência para outras construções que iam seguindo o mesmo estilo de construção.

Hoje, a artialização da paisagem em Cataguases, *in visu*, se mantém afirmada através da percepção do cinema e televisão do Brasil. Diversos filmes já foram rodados na cidade, tais como, “Estive em Lisboa e lembrei de você” (2015) (figura 58), “Redemoinho” (2017) (figura 59) e “Predestinado” (2019), entre outros, onde a cidade vira cenário para filmes e minisséries, mostrando suas questões urbanas e abrindo espaço para discussões em busca de uma melhor compreensão de uma cidade que também se faz paisagem.

Figura 58 – Cena do filme “Estive em Lisboa e lembrei de você” de 2015 na Ponte Metálica de Cataguases



Fonte: <https://vejasp.abril.com.br/atracao/estive-em-lisboa-e-lembrei-de-voce/>. Acesso em: janeiro/2019

Figura 59 – Cena do filme “Redemoinho” de 2017 na linha férrea no Bairro Vila Reis



Fonte: <https://globofilmes.globo.com/filme/redemoinho/>. Acesso em: janeiro/2019.

Na artialização *in visu* pode-se citar os instrumentos de normatização e legislação urbanas que apresentam interesse na preservação da paisagem urbana, citados no capítulo anterior, como a Lei Municipal nº 2.427 de 1997 (Uso e Ocupação do Solo) e o PDP de 2006, além do próprio tombamento federal do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da cidade, os quais se fazem instrumentos essencialmente ativos na caracterização da paisagem e, ainda, como aborda Veras (2017) a Cataguases-paisagem [adaptado] *in situ* vai construindo a cidade enquanto é inserida na leitura *in visu*, até que uma cidade se faz cidade.

### 3.1.2. Segunda porta da paisagem: “território fruto do coletivismo”

A segunda porta de Besse (2014) diz que a paisagem é um território fruto do coletivismo de sua sociedade ao longo da história. Berque (1995, p. 346, *apud* LEITE, 2017, p. 66), afirma que “*toda sociedade humana possui um ambiente, que ela percebe, que ela simboliza e que ela transforma*”, como o resultado de suas ações no dado território. Esta percepção distingue o ambiente e a paisagem. A paisagem passa a ser vista como algo além do espaço físico, que neste caso é o ambiente, passando a paisagem a ser vista tanto de elementos subjetivos quanto dos racionais (LEITE, 2017).

Nesse sentido, a paisagem corresponde, em grande parte, a elaborações estético-afetivas; depende, sobretudo, dos registros individuais e coletivos que se estruturam em torno da *experiência sensível* e da *memória* dos espaços. A sensibilidade para com a paisagem reporta, assim, às *práticas coletivas* e aos elementos e lugares banais do *cotidiano* (LEITE, 2017, p.68).

Quando a discussão se insere no espaço urbano é possível identificar as diversas paisagens que foram se moldando e se transformando, ao longo dos anos, pelas mais variadas formas de vivenciar e perceber. As memórias individuais e coletivas e as experiências sensíveis que são fixadas nas paisagens, transformam o ambiente como um todo.

A Paisagem Urbana Histórica de Cataguases foi se transformando e se consolidando como excepcional dentro de suas características marcando o imaginário da população que a vivencia. A excepcionalidade está, principalmente, na percepção e experiência que levam o usuário da cidade a reconstruir paisagens coletivas, através das memórias individuais e coletivas, onde estas memórias coletivas se fazem capazes de ratificar a memória individual, evocando uma mesma experiência dada pela sociedade (HALBWACHS, 2004).

Na relação entre natureza ou território e na dimensão simbólica da paisagem o homem não pode considerar-se apenas um usuário, deve-se perceber sua função de sujeito que age no território o transformando numa paisagem carregada de cultura e símbolos, como “*um espectador do seu próprio agir nos palcos desses lugares de tradições e memória, que são terra dos antepassados erigidos sobre mitos fundadores*” (SERRÃO, 2013, p. 21).

A análise da Paisagem Urbana Histórica através da porta do território, assim como na porta da arte, inicia juntamente com a origem da cidade que, no seu núcleo original de ocupação, o qual se faz intrinsecamente relacionado com o território físico

local: limites hídricos (Rio Pomba, Ribeirão Meia-Pataca e Córrego Lava-Pés), topografia não muito acidentada, atingindo nos pontos mais altos do perímetro urbano, aproximadamente, 230 metros<sup>10</sup> e vegetação abundante.

Com uma área de abrangência que inclui a maior parte da região central de Cataguases. A compreensão de que as primeiras expansões urbanas e os primeiros fragmentos da paisagem cultural de Cataguases estão neste perímetro demonstra sua importância histórica a qual é reafirmada com o protagonismo da região para a cidade, ainda hoje, como centro comercial, de serviços, turismo, cultura e lazer.

Toda paisagem se faz cultural e não, somente, pela forma como é vista por uma determinada cultura, mas sim, por ser resultado desta cultura, “[...] *produzida dentro de um conjunto de práticas (econômicas, políticas e sociais), e segundo valores que, de certa forma, ela simboliza*” (BESSE, 2014, p. 30). O laço afetivo entre os habitantes de Cataguases e o território de Paisagem Urbana Histórica da cidade pode ser bem representada pela ideia de símbolo. A simbologia da Linha Férrea, segundo a abordagem de Serrão (2013), dentro da construção da paisagem de Cataguases, desde sua inserção vai se fixando na memória territorial e afetiva da população, como símbolo cultural e lugar excepcional.

A paisagem de Cataguases carrega consigo vários símbolos tal como a indústria e todas as consequências que a industrialização trouxe para a cidade, como a arquitetura e arte modernista, a própria linha férrea como apontado no parágrafo anterior, a paisagem heterogênea demarcada pelo ecletismo fruto da economia cafeeira do século XIX, pelo modernismo patrocinado pela economia industrial do século XX e pelas novas edificações que estão surgindo na cidade, ou ainda pelas vilas operárias que desenharam um modelo de ocupação residencial por um determinado período (no na primeira metade do século XX), na cidade.

O primeiro momento em que o território da cidade, através de um símbolo, foi capaz de ler o espaço, acompanhar a natureza de acordo com sua implantação e inserir a marca cultural da sociedade no ambiente urbano, no qual ela está presente, foi quando a ferrovia foi implantada, na década de 1870. Sua implantação foi

---

<sup>10</sup> Dados retirados em: <http://pt-br.topographic-map.com/places/Cataguases-8243526/>. Acesso em: abril de 2019.

responsável pela primeira expansão urbana da cidade, de forma quase que simultânea a construção da linha férrea e do prédio da Estação Ferroviária (figura 60).

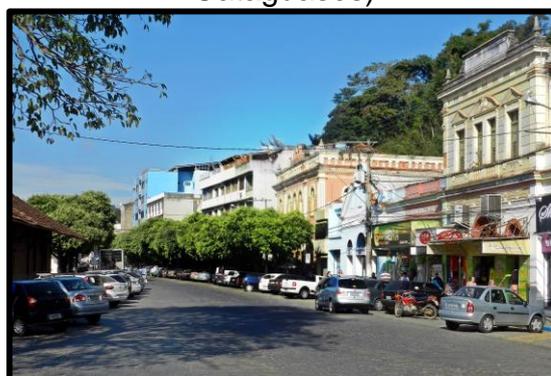
A obra de construção da linha férrea trouxe significativas transformações na paisagem local. Desde o primeiro arruamento que se tem notícia (1878), como a chegada dos imigrantes, o aumento da população, do comércio, dos problemas urbanos, da chegada de informações e novas tecnologias, entre outros. A região da estação consolidou-se como a região de comércio e serviço da cidade, e assim permanece ainda hoje (figura 61).

Figura 60 – Estação Ferroviária de Cataguases, 1907



Acervo: Landoes. Fonte: arquivo histórico de Cataguases. Acesso em: jan/2019

Figura 61 – Região da Estação Ferroviária (centro comercial de Cataguases)



Acervo da autora, 2019.

As características subjetivas, relacionadas ao afeto e às memórias coletivas ao transporte ferroviário que atravessava a cidade no sentido leste-nordeste e leste-sudoeste, são expressivas ainda atualmente. Em 2015, quando a linha férrea já era utilizada somente para transporte de minério de ferro, a câmara municipal de Cataguases, através de audiências públicas, decidiu pelo fim do transporte de minérios pela cidade.

Ao proibir o transporte do minério pela linha férrea, na cidade, houve uma mobilização pública, pelo não-sucateamento da linha. Assim, em 2018, através da Organização Não-Governamental (ONG) Amigos do Trem, iniciou-se um projeto entre oito cidades entre Minas Gerais e Rio de Janeiro, para a reativação da linha férrea para trens de passageiros<sup>11</sup> (figuras 62 e 63).

<sup>11</sup> Fonte: <http://www.midiamineira.com/2018/05/trem-de-turismo-rio-minas-chega.html>. Acesso em: jan/2019.

Figura 62 – Novo trem de passageiros realizando teste em Cataguases, 2018



Fonte: <http://www.midiamineira.com/2018/05/trem-de-turismo-rio-minas-chega.html>. Acesso em: jan/2019

Figura 63 – População à espera do novo trem, na Estação Ferroviária, 2018

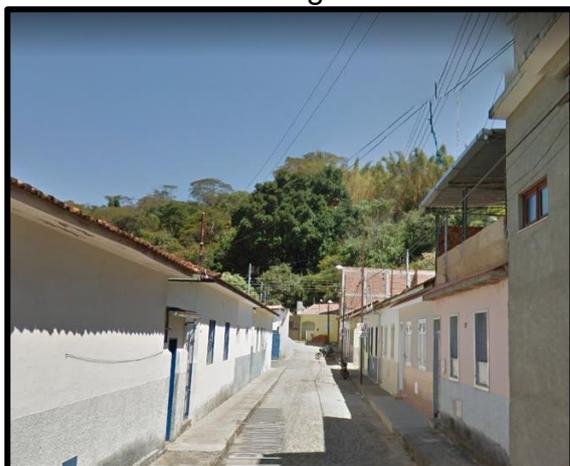


Fonte: <http://www.midiamineira.com/2018/05/trem-de-turismo-rio-minas-chega.html>. Acesso em: jan/2019

Outro símbolo afirmado na conformação da paisagem de Cataguases, são as ocupações operárias, instaladas a partir das primeiras décadas do século XX, quando a indústria já estava consolidada na cidade, a área urbana próxima ao centro já se encontrava com alta densidade demográfica, obrigando, assim, os trabalhadores que chegavam a construírem suas moradias, principalmente, em regiões de morros ou extremidades, buscando maior proximidade com as fábricas (ROSSIN, 2016).

As vilas e ocupações operárias refletiram numa nova percepção sobre o território que, ainda nos dias de hoje, conforma como um caráter da paisagem da cidade, as vilas operárias (figuras 64, 65, 66 e 67).

Figura 64 - Vila operária Manoel Peixoto Ramos - Bairro Vila Domingos Lopes – ver 1 na figura 69



Fonte: Google Maps, 2011, acesso em: 18/04/2019.

Figura 65 - Conjunto operário à Praça Sandoval Azevedo - Bairro Centro – ver 2 na figura 69



Fonte: Rossin, 2018

Figura 66 - Vila operária - Bairro Jardim  
– ver 3 na figura 69



Fonte: Google Maps, 2019.

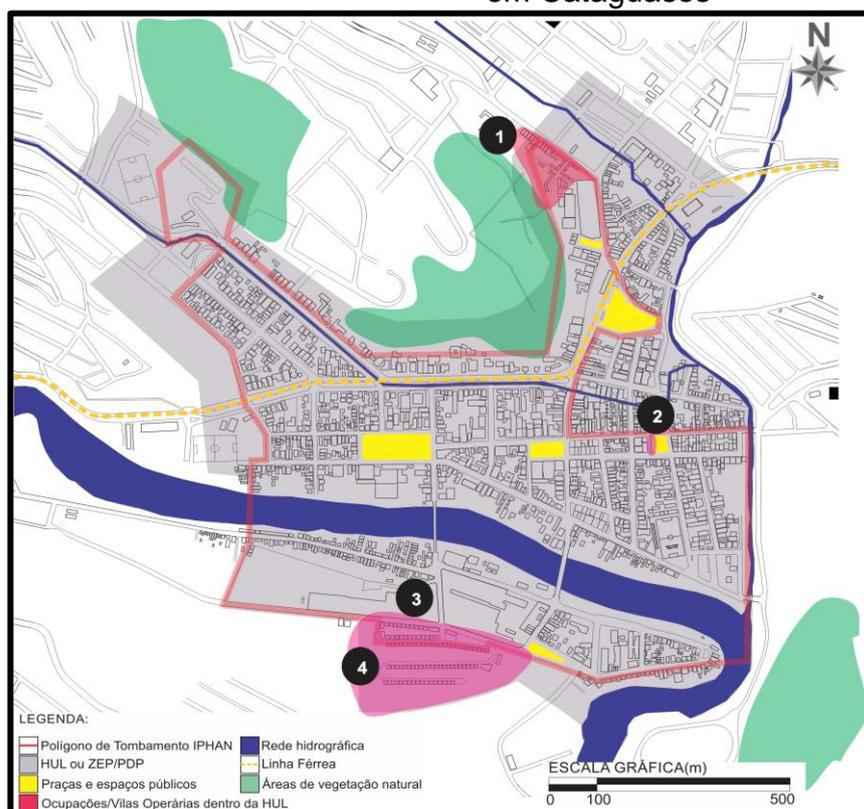
Figura 67 - Vila operária - Bairro Jardim  
– 1ª rua: projeto de Francisco Bolonha –  
ver 4 na figura 69



Fonte: Rossin, 2018.

As ocupações operárias, iniciadas em terrenos próximos às fábricas e, posteriormente, com a expansão e crescimento urbano da cidade, se espalharam para áreas de acíve e margeando os elementos estruturantes, como a linha férrea, por exemplo, ainda se fazem expressivos símbolos para Cataguases (figura 68). Apesar da não inclusão no tombamento e da forte descaracterização que os conjuntos sofrem hoje, se mostram presentes na paisagem urbana, em diversos pontos da cidade e a partir de diferentes tipologias.

Figura 68 – Mapeamento das ocupações e vilas operárias dentro da área de HUL em Cataguases



Fonte de dados:  
IPHAN, 1994, PDP,  
2006 e Google Maps  
(2018). Elaborado por:  
Rossin, 2019.

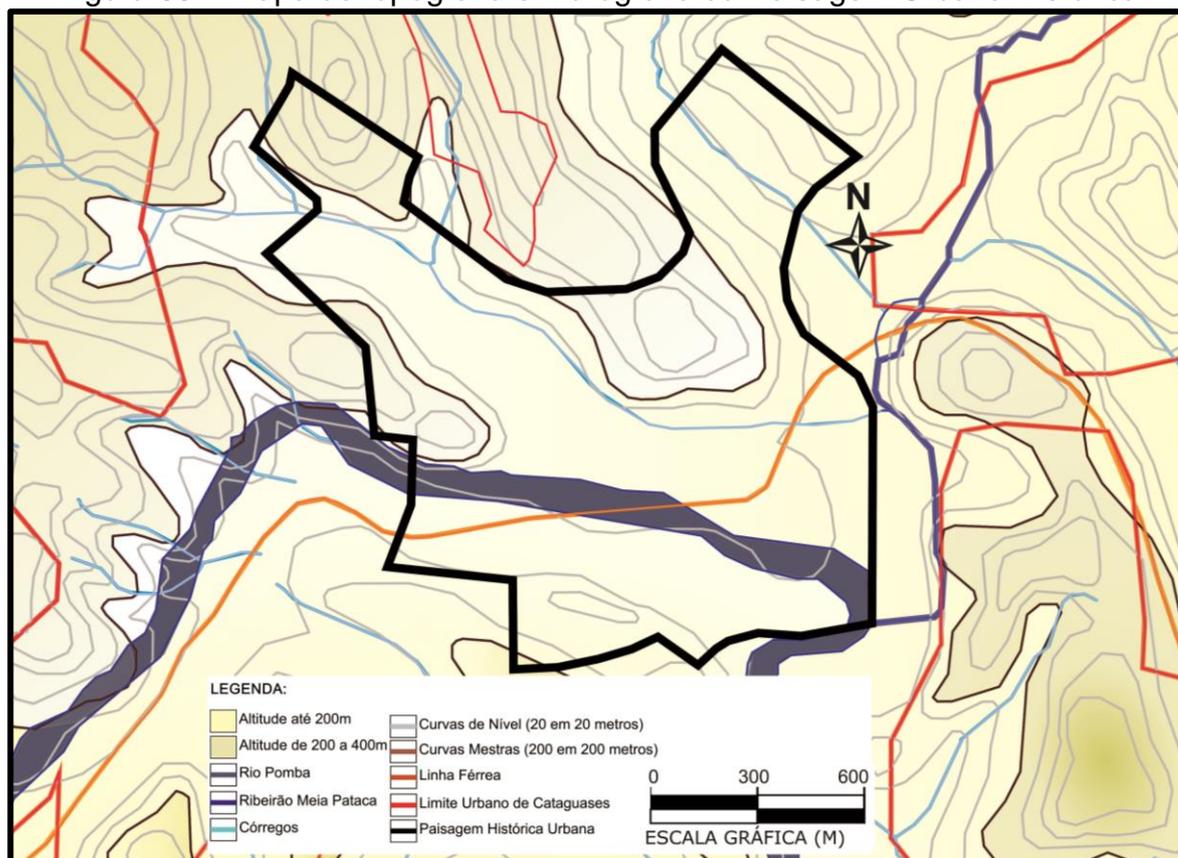
### 3.1.3. Terceira porta da paisagem: “um complexo sistêmico”

A terceira porta retratada por Besse (2014) e usada como forma de leitura da Paisagem Urbana Histórica de Cataguases é denominada de um “complexo sistêmico” ou as intrínsecas relações entre homem e natureza. A percepção de paisagem como uma totalidade objetiva é uma forma de demonstrar a relação mútua entre o ambiente e o homem, numa convivência harmônica e interativa. Vistos em conjunto os dois conformam uma unidade, como o próprio ecúmeno, onde a materialidade da paisagem deve ser exposta pela interrelação entre ela e a natureza (BEZERRA, 2017). A paisagem é uma articulação entre natureza e sociedade, como uma “[...] *integração dos dados naturais e dos projetos humanos, uma realidade sintética [...]*” (BESSE, 2014, p. 40). Se transformando assim, numa totalidade, onde nem elementos naturais e nem a inserção da cultura humana é capaz, por si só de defini-la unilateralmente.

A Paisagem Urbana Histórica de Cataguases é fortemente marcada por elementos naturais, como já citado aqui em diferentes momentos. O curso das águas, como primeiro limite físico da urbanização, os morros não muito complexos, ocupados quando a região plana já se encontrava adensada e a intensa vegetação urbana são elementos naturais que caracterizam a cidade desde sua origem até os dias de hoje (figura 69).

A partir da figura 69, é possível perceber a presença das águas na paisagem urbana de Cataguases. Já a topografia, dentro da área de Paisagem Urbana Histórica, não se apresenta em grandes desafios, não ultrapassando altitudes de duzentos metros, o que ratifica a imposição natural como local de inserção da origem urbana do município. A natureza, em Cataguases, sempre trabalhou em conjunto com as intenções sociais e culturais, sua presença não é vista como um obstáculo e sim, como parte fundamental e integrante na construção da paisagem.

Figura 69 – Mapa de topografia e hidrografia da Paisagem Urbana Histórica



Fonte de dados: Mapas 2.3 (Hidrológico), 2.5 (Topográfico) e 2.6 (Hipsométrico) do PDP de 2006, elaborado por Rossin, 2019.

Os elementos naturais, segundo Bezerra (2017) acrescentam a substancialidade essencial à paisagem, os quais permitem serem reconhecidos independente da presença do homem no espaço, entretanto é o homem que imprime uma face onde se estabelece o gesto cultural capaz de caracterizar e qualificar o território. Assim, conforme Turri (2013), concede-se à paisagem uma função de referente visual que se faz fundamental para a construção do território.

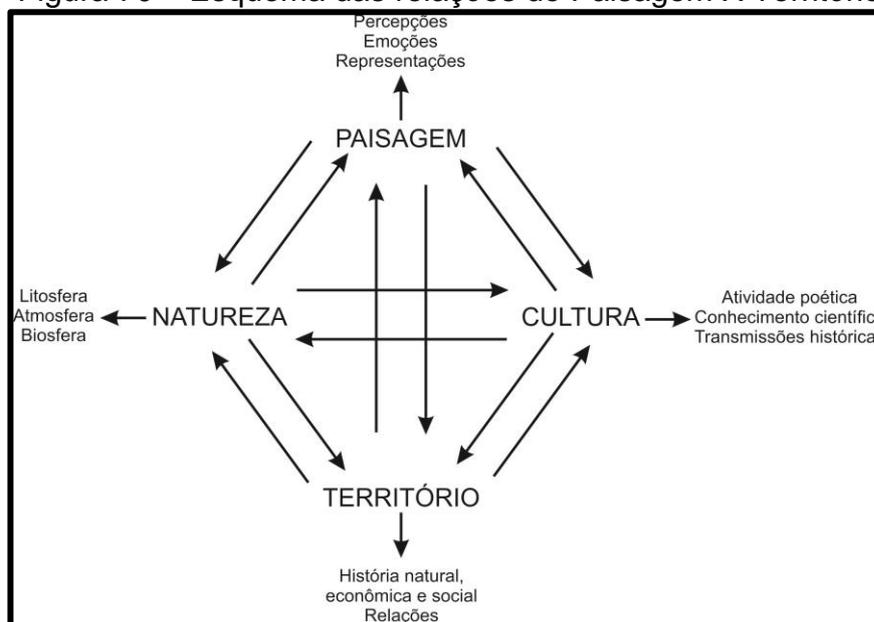
Esta realiza-se no momento em que um espaço de natureza anónimo, que vive sem o homem, se transforma em espaço cultural, isto é, quando se carrega de referências, de símbolos, de denominações (a denominação como reconhecimento topográfico, como eleição de lugares de valor prático e simbólico, que se tornam culturais, entram na linguagem que produz cultura) e depois de objectos humanos, propondo-se como palco ou teatro no qual os indivíduos e as sociedades recitam as próprias histórias (TURRI, 2013, p. 175).

As relações presenciadas e até as subjetivas entre território e paisagem são como projeções entre as relações entre natureza e cultura, baseadas nas vivências entre a sociedade e o ecossistema sobre o qual tal sociedade vive. Como forma

esquemática sobre a relação cíclica entre paisagem e território, Turri (2013) elaborou um esquema que ilustra tais inter-relações (figura 70). O trabalho humano inserido no território aparece como uma promoção do desenvolvimento urbano acarretando, ao longo dos anos, nas transformações, muitas vezes perceptíveis a olho nu e outras não tão passíveis de percepção que o sítio natural sofre.

Dentro de uma Paisagem Urbana Histórica, as transformações no sítio natural acarretam em construções de áreas e conjuntos carregados de história e cultura de uma sociedade, muitas vezes intimamente relacionados com a natureza local, com características únicas de cada território emergido pela cultura que conformou tal paisagem.

Figura 70 – Esquema das relações de Paisagem X Território



Fonte: Turri, 2013, p. 175. Adaptado por Rossin 2019.

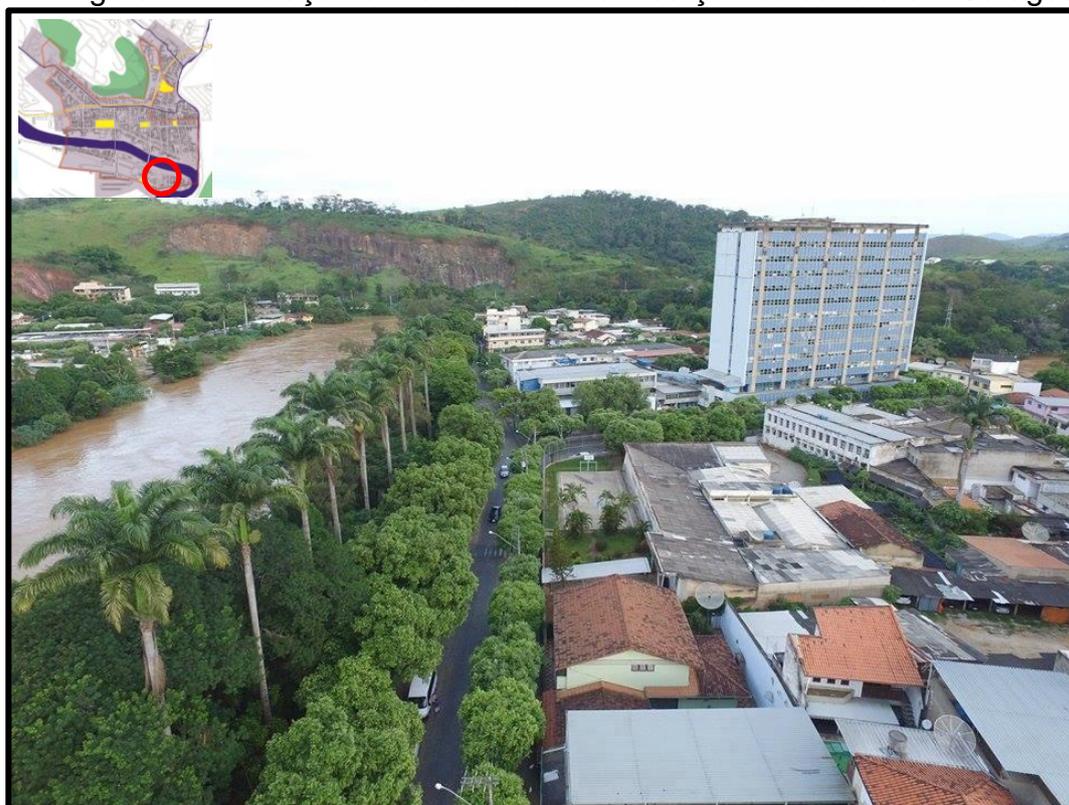
O esquema de Turri (2013) ilustra as relações cíclicas entre território e paisagem, onde o primeiro é fruto de investigações científicas e acadêmicas, enquanto o outro resulta de percepções, orientadas pela cultura da sociedade. A Paisagem Urbana Histórica em Cataguases vai se transformando e se moldando a todo momento, numa dinâmica concisa do ambiente urbano. Aos poucos esta paisagem vai se construindo com uma flexibilidade harmônica entre território e cultura, que em alguns pontos se tornam indissociáveis (figura 71).

A construção da paisagem não depende somente do homem, tal flexibilidade deve partir também da natureza em “permitir” que as relações inseridas pela cultura humana, possam se moldar e fazer o molde no território natural, como uma troca ou

um ponto de encontro entre as decisões humanas e as condições físicas e, aqui, cabe desde as condições naturais como também, as sociais, históricas e espaciais, definindo a paisagem como uma realidade material cercada pelo espaço e pelo tempo (BESSE, 2014).

Este entendimento atribui à paisagem um papel de mediador da ação territorial, onde ela é o comunicador entre os sistemas envolvidos (social e territorial), como uma relação onde a função de conhecimento do ambiente é um modelo sociocultural, ditado pelo homem e sua percepção do território (TURRI, 2013). As relações entre natureza e cultura, num ambiente urbano se misturam e, quase que de forma inocente garantem o aumento da qualidade não só numa questão visual ou de percepção estética, mas também, de qualidade ambiental, melhorando o clima e a qualidade de vida da sociedade a qual usufrui de tal território e tal paisagem, quando feita em harmonia, ou podem também, em contrapartida, promover a destruição da natureza, aumento nas densidades demográficas, descaracterizações e perda de qualidade de vida, quando feita sem critério e sem harmonia.

Figura 71 – Relação entre território e a inserção da cultura em Cataguases



Fonte: facebook/cataguasesfotoseimagens. Acesso: jan/2019.

A figura 71, acima, permite a observação da cidade que foi se desenvolvendo ao longo do leito do Rio Pombo. O que ocorreu desde a origem do núcleo primitivo de

ocupação de Cataguases e, ainda, se faz presente como uma forma de ocupação da cidade, margeando o rio e sendo delimitada por ele. O prédio do Hospital (Santa Casa de Misericórdia de Cataguases), em estilo modernista, ao fundo, se destaca em meio a paisagem conformada por edificações térreas ou com poucos pavimentos, intencionalmente, como forma de se sobrepôr, como a natureza no local, marcando a imponência da construção, o qual marca a paisagem como as montanhas ao fundo.

Desta forma, ao analisar e compreender a dinâmica da Paisagem Urbana Histórica de Cataguases, sob a percepção da “porta” das relações de natureza e o homem, pode-se notar o trabalho contínuo, mesmo que muitas vezes, de forma inconsciente do ser humano, o território e aqui, o ambiente natural, se faz sempre presente quando o trabalho é sobre a paisagem cultural, seja de forma direta ou indireta.

#### **3.1.4. Quarta porta da paisagem: “espaço de experiências”**

Na quarta porta, em que Besse (2014) descreve como uma maneira de problematização da paisagem como axioma contemporâneo, se faz através de um “espaço de experiências” sensíveis como elos que transformam os homens em seres “social, sociáveis e cidadãos” (CAVALCANTI, 2017).

Cavalcanti (2017) cita Simmel (1903) em “As grandes cidades e a vida do espírito” ao relacionar o desenvolvimento das cidades modernas aos sentimentos de liberdade e autonomia conquistados pelo homem nestas cidades, caracterizando um paradoxo entre esta liberdade com as relações sociais, características dos pequenos centros urbanos. Esta reflexão nos faz adentrar à realidade de Cataguases, como cidade que experimentou a modernidade logo cedo, iniciado pela chegada da linha férrea, em 1877 e continuado pela industrialização e movimento modernista que aflorou no município, nas primeiras décadas do século XX.

O distanciamento entre autonomia do homem perante à modernidade e a perda dos laços comunitários e vínculos com o meio é uma realidade das cidades ocidentais capitalistas (CAVALCANTI, 2017). A pluralidade de relações sociais em que os homens se inserem se contrapõem ao paradoxal dualismo onde o indivíduo deseja ser o todo entretanto o ambiente é o verdadeiro todo, o indivíduo é apenas uma pequena parte deste todo (SIMMEL, 2013). Ainda assim, o desenvolvimento urbano e autonomia que o homem adquiriu através da modernidade acabam, de certa forma,

fazendo com que o homem acredite que ele é o verdadeiro todo e o ambiente apenas uma parte.

Berque (2013) aponta que a ciência já demonstrou que o homem sempre estará interligado com o seu ambiente, em termos simbólicos, espaciais ou temporais. A interrelação entre sujeito e ambiente se faz através da paisagem. A natureza não carrega símbolos, logo o sentimento de identificação cultural, dada por símbolos são inseridos, pelo homem, na paisagem que compõe o todo da natureza.

Cometem um erro semelhante os naturalistas que, reduzindo a paisagem ao ambiente, professam que a natureza é bela quando os ecossistemas funcionam bem. Com efeito, a ecologia que nos permite julgar o ambiente permanece aplicada ao mundo do objecto; daí que ela não nos forneça fundamentos para julgar a beleza da paisagem, cujos símbolos colocam em jogo a subjectividade humana, individual e colectiva. A ecologia não é o simbólico, e o ambiente não é a paisagem, ainda que a paisagem suponha o ambiente e que os símbolos de que é portadora existam não menos nos ecossistemas do que no nosso imaginário (BERQUE, 2013, p. 192).

A cidade assim, se faz como um grande símbolo da inserção do homem no ambiente natural. O maior espaço de apropriação social e maior símbolo do público é a cidade, entretanto, o homem se faz o grande ator e responsável pela produção da cidade, numa forma de “pensar a cidade como paisagem” (CAVALCANTI, 2017).

Analisar a cidade como paisagem é abranger sua realidade paisagística na objetividade de módulos e formas (BESSE, 2014). Compreender as condições de inserção da paisagem como “fenômeno da existência humana” se faz crucial para o entendimento do papel do homem no ambiente da cidade.

Do mesmo modo se pode conceber que a experiência da cidade como paisagem é mediada pelo espaço do vivido, onde as significações são produzidas. É pela experiência vivida do espaço que o mundo é experimentado. É ao nível do chão, do asfalto, da terra, que as relações sociais podem ser produzidas e que a cidade pode ser construída como espaço social (CAVALCANTI, 2017, p. 62).

Desta forma, analisar uma Cataguases-paisagem no sentido das experiências, acarreta em um caminhar pela cidade, buscando compreender as vivências comunitárias que construíram a Paisagem Urbana Histórica presente, hoje, na cidade. Mediada pelas relações socioespaciais que dão significado à própria natureza da

cidade “[...] lugar de (des)encontros, de relações de troca, de afetos e de política” (CAVALCANTI, 2017, p. 64).

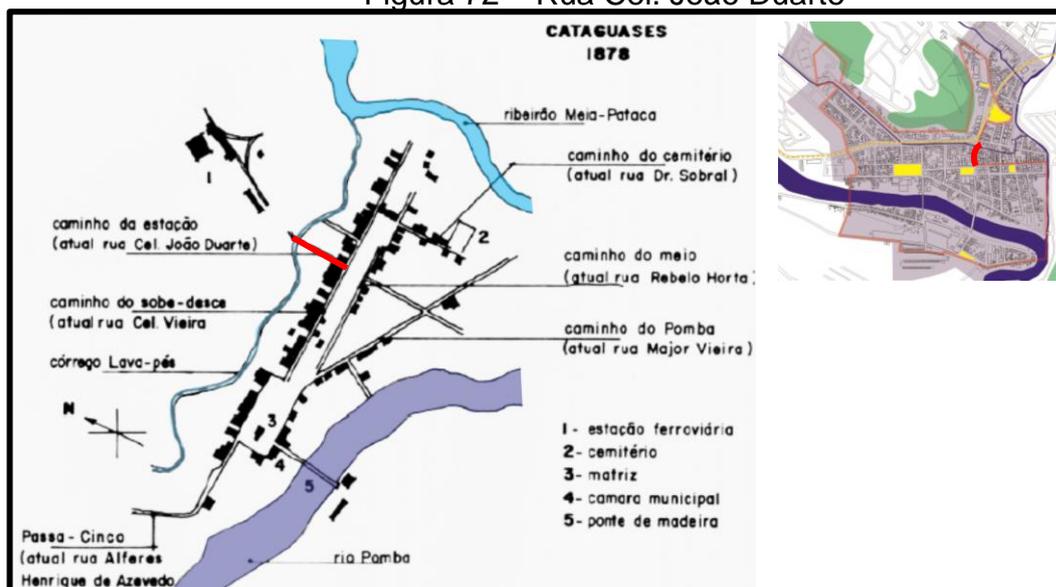
A caminhada poderia constituir um exemplo fundamental dessa experiência da paisagem: e, mais precisamente, esse momento particular que é o cansaço na caminhada, cansaço que não é nem esgotamento, nem lassidão, mas que restitui a sua disponibilidade ao corpo [...] (BESSE, 2014, p.48).

A paisagem se consolida como meio, como “fenômeno relacional” entre, material e imaterial, entre o social e o sujeito e entre os sujeitos e a cidade. A forma mais concreta de relacionar o sujeito com a cidade, está na relação entre o sujeito e a rua. A construção da cidade e da imagem urbana entre as relações sociais (e nelas repletas de relações políticas, econômicas, religiosas) se faz nas ruas que a compõem. É na rua que as relações acontecem e onde a identidade marca o mundo físico da cidade como é percebida pelo homem (BERQUE, 2013).

A rua Coronel João Duarte em Cataguases, é uma das seis vias abertas (figura 72) no primeiro momento de ocupação da cidade, no início do século XIX (figura 73). Na primeira expansão urbana, quando houve a implantação da Linha Férrea, na década de 1870, a via foi o elo entre o núcleo original e o novo polo de ocupação que a cidade criara (figura 74). Ao longo dos anos se consolidou com a Rua do Comércio em de Cataguases (figura 75) e, atualmente, é um calçadão para pedestres, ratificando sua característica e uso pela sociedade local (figura 76).

O ambiente urbano é capaz de integrar o homem individual e os objetos que o cercam numa mesma realidade, resultando na identidade que, por sua vez, imaterialmente relaciona-se ao sentimento de pertencimento ao local. A modernidade deve trabalhar juntamente com o entendimento do lugar de cada elemento na natureza, na paisagem e na cidade. O respeito ao sítio e às situações cotidianas, o conhecimento dos ecossistemas que conformam a paisagem da cidade e diferenciam o espaço físico (através do ambiente construído) do espaço subjetivo (da experiência) é o equilíbrio entre senso de modernidade, reflexo do desenvolvimento urbano, muitas vezes desenfreado e senso de comunidade, através da busca pela melhoria da qualidade de vida por meio dos espaços físicos da cidade.

Figura 72 – Rua Cel. João Duarte



Fonte: Memória e Patrimônio Cultural de Cataguases, v.1, 1988 apud MELLO, 2014, pg. 83.  
Adaptado por Rossin, 2018.

Figura 73 – Rua Cel. João Duarte, 1897



Acervo: Landoes. Fonte: facebook/acervohistorico. Acesso: jan/2019.

Figura 74 – Rua Cel. João Duarte, 1922



Fonte: facebook/acervohistorico. Acesso: jan/2019.

Figura 75 – Rua Cel. João Duarte, déc. 1970



Fonte: facebook/acervohistorico. Acesso: jan/2019.

Figura 76 – Rua Cel. João Duarte, atualmente



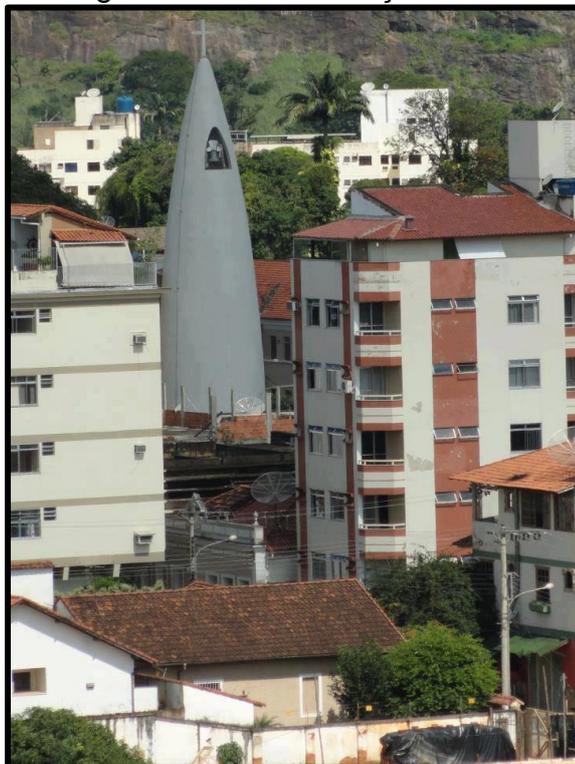
Fonte: Marcelo Lopes. Acesso: jan/2019.

A conformação da Paisagem Urbana Histórica da cidade está intrinsecamente relacionada com as experiências da rua, do caminhar pelas ruas. Não de uma única rua, mas das experiências coletivas de cidade-paisagem.

O movimento modernista foi outro exemplo de experiência da paisagem cataguasense, no sentido da identificação e coletivismo entre um grupo da sociedade onde, as projeções do movimento que ocorriam apenas nas grandes cidades do Brasil, no momento, se penetraram pelas ruas de Cataguases e foram decisivas para a construção do HUL com características singulares marcadas pela forte heterogeneidade (figura 77).

A paisagem é definida e compreendida pela sua relação com a cidade, onde os termos se contradizem, mas, também, se complementam. A experiência da cidade-paisagem se faz na medida em que se busca a relação “direta, imediata, física, com os elementos do mundo terrestre” (BESSE, 2014). Ainda hoje, os tempos e as culturas se misturam no contexto da cidade e moldam a paisagem urbana que a sociedade encontra e se identifica com sua história, a história de seus antepassados, a história da cidade e o futuro.

Figura 77 – Paisagem entorno da Praça Santa Rita, atualmente



Fonte: facebook/cataguasesfotoseimagens. Acesso: jan/2019.

O entendimento da paisagem como experiência permite a compreensão de que o acontecimento de fatos na cidade, na realidade, são acontecimentos entre homem e cultura, os quais rebatem na paisagem. Esta, por sua vez, deve ser observada com uma visão desacelerada, no ritmo de um caminhar, como condição para perceber a cidade de perto, através de um olhar coletivo.

### **3.1.5. Quinta porta da paisagem: “local ou contexto de projeto”**

A quinta e última porta de compreensão da paisagem, ditada por Besse (2014) é entendida como um “local ou contexto de projeto”. A paisagem abrange o compartilhamento entre pessoas do espaço e de elementos que o compõem. A opção que intervir requer estudos específicos de teorias que complementem e orientem a ideia paisagística, possibilitando assim, uma experiência de paisagem (SÁ CARNEIRO, 2017).

Para que se possa pensar a paisagem como projeto, conforme a ideia de Besse (2014), Sá Carneiro (2017) afirma que é preciso uma problemática paisagística, a qual se faz através da necessidade de buscar uma resposta sobre as condições do local onde o projeto vai se implantar. Este local, quando se pensando na cidade de experiências de rua, pode se relacionar com praças, como outro local público de experimentações do homem com a paisagem urbana.

O paisagista se coloca numa lógica de obra e de ação no mundo, atuando para atender uma encomenda que, diversas vezes, se encontra em posição crítica, pela dinâmica da cidade e as mudanças de necessidades que a sociedade ao longo do tempo vai passando. As intervenções realizadas pelos paisagistas vão se desenvolver em três esferas que podem se relacionar entre elas e conformam a experiência da paisagem: “o solo, o território e o meio ambiente natural (ou meio vivo)” (BESSE, 2014). Uma praça urbana não pode ser, por si só, uma paisagem, mas pode, certamente compor e ser parte fundamental dela (SEEL, 2013). A Paisagem Urbana Histórica de Cataguases possui espaços públicos que se tornaram elementos essenciais na compreensão do todo.

O núcleo original da cidade, além das seis ruas que o formava (já apresentadas nos capítulos anteriores e na seção anterior, através da figura 72), apresentava duas praças públicas, o Largo da Matriz (atual Praça Santa Rita) (figura 78) e o Largo do

Rosário (atual Praça Rui Barbosa) (figura 79), segundo a descrição de Rezende e Silva (1908)<sup>12</sup>.

Figura 78 – Largo da Matriz (Praça Santa Rita), 1933



Fonte: facebook/arquivopublico. Acesso: jan/2019.

Figura 79 – Largo do Rosário (Praça Rui Barbosa), 1898



Fonte: facebook/arquivopublico. Acesso: jan/2019.

O desenvolvimento e expansão da cidade acarretou na construção de alguns outros espaços públicos, alguns dentro da região do HUL, decorrentes, principalmente das transformações sociais e espaciais que a cidade viveu ao longo dos anos, tais como, a Praça Governador Valadares, em frente à Antiga Fábrica de Fiação e Tecelagem – a primeira da cidade), a Praça Dona Catarina (antiga residência de

---

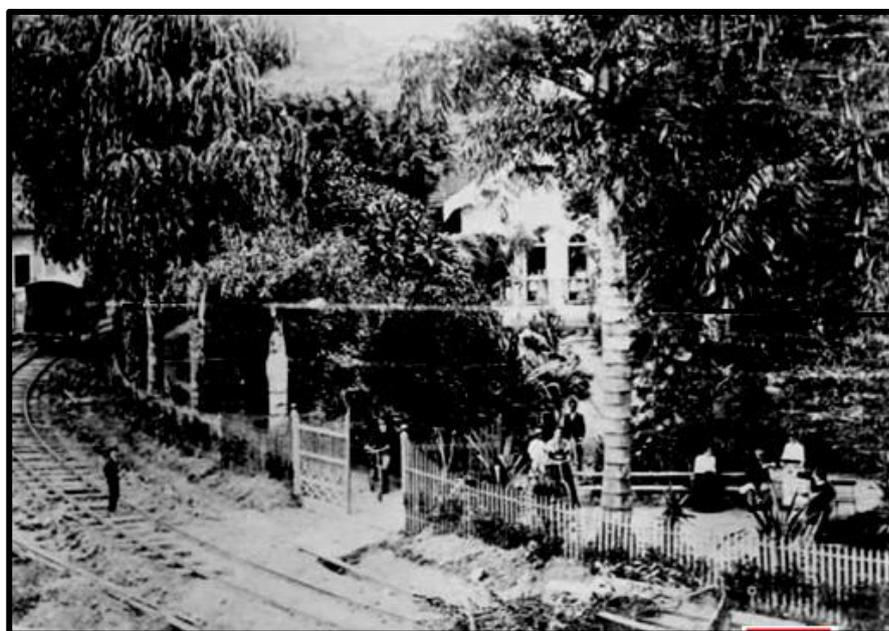
<sup>12</sup> Ver página 44.

Coronel João Duarte) (figura 80), a Praça José Inácio Peixoto (onde se implantou o monumento à José Inácio Peixoto, em frente a Cia. Industrial de Cataguases) e a Praça Sandoval Azevedo (onde se encontra o Conjunto Operário).

Conforme Soares (2009) a praça é um espaço com função de palco e cenário da existência da sociedade na paisagem da cidade, como coadjuvante da história, por ser um local de agregação do povo usada para celebrar os eventos de vida e de morte. Ela acolhe todos os marginalizados ou os mais importantes da sociedade, permitindo o “contato com o outro, o ver o outro e o fazer-se ver”.

A praça se torna um marco urbano, abrigando atividades acessíveis de lazer, eventos políticos e festividades, criando um espaço fluido entre cidade e natureza (BRUTTOS, 2017). Em Cataguases, todos os espaços de praças citados, as quais fazem-se presentes na Paisagem Urbana Histórica da cidade, de certa forma, relacionam-se com os momentos históricos marcantes de formação e consolidação da cidade, do primeiro momento de ocupação da cidade, como as Praças Santa Rita e Rui Barbosa, com a Linha Férrea, no caso da Praça Dona Catarina ou com o momento industrial, como as outras citadas.

Figura 80 – Residência do Cel. João Duarte (atual Praça Dona Catarina), 1900



Fonte: facebook/arquivopublico. Acesso: jan/2019.

Os espaços públicos de Cataguases surgiram ao longo da formação da cidade, a partir do século XIX. Os dois largos primitivos, criados logo no momento de ocupação do pequeno arraial, como espaços públicos de encontros. O Largo da Matriz

(Praça Santa Rita) tinha a função principal de implantar a Capela em homenagem à Santa de mesmo nome, padroeira do arraial de Santa Rita do Meia Pataca, afirmando sua função, além de espaço de encontros, para um uso fortemente religioso, o qual se mantém ainda hoje. O largo do Rosário (Praça Rui Barbosa), ao longo do século XIX, recebeu dentre algumas edificações comerciais responsáveis pela modificação de seu nome à Largo do Comércio, o Teatro Recreio, edificação com características ecléticas que representava a forte presença cultural na cidade, no período.

Nesse primeiro momento de ocupação da cidade, a natureza era elemento indissociável. As reflexões e experiências sobre as essências vegetais eram instaladas de forma sustentável (BESSE, 2014). Com o passar dos anos, os espaços projetados foram sofrendo modificações como forma de responder às dinâmicas urbanas da sociedade local. No final do século XIX e início do século XX, as praças deixaram de ser espaços fortemente naturalizados e, sob influência europeia, começaram a apresentar-se com alguns elementos, os coretos, por exemplo, estiveram presentes nos dois Largos de Cataguases.

A partir da expansão da ferrovia no interior, o avanço da tecnologia também se adentrou pelo Brasil e, assim, a introdução dos coretos foi um dos elementos que marcaram o período. Seu papel era fundamental pois, sua base elevada, auxiliava na visibilidade de artistas ou políticos que se apresentavam, pelo público e, as praças que possuíssem tal elemento, se tornava mais agradável e receptiva para a sociedade (BRUTTOS, 2017).

Até a década de 1940, os dois largos municipais passaram por transformações mudando algumas de suas características e com a inserção de coretos, como elementos fundamentais para os novos usos sociais que a praça ganhava (figuras 81 e 82). As modificações foram marcadas principalmente pela diminuição da presença de natureza nos espaços e pela inserção dos coretos ao centro, como afirmação da influência do ecletismo na cidade, provindo da capital, Rio de Janeiro e demonstrando a modernidade que a cidade vivia, após a chegada da Linha Férrea e tudo o que ela oferecia.

Figura 81 – Largo da Matriz, meados da década de 1930



Autor: Desconhecido. Fonte: facebook/arquivohistorico. Acesso em: jan/2019.

Figura 82 – Praça Rui Barbosa, início da década de 1940



Autor: A Brasileira. Fonte: facebook/arquivohistorico. Acesso em: jan/2019.

Após a década de 1940, as transformações decorridas das ideias modernistas a cidade refletiu e ainda reflete em sua paisagem urbana, principalmente em relação às transformações arquitetônicas e ideologias conectadas ao urbanismo.

Francisco Inácio Peixoto, juntamente com Marques Rebelo idealizaram diversos equipamentos públicos e coletivos, como o colégio Cataguases e o hospital, por exemplo. Na Praça da Matriz, a antiga igreja em estilo neogótico foi substituída por uma construção modernista da nova Igreja Matriz, em 1944, com projeto de Edgar Guimarães do Valle (figura 83), o qual “representou inovação para época tanto pela sua forma não convencional quanto pela sua ousadia estrutural, uma grande cúpula em concreto armado” (ALONSO; CASTRIOTA, sem data).

Figura 83 – Praça Santa Rita, década de 1940



Autor: AD. Fonte: facebook/arquivohistorico. Acesso em: jan/2019.

A implantação de uma nova igreja matriz na principal praça da cidade foi o marco para as transformações que substituíram significativamente as características ecléticas do local, mudando, inclusive as prioridades de usos e experiências sociais

(figura 84). A praça que, até então era de uso religioso, passou a se inserir no contexto de lazer da população, como ainda se faz atualmente, sendo o principal espaço de lazer da cidade. A edificação, implantada numa extremidade da Praça, é marcada pela imponência e se destaca pelo estilo arquitetônico em contraste com as diversas edificações do entorno, ecléticas, neocoloniais, art deco entre outras, conformando num rico conjunto que compõe a Paisagem Urbana Histórica da cidade, na área de ocupação primitiva.

Figura 84 – Praça Santa Rita, atualmente



Autor: Sylvio Coutinho. Fonte: marcelolopes.com.br. Acesso em: jan/2019.

Ainda na década de 1940, outra praça passou por modificações seguindo a ideologia do movimento modernista. A Praça Rui Barbosa recebeu um projeto do já renomado paisagista brasileiro, Roberto Burle Marx que, no momento de inserção do modernismo na cidade, projetou jardins privados de residências e públicos, como no caso do colégio. Em 1942, Burle Marx elaborou um projeto para o local, intitulado de “Praça de Cataguases” (figura 85). O projeto identificava com uma linha do paisagista que remetia à *“pintura, ou seja, uma experimentação livre de cores e formas sobre diversas superfícies, aplicando diversas técnicas”* (POLIZZO, 2011, p. 4). Entretanto o projeto não foi à diante.

Figura 85 – Croqui do projeto da Praça de Cataguases de Roberto Buler Marx, 1942



Fonte: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.054/527>. Acesso em: jan/2019.

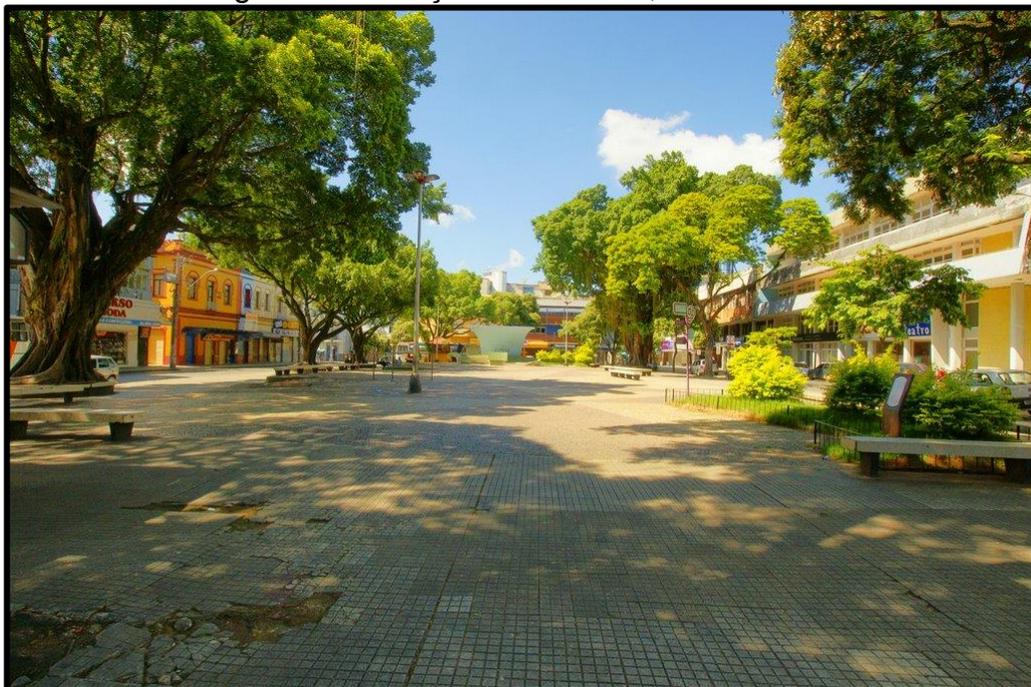
O projeto da Praça Rui Barbosa executado, foi o de Luzimar Góes Telles, arquiteto que vivia em Cataguases e que possui o maior número de obras modernistas na cidade, inaugurada em 1957. O projeto previu a criação de um coreto assinado por Francisco Bolonha que corresponde às características do movimento. Juntamente com reforma da antiga praça para novas formas modernistas, o antigo Teatro foi substituído por um novo prédio, modernista, assinado por Aldary Toledo e Carlos Leão e concomitantemente outras edificações modernistas foram sendo erguidas no entorno da Praça mesclando-se entre o eclético e o novo estilo (figura 86).

Ao caminhar pela Praça Rui Barbosa e seu entorno, é possível perceber alguns momentos da história da cidade. Próximo às Ruas Coronel Vieira e Coronel João Duarte (Calçadão), observa-se diversos edifícios comerciais, ecléticos que se misturam aos moldes modernistas, presentes através do Cine Teatro, do Edifício A Nacional (projeto dos irmãos Roberto), além das construções art déco e neocolonial que também conformam a paisagem do local.

O modernismo inseriu em Cataguases uma nova forma de projetar o espaço público, como uma maneira de afirmar a imaginação dos vanguardistas e ainda, onde nas palavras de Besse (2014) ao se projetar uma paisagem o projetista a coloca em imaginação ou em projeção, buscando de fato, a projeção. “*Essa ambiguidade, ou essa circularidade, é constitutiva da própria noção de projeto no pensamento da paisagem. Ela dá ênfase às duas dimensões contidas no ato do projeto: testemunhar, de um lado, e modificar, do outro*” (BESSE, 2014, p. 60). Neste contexto, o projeto recria um espaço que já existia ali, modifica o sentido e a forma de leitura deste espaço

sem, no entanto, se perder a essência de encontros, festividades e agregação das praças.

Figura 86 – Praça Rui Barbosa, atualmente



Fonte: <https://olhandodajaneladotrem.blogspot.com/2016/12/cataguases-minas-gerais-venha-ver-e.html>. Acesso em: jan/2019.

O projeto também pode inventar um espaço, ao representar e descrever este espaço de acordo com as dinâmicas sociais. Na área de Paisagem História Urbana de Cataguases, ao longo do desenvolvimento da cidade, como já citado, outros espaços de praças foram criados, de acordo com o aumento das demandas e novas necessidades de espaços público na região central.

Ainda no período de produção modernista na cidade, a praça e monumento em homenagem à José Inácio Peixoto, no bairro Vila Tereza, com painel de Cândido Portinari e escultura de Bruno Giogi, criada em 1958, em frente à Companhia Industrial, como projeto de espaço de homenagem e permanência dos operários (figura 87). Esta praça é o único espaço público dentro do HUL de Cataguases que está localizado à margem oposta do Rio Pomba, onde encontra-se o hospital, a Cia. Industrial e a Vila Operária do Bairro Jardim. E, ainda assim, percebe-se claramente a função de passagem e contemplação no local.

Na década de 1960, ao implantar o Conjunto Habitacional, com caráter modernista, no centro da cidade, onde conformou-se a Praça Sandoval Azevedo,

como um local de lazer para os moradores locais e caracterizando a região central pela significativa presença de praças distando poucos metros umas das outras.

E, por fim, a antiga residência do Cel. João Duarte, implantada em frente à Estação ferroviária que, por muitos anos ficou abandonada, nos anos 2000 a prefeitura, em posse das terras, executou um projeto de revitalização do jardim, conformando na atual Praça Dona Catarina e restauração da antiga residência que, atualmente, abriga a secretaria municipal de cultura (figura 88).

Figura 87 – Monumento aos Trabalhadores na Praça José Inácio Peixoto



Fonte:

<https://olhandodajaneladotrem.blogspot.com/2016/12/cataguases-minas-gerais-venha-ver-e.html>. Acesso em: jan/2019.

Figura 88 – Praça Dona Catarina, atualmente



Fonte:

<https://olhandodajaneladotrem.blogspot.com/2016/12/cataguases-minas-gerais-venha-ver-e.html>. Acesso em: jan/2019.

A paisagem como na leitura e entendimento da cidade-paisagem foi conformada por elementos que criados ou modificados de acordo com as transformações e dinâmicas sociais se revelaram para a cidade como portadora de potencial crítico em relação do “estado real do mundo” (BESSE, 2014, p. 65).

A análise da Paisagem Urbana Histórica através das “cinco portas” que Besse (2014) apresenta, permite uma maior clareza na compreensão do espaço urbano de Cataguases, composto de forma orgânica em certos momentos e racional, em outros, o que proporciona uma nova maneira de se pensar a cidade, como cidade-paisagem, revelando assim, segundo Veras et al. (2017) o lado criativo do homem juntamente com a historicidade da paisagem, resultando na forma de intervenção mais adequada ou coerente no espaço.

### **3.2. Gestão e salvaguarda da Paisagem Urbana Histórica**

O tombamento federal de Cataguases, inicialmente tinha como intenção a preservação da integridade e legibilidade dos bens arquitetônicos e artísticos, além da preservação da ambiência do conjunto, no geral, tentou manter esta ambiência com medidas de, por exemplo, permitir novas construções com o gabarito máximo correspondente às pré-existências, com aproximadamente quatro pavimentos, como forma de preservar a leitura da ambiência do perímetro tombado, evitando assim que construções mais altas interferissem negativamente na paisagem (ROSSIN, 2016).

Atualmente, percebe-se um consenso cada vez maior sobre a conservação das cidades e seus espaços históricos não somente como um conjunto de monumentos arquitetônicos e o tecido urbano. No tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Cataguases, prevaleceu a conservação dos bens edificados tombados individualmente e as vias, através da pavimentação, com a ideologia de que o instrumento preservasse a ambiência e, assim, a paisagem urbana. Entretanto, conforme Bandarin e van Oers (2014) o pensamento urbano contemporâneo propicia novas possibilidades para promover a conservação através dos conceitos e práticas de conservação do patrimônio numa forma mais abrangente de planejamento urbano e territorial.

A prática da gestão urbana se mostra eficiente na medida em que se apresenta de forma coerente à união entre tradição e modernidade, acarretando, assim, em grandes avanços na teoria e no exercício do desenho e do planejamento da cidade. Um novo conceito, baseado nas formas pré-existentes, onde a sociedade se encontra na busca pela preservação da tradição, valores e crenças constituintes do desenho de novas intervenções, ou seja, uma forma de manutenção da história do local sem deixar de refletir nas modernidades e novas dinâmicas urbanas.

Ao longo de toda a trajetória da preservação do patrimônio, chegou-se atualmente no conceito da Paisagem Urbana Histórica. O conceito do HUL foi criado não só como uma ferramenta de proteção do patrimônio, mas também, como um instrumento em prol da promoção do desenvolvimento e gestão do planejamento urbano. Assim, as cidades e as paisagens urbanas carregam consigo uma forte parcela das expressões físicas e espirituais representativas da sociedade que usufrui de seu espaço.

A cidade histórica é uma área separada por urbanistas e responsáveis políticos, como um objeto independente no processo de gestão urbana, permitindo assim um sistema de zoneamento, normas e legislações específicas (BANDARIN; VAN OERS, 2014). O conceito de Paisagem Urbana Histórica está intrinsecamente relacionado ao de cidade histórica, na medida em que esta representa um conjunto de elementos materiais e imateriais que conformam a paisagem cultural da cidade.

Assim, a área escolhida para trabalhar nesta dissertação, denominada de Paisagem Urbana Histórica de Cataguases preserva fragmentos do passado com as dinâmicas presentes. Ao analisar o HUL que compõe a cidade de Cataguases, segundo orientação teórica de Jean-Marc Besse (2014) através de uma análise sob os cinco pontos de vista que o autor aborda, busca-se aqui discutir diretrizes para a gestão e a preservação desta paisagem através dos conceitos e metodologia que Bandarin e van Oers (2014) abordam em seu livro “El paisaje urbano histórico: La gestión del patrimonio em siglo urbano”.

A responsabilidade de gerir o Conjunto tombado em Cataguases, foi direcionada ao IPHAN, à Prefeitura Municipal, através do DEMPHAC e à sociedade civil, ressaltando a importância de novas legislações urbanas, ambientais e político-sociais prevendo formatos compartilhados de discussões, avaliações e decisões sobre problemáticas relacionadas à área. De tal modo, pode-se incluir como uma forma de política e legislação do patrimônio a questão de implementar na área central de Cataguases a ferramenta da Paisagem Urbana Histórica como forma de gestão do patrimônio urbano local.

A aplicação de um conceito sobre a regulamentação da paisagem pode permitir, aumentar ou, ao menos incluir, o conceito da conservação em áreas protegidas, estendendo o território passível de proteção, ou seja, a necessidade do direito à paisagem em busca de uma política sobre paisagens (SÁ CARNEIRO, et. al, 2009).

A abordagem da Paisagem Urbana Histórica deve estimular as novas práticas e ferramentas para a conservação, na atualidade, e não oferecer respostas definitivas, como muitas vezes os documentos e ferramentas patrimoniais oferecem. Esta definição é, por si só, uma ferramenta que respeita o caráter flexível e dinâmico das cidades, desta forma, se torna um instrumento significativamente mais coerente e adequado para a preservação de espaços urbanos que intercalam natureza, ambiente construído, especulação imobiliária, desenvolvimento urbano, patrimônio cultural material e imaterial.

O reconhecimento da importância do HUL para a preservação do patrimônio de Cataguases está embasado pela importância de compreender a identidade histórico-cultural da cidade como alicerce para o desenvolvimento urbano, futuro. O caráter do HUL é resultado de uma interação entre a sociedade e seu ambiente, ao longo do tempo, reflexo de diversos processos de transformações do passado que resultaram no presente (BANDARIN; VAN OERS, 2014). As características da Paisagem Urbana Histórica de Cataguases demonstram claramente as interações entre sociedade e ambiente que espelham o passado na paisagem do presente.

O HUL se faz como de forma dinâmica, um organismo vivo, assim como a cidade. É necessário para o processo de conservação, o entendimento de como as transformações afetam a paisagem, ao longo do tempo, considerando o desenvolvimento da cidade. A conservação desta paisagem deve atender às demandas atuais para auxiliar, identificando o significado histórico mediante ao desenvolvimento de uma visão integrada da área e de seu entorno.

As relações entre a paisagem e o patrimônio existente nela não devem ir de forma inversa às normativas, caso contrário, acarretará em descaracterizações na paisagem e perdas no patrimônio cultural. Desta forma, através da conservação, busca-se a manutenção da pré-existência em conjunto com as novas necessidades urbanas, não a estagnação das formas urbanas (SÁ CARNEIRO; DUARTE; MARQUES, 2009).

A pluralidade das transformações urbanas que ocorreram em Cataguases permitiu compreender a importância de se conservar e gerir sua Paisagem Urbana Histórica pelo patrimônio urbano, o qual a cidade construiu. O reconhecimento do HUL para a preservação do patrimônio cultural de Cataguases determina que as dinâmicas da cidade à longo prazo, ocorram de acordo com as ferramentas e estratégias de gestão (BANDARIN; VAN OERS, 2014). A necessidade de gestão da paisagem se faz a partir das necessidades entre apreender as entidades impregnadas de valores humanos, tais como, “[...] recursos, constrangimentos, atractivos, riscos, implicando sempre uma dupla referência ao em-si da natureza e ao para-si da humanidade” (BERQUE, 2013, 197).

A gestão do HUL de Cataguases, após a compreensão e entendimento da mesma poderia se apoiar na definição da área identificada pelo seu valor excepcional, pelas características e criação de um registro dos valores históricos e culturais do local, realizado através dos estudos iniciados no tombamento federal e, posteriormente

complementados por outros trabalhos realizados por pesquisadores sobre a cidade, bem como também, as normativas e legislações urbanas que são vigentes atualmente na cidade que refletiram na área delimitada como Paisagem Urbana Histórica.

A conservação do HUL de Cataguases deve atender à paisagem atual da cidade, respeitando as intervenções que já ocorreram, como parte da história da cidade mas, sem perder o caráter de gestão das transformações futuras, necessário para um desenvolvimento sustentável. A gestão da Paisagem Urbana Histórica, deve ser feita de forma compartilhada entre os poderes que regem a cidade, municipal (através da Prefeitura Municipal) e federal (através do IPHAN), como já previa o processo de tombamento. Os atores envolvidos podem reestabelecer um trabalho de identificação ou re-identificação do caráter histórico desta paisagem, mediante o desenvolvimento de uma visão integral da área e de seu entorno.

O caráter do HUL é um resultado da interação entre sociedade e seu ambiente, ao longo do tempo, refletindo as dinâmicas do passado, do presente e, até mesmo, do futuro. Os palimpsestos que resultaram dos processos históricos e culturais são essenciais para a compreensão do caráter da Paisagem Urbana Histórica de Cataguases e para a gestão das transformações que podem ocorrer nesta paisagem, sem que se perca seu caráter excepcional. Ainda, segundo Bandarin e Van Oers (2014), esse caráter depende da percepção e da interpretação da paisagem e, esta é uma construção cultural que reúne diversos elementos através do sentido geral que auxilia na definição das atitudes culturais atuais refletidas nas ações passadas.

Em Cataguases, as ações culturais sempre se fizeram muito presentes na conformação da paisagem da cidade, refletindo na abertura de seu processo de tombamento federal em 1994. A sociedade construiu a paisagem da cidade ao longo dos anos, inserindo, de forma intrínseca, sua cultura num ambiente onde a natureza prevalecia com vegetação e hidrografia exuberante, se misturando e se tornando uma paisagem *in situ* e *in visu*, de formas complementares.

A conservação do HUL de Cataguases exige a percepção da mesma como um organismo vivo, que se transforma constantemente, afetando sua estrutura física, a qual reflete em consequências para toda a cidade ao longo dos anos. Sua caracterização é totalmente baseada na participação da sociedade, como uma construção cultural, que

demonstra a percepção e os valores sociais da população Cataguasense e assim, uma possível gestão compartilhada.

A compreensão e a gestão das paisagens permitem que futuras gerações possuam ambientes de qualidade e um vínculo cultural e social. Como seres sociais, tal vínculo não se mantém caso o ambiente não tenha sentido e, a cultural é a forma mais coerente de promover o sentimento à cidade. Transformar a cidade num objeto, como tentou o urbanismo moderno, é abstraí-la do caráter de ambiente – “[...] *único meio onde os seres humanos podem viver e viver em conjunto*” (BERQUE, 2013, p. 198).

## Conclusão

Abordar um tema que se faz tão atual e em pauta, como as Paisagens Urbanas Históricas permite relacionar o contexto com tantas paisagens e situações, às quais, presenciamos todos os dias, nas cidades. A evolução das discussões que permeiam a noção de paisagem, desde sua origem ocidental, através das pinturas percorrendo uma trajetória dentro do campo do patrimônio cultural, no século XX, que se desdobrou nas Paisagens Culturais, direcionou os olhares para as necessidades e demandas que as cidades estavam vivenciando, sem uma forma de proteção das paisagens que representam às dinâmicas e intensas transformações cotidianas.

As paisagens urbanas, atualmente, passam por diversas situações que colocam seu caráter em risco, principalmente devido às modificações que o ambiente urbano se sujeita à todo momento, de acordo com as novas demandas, expansões, a globalização da cultura e do turismo e a massificação da produção de paisagens urbanas, num processo artificial e sem qualidade do espaço, refletindo em dificuldades na leitura, delimitação e, principalmente, na inclusão de contextos urbanos como patrimônios nacionais ou internacionais.

A paisagem, segundo Berque (2013), não é vista somente como a superfície, se faz essencial à existência da sociedade, pois adiciona sentido às coisas, motivando o homem a habitarem e a viverem em conjunto. Seu caráter imaterial é o elo entre sociedade e o ambiente e a Paisagem Urbana Histórica representa os elementos físicos e imateriais que a cidade carrega, conformando seu caráter e sua história. O avanço dos estudos sobre as paisagens no contexto do patrimônio, permitiu observar que a preservação de áreas urbanas de interesse histórico e cultural propõe que a gestão das paisagens seja realizada através do controle das transformações de forma a garantir a permanência dos valores naturais e culturais, os quais a paisagem carrega.

Uma paisagem histórica aborda os símbolos produzidos por sua sociedade e, intrinsecamente, relacionadas ao meio natural no qual está sociedade está inserida. É uma forma de registro da história que se inseriu no ambiente natural, através do acúmulo de palimpsestos que se sobrepuseram e moldaram o caráter único e excepcional de uma paisagem urbana. Este contorno, permite o reconhecimento das Paisagens Urbanas

Históricas como uma área urbana reconhecida como um bem patrimonial (CARDOSO, 2016).

Ao estudar a situação de Cataguases percebe-se a diversidade encontrada em seu contexto urbano, o qual se diferencia significativamente da situação do Conjunto da Pampulha, em Belo Horizonte, por exemplo, principalmente quanto à produção da paisagem, onde na primeira, ocorreu de forma quase orgânica, a partir de processos históricos e relações sociais, políticas e econômicas e na segunda, de forma racional e proposital, a partir de um processo político e artístico através de sua relação com a produção do espaço.

O conjunto urbano de Cataguases se formou baseando-se em antigas formas de ocupação, as quais, foram se modificando ao longo dos anos numa trajetória de implantações coloniais, ecléticas onde muitas foram substituídas por construções modernistas e contemporâneas, onde algumas respeitaram o modelo de implantação anterior e outras não, fazendo-se impossível um plano de preservação da paisagem e do patrimônio através, apenas, de parâmetros urbanísticos.

Lins (2012) apontou que uma análise dos instrumentos políticos e uma crítica formal aos bens tombados, individualmente, em Cataguases indica que uma leitura urbana é a base para a interpretação e para a definição dos instrumentos adequados que devem ser desenvolvidos em função da preservação do patrimônio da cidade. A importância dos edifícios de diferentes épocas em relação aos seus entornos acarretou na necessidade da implantação de um instrumento que pudesse oferecer uma maior proteção do conjunto, no geral, refletindo no Tombamento Federal do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Cataguases, em 1994.

O tombamento federal do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Cataguases, ao passar dos anos, não se mostrou efetivamente capaz de atender à proposta inicial de preservar o “centro histórico” da cidade. A falta de uma área de amortecimento permitiu o surgimento de edificações com gabaritos e implantações que se contrapõem à proposta do IPHAN de preservar a ambiência das edificações da época do tombamento, além das substituições ocasionaram na descaracterização da paisagem urbana que o tombamento tentou preservar. Juntamente, percebeu-se que o tombamento de dezesseis imóveis de forma individual, priorizou um momento da história da cidade, estabelecido pela inserção do movimento modernista, em detrimento de outras.

A preservação dos edifícios isolados, em Cataguases é dada apenas como uma parte da preservação da memória da cidade, considerando a dinâmica urbana do passado e a perspectiva da dinâmica futura, abrangendo as transformações que são tendências da cidade, hoje, abrigando as pré-existências e o novo, como uma convivência que, muitas vezes não se faz de forma coerente ou respeitosa.

A sociedade de Cataguases, através do reconhecimento da importância de sua memória, demonstra o interesse em referências artísticas ou arquitetônicas que mereçam ser preservadas, não só relacionadas ao núcleo original ou ao perímetro de tombamento, mas uma mancha urbana, mais abrangente que desenha a Paisagem Urbana Histórica da cidade, e possui fragmentos da história de formação da cidade que são referência da história e da sociedade, passíveis de serem preservados.

O instrumento utilizado inicialmente, o tombamento, admitiu conter falhas em sua aplicação, permitindo assim que diversas substituições fossem ocorrendo ao longo dos anos, além de perdas de fragmentos e de leituras do contexto geral, da paisagem. As lacunas do tombamento de Cataguases que autores como Alonso (2010), Lins (2012) ou Rossin (2016) apontam, ratificam o problema de que o tombamento do centro urbano, na forma de aplicação do instrumento e entendendo às dinâmicas da cidade, hoje, é ineficaz, a partir do momento em que se aceita a inserção de outros instrumentos, mais eficazes para este tipo de preservação, aceitos hoje.

A identificação da complexidade do tombamento de Cataguases, que se diferenciava de todos os tombamentos que o IPHAN já havia decretado, em conjuntos urbanos do Brasil, até o momento, fez com que outro instrumento começasse a ser aceito para análise de novas inserções e da área protegida, o caso do PDP de 2006, que se mostrou mais eficaz com a indicação de uma Zona Especial de Proteção que abrange todo o perímetro de tombamento e algumas áreas de ocupação que conferem o caráter ou parte do caráter da paisagem da cidade, o qual neste trabalho foi reconhecido como a Paisagem Urbana Histórica de Cataguases.

O entendimento do Centro Histórico de Cataguases como uma Paisagem Histórica admitiu a compreensão de que a inserção deste instrumento pode promover a preservação e a gestão eficaz que o conjunto necessita. O HUL não trabalha com bens isolados e suas ambiências ou vizinhanças, ele abrange o todo, a paisagem como um

sistema orgânico e complexo inserido no contexto da cidade, respeitando suas limitações e incentivando suas competências para o desenvolvimento.

A partir da escolha da área do HUL em Cataguases, buscou-se uma ferramenta de leitura dessa paisagem, afim de compreender à fundo suas dinâmicas e necessidades, através de um olhar da cidade para a paisagem e da paisagem para a cidade, compreendendo as relações sociais, econômicas, políticas e ambientais com o homem e vice-versa. A forma escolhida, utilizada por Besse (2014), analise cinco pontos ou cinco formas de análise em diferentes aspectos que se relacionam e se complementam. As portas da paisagem permitiram compreender Cataguases sob um olhar paisagístico, sob o qual cada espaço, cada inserção ou cada lacuna corresponde a um momento histórico, cultural e/ou social da cidade.

O olhar a cidade sob o aspecto da paisagem considerou que sua historicidade é, ainda hoje, parte da vida cotidiana e presente da população, que lugares projetados em sua fase inicial de ocupação ainda são os mais usados para lazer e ainda que o meio natural se misture intrinsecamente ao meio cultural, sendo imperceptível delimitar um sem considerar o outro. E, por fim, que esta paisagem necessita de uma gestão adequada para a manutenção de sua excepcionalidade sem deixar de se desenvolver.

A gestão compartilhada, em Cataguases, proposta no tombamento para ser realizada entre IPHAN, Prefeitura Municipal e sociedade civil, ressaltou a importância dos novos instrumentos e novas políticas que proporcionassem o gerenciamento da paisagem sem, no entanto, deixar de atender às novas demandas, o que poderia claramente ser atendido pela aplicação do HUL na cidade. O caráter da Paisagem Urbana Histórica se baseia em um processo de participação democrática que ocasiona numa gestão das transformações que a cidade vive, ao longo do tempo (BANDARIN; VAN OERS, 2014).

A gestão da Paisagem Urbana Histórica, segundo Bandarin e van Oers (2014) respeita o setor privado, permitindo investimentos, o setor público, através do gerenciamento adequado, regula o uso do solo, da densidade, da forma urbana, dos gabaritos das novas edificações e ainda promove o controle sobre o impacto ao tecido urbano de interesse histórico e cultural. A inserção deste instrumento que, apesar de recente se mostra mais completo em relação aos conjuntos urbanos, como Cataguases, permite uma leitura completa de sua área de interesse de preservação, HUL, e prevê um

gerenciamento para o patrimônio e para as novas construções da cidade, não permitindo que a leitura do todo seja perdida, ratificando um caráter unitário da Paisagem Urbana Histórica de Cataguases.

A gestão compartilhada proposta no processo de tombamento e que não é considerada de forma efetiva, atualmente, na cidade, devido à diversos fatores, como a distância do escritório do IPHAN responsável pela fiscalização e gestão do perímetro e dos bens tombados de forma isolada, a falta do inventário solicitado ao longo do processo de tombamento entre outros fatores, poderia promover novos estudos sobre o aumento do perímetro de proteção, reconhecido neste trabalho como o HUL de Cataguases e, dentro desta paisagem, através de estudos para uma percepção da paisagem como paisagem, indo além do sentido de perímetro ou de bens isolados.

## Bibliografia

ALMEIDA, Odete Valverde Oliveira. **A disputa de grupos familiares pelo poder local na cidade de Cataguases:** práticas eleitorais, representação e memória. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, 2004.

ALONSO, Paulo Henrique. **A construção de um Patrimônio Cultural:** O tombamento federal de Cataguases, Minas Gerais. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, Escola de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte. 2010.

\_\_\_\_\_. **Memória e Patrimônio Cultural.** Cataguases. 2ª edição. V. 1. 2012.

ALONSO, Paulo Henrique; CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Conhecer para preservar:** documentação e preservação do patrimônio modernista tombado em Cataguases, Minas Gerais. Disponível em: <[www.docomomo.org.br/seminario%208%20pdfs/081.pdf](http://www.docomomo.org.br/seminario%208%20pdfs/081.pdf)>. Acesso em: jun/2018.

ALVES, Tereza. **Paisagem:** Em busca do lugar perdido. Finnesterra, XXXVI, 72, p. 67-74, 2001.

AMARAL, Rubens. **Morfologia Urbana:** Conceitos e aplicações. Brasília, 2017. Disponível em: <[http://www.segeth.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/11/morfologia\\_urbana\\_conceitos\\_aplicacoes.pdf](http://www.segeth.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/11/morfologia_urbana_conceitos_aplicacoes.pdf)>. Acesso em: jun/2018.

ANDRADE, Antônio Luiz Dias de. **Parecer técnico.** In.: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL). 13ª Coordenadoria Regional. **Processo de Tombamento:** Cataguases/MG. Belo Horizonte, 1994. Cópia existente no Departamento Municipal de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Cataguases (DEMPHAC), p. 47-55. Acesso em: maio de 2016.

ASSUNTO, Rosario. **Paisagem – Ambiente – Território.** In: Adriana Veríssimo Serrão. Filosofia da Paisagem: Uma Antologia. Editora: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa. 2013, p. 126-129.

ÁVILA, Cristina. **Cataguases:** a importação plástica como vontade modernista. In: MIRANDA, Selma Melo et al. Cataguases: um olhar sobre a modernidade. Cataguases: Instituto Francisca de Souza Peixoto, 1994. Disponível em: <[http://www.asminasgerais.com.br/Zona%20da%20Mata/UnivlerCidades/modernismo/Artes\\_Plasticas/index.htm](http://www.asminasgerais.com.br/Zona%20da%20Mata/UnivlerCidades/modernismo/Artes_Plasticas/index.htm)>. Acesso em: novembro de 2018.

AYMONINO, Carlo. **El significado de las ciudades.** H. Blume Ediciones. Madri, 1981.

BANDARIN, Francesco. **A new international instrument:** the proposed UNESCO Recommendation for the Conservation of Historic Urban Landscapes. Informationen zur Raumentwicklung Heft 3/4. Paris, 2011.

BANDARIN, Francesco; VAN OERS, Ron. **El Paisaje Urbano Histórico**: La gestion del Patrimonio en siglo urbano. Abada editores. Madri, 2014.

BERQUE, Augustin. **A ecúmena**: medida terrestre do Homem, medida humana da Terra. In: Adriana Veríssimo Serrão. *Filosofia da Paisagem: Uma Antologia*. Editora: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa. 2013, p. 187-199.

\_\_\_\_\_. **O pensamento paisageiro**: uma aproximação mesológica. In: Adriana Veríssimo Serrão. *Filosofia da Paisagem: Uma Antologia*. Editora: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa. 2013, p. 200-212.

BERTRAND, Georges. **Paisagem e geografia física global**: Esboço metodológico. Trad.: Olga Cruz. Trabalho publicado, originalmente, na “Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest”, Toulouse, v. 39 n. 3, p. 249-272, 1968, sob título: **Paysage et géographie physique globale**: Esquisse méthodologique. Publicado no Brasil no Caderno de Ciências da Terra. Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo, n. 13, 1972. R. RAÍGA, Curitiba, n. 8, p. 141-152, 2004. Editora UFPR.

BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo**: Exercícios de Paisagem. EdUERJ, Rio de Janeiro, 2014.

BEZERRA, Onilda. **Paisagem como totalidade Homem-Natureza**. In: Lúcia Veras [et al.]; Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco (CAU/PE). *Cadernos de arquitetura e urbanismo: Cidade-paisagem*. Patmos Editora, João Pessoa, 2017, p. 34-51.

BLANC-PARNARD, Chantal; RAISON, Jean-Pierre. **Paisagem**. In: Enciclopédia Einaudi. v.8. 1986. Lisboa: Imprensa Nacional. p.138-159.

BRANDÃO, Ramón. **Arquitetura Neocolonial**: Arquitetura da felicidade. Funalfa. Juiz de Fora, 2013.

BUTTROS, Savilly A. T. **Os Coretos**: A permanência do mobiliário urbano sem uso específico. In.: Anais - IX Mestres e Conselheiros Agentes Multiplicadores do Patrimônio. Belo Horizonte, jun/2017.

CAPELLA, Joana; FREITAS, Dilson Martins de. **135 anos depois, alguns aspectos significativos**. In.: *Jornal Cataguases*, 2012. Disponível em: <<http://cantoni.pro.br/blog/category/santana-de-cataguases/>>. Acesso em: jan/2019.

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. Edições 70. Lisboa, 2014.

CARNEIRO, Patrício A. S.; MATOS, Ralfo, E. S. **Geografia Histórica na ocupação da Zona da Mata Mineira**. Disponível em: <[http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario\\_diamantina/2010/D10A081.pdf](http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A081.pdf)>. Acesso em: jun/2018.

CARDOSO, Flora. **Rio de Janeiro patrimônio mundial**: a “invisível” paisagem entre a montanha e o mar. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Centro de Artes e Comunicação, Recife, 2016.

CATALDI, Giancarlo; MAFFEI, Gian Luigi; VACCARO, Paolo. **Savero Muratori e a Escola Italiana de tipologia projetual**. Revista de Morfologia Urbana - Revista da Rede Lusófona de Morfologia Urbana, v.2, n.1, p. 25-36, 2014.

CAVALCANTI, Fábio. **Paisagem como uma experiência de cidade**. In: Lúcia Veras [et al.]; Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco (CAU/PE). Cadernos de arquitetura e urbanismo: Cidade-paisagem. Patmos Editora, João Pessoa, 2017, p. 52-65.

CONAN, Michel. **Genealogie du Paysage**. In: Alain Roger (Org.). Breve tratado del paisaje. Seyssel: Editions Camp Vallon, 2007.

CONZEN, Michael R. G. **Urban Morphology: a geographical approach**. 1962. In: \_\_\_\_\_. Thinking about form: papers on Urban Morphology, 1932-1998. Edited by Michael P. Conzen, Peter Lang Publishing Inc New York. 2004, p. 47-60.

CORBIN, Alain. **O território do vazio: A praia e o imaginário ocidental**. Companhia das Letras. São Paulo, 1989.

CORREIA, Telma de Barros. **O Art Déco na Arquitetura Brasileira**. Dossiê Art Déco. Revista UFG, Ano 12, nº 8. São Paulo, julho de 2010.

COSTA, Levy Simões da. **Cataguases Centenária: Dados para sua história**. Cataguases, 1977.

CURY, Isabelle. (Org). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

CUSTÓDIO, Marluce M. **Paisagem: Subsídios para a Construção de um Conceito Democrático no Direito Brasileiro**. 3º Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto - Desafios e Perspectivas. Belo Horizonte, 2014.

DEFFONTAINES, Pierre. **Geographie et religions**. 6. ed. Paris: Gallimard, 1948.

FÉRES, Luciana R. **Paisagem Cultural e Paisagem Urbana Histórica: Reflexões acerca dos conceitos e os desafios da gestão do conjunto moderno da Pampulha Patrimônio Cultural da Humanidade**. Simpósio Científico Icomos Brasil. Belo Horizonte, 2017.

FOWLER, P. J. **World Heritage Cultural Landscapes: 1992-2002**. In: Unesco. World Heritage: papers 6. Paris, 2003.

FRANZINI, Marina Oliveira. **Pelo Rio, Uma Cidade: A relação de Cataguases com o Rio Pomba**. Trabalho Final de Graduação. Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Juiz de Fora, 2014.

HALBAWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Centauro, São Paulo, 2004.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL). 13ª Coordenadoria Regional. **Processo de Tombamento: Cataguases/MG**. Belo Horizonte, 1994. Cópia existente no Departamento Municipal de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Cataguases (DEMPHAC). Acesso em: maio de 2016.

\_\_\_\_\_. **Reflexões sobre a Chancela da Paisagem Cultural brasileira**. Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. **Dossiê Conjunto Moderno da Pampulha**. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <  
[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/FMC\\_dossie\\_conjunto\\_moderno\\_%20da\\_pampulha.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/FMC_dossie_conjunto_moderno_%20da_pampulha.pdf)>. Acesso em: jan/2019.

JOKILEHTO, Jukka. **Notes on the definition and safeguarding of HUL**. In: City & Time, v4, n. 3, 2009. Disponível em <<http://www.ceci-br.org/novo/revista/viewarticle.php?id=162>>. Acesso em: jun/ 2018.

LEITE, Julieta. **Paisagem como obra coletiva**. In: Lúcia Veras [et al.]; Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco (CAU/PE). Cadernos de arquitetura e urbanismo: Cidade-paisagem. Patmos Editora, João Pessoa, 2017, p. 66-77.

LINS, Ulisses Vanucci. **Subsídios para o estudo da imagem urbana de Cataguases: A região da Praça da Estação**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.

LYNCH, Kevin. **A imagem da Cidade**. WMF Martins Fontes. São Paulo, 2011.

MAXIMIANO, L. A. **Classificação de paisagens no norte de Campo Largo – Paraná, segundo sua condição socioambiental**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

\_\_\_\_\_. **Considerações sobre o conceito de paisagem**. R. RA´E GA, Editora UFPR, n. 8, p. 83-91. Curitiba, 2004.

MELLO, Fernando Antonio Oliveira. **Cataguases e suas Modernidades**. Tese Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

MENEGUETTI, Karin Schwabe. **Morfologia urbana: para entender as transformações urbanas**. Revista de Morfologia Urbana - Revista da Rede Lusófona de Morfologia Urbana, v.4, n.2, p. 117-119, 2016.

MOUDON, Anne Vernez. **Urban morphology as an emerging interdisciplinary field**. Urban Morphology, v. 1, n. 1, p. 3-10, 1997.

\_\_\_\_\_. **Urban morphology as an emerging interdisciplinary field**. Tradução: Vitor Oliveira. Revista de Morfologia Urbana - Revista da Rede Lusófona de Morfologia Urbana, v.3, n.1, p. 41-49, 2015.

MUNICÍPIO DE CATAGUASES. **Plano Diretor Participativo**. Relatório da Realidade Municipal. 2006.

\_\_\_\_\_. **Processo de Tombamento de Bens Imóveis**. Cataguases, 1998.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 2.427/1995** - Sobre o Código de Zoneamento, Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo Urbano. Cataguases, 1995.

\_\_\_\_\_. **Lei nº2.428/1995 e Lei nº 3135/2002** - Código de Obras. Cataguases, 1995/2002.

\_\_\_\_\_. **Lei nº3.546/2006** - Institui o Plano Diretor Participativo de Cataguases. Cataguases, 2006.

MUÑOZ, Alejandra Hernández. **Santo Antônio: Um passo no Carmo além do Boqueirão.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Mestrado em Desenho Urbano, Salvador, 2001.

NASCIMENTO, Taiane Flores do; COSTA, Benhur Pinós da. **Fenomenologia e geografia: teorias e reflexões.** Geografia, Ensino & Pesquisa, Vol. 20, n.3, p. 43-50, 2016.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: A problemática dos lugares.** Tradução: Yara Aun Khoury. In: Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1981.

O'DONNELL, Patrícia. M. **Urban Cultural Landscapes & the Spirit of Place.** 16th ICOMOS General Assembly and International Symposium: Finding the spirit of place-between the tangible and the intangible. Quebec, Canadá, 2008.

OLENDER, Marcos. **A paisagem vai ser: Primeiras impressões para uma genealogia da noção de Paisagem Cultural e as possíveis implicações na sua preservação e gestão.** In: Yussef Daibert Salomão de Campos (Org.). Patrimônio Cultural Plural. Ed. Arraes, p. 163-174. Belo Horizonte, 2017.

OLIVEIRA, Vitor. **Para que serve a morfologia urbana?** Revista de Morfologia Urbana - Revista da Rede Lusófona de Morfologia Urbana, v.4, n.2, p. 63-64, 2016.

\_\_\_\_\_ (ed.). **Diferentes abordagens em morfologia urbana.** Contributos luso-brasileiros. Urban Forms. Porto, 2018. Disponível em: <[www.vitoroliveira.fe.up.pt](http://www.vitoroliveira.fe.up.pt)>. Acesso em: jun/2018.

PATETTA, Luciano. **Considerações sobre o ecletismo na Europa.** In: Annateresa Fabris (Org.). Ecletismo na arquitetura brasileira. Editora da Universidade de São Paulo; Nobel. São Paulo, 1987.

PEREIRA COSTA, Stael Alvarenga. **O estudo da forma urbana no Brasil.** Revista Vitruvius, v.87, a. 8, 2007. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.087/220>>. Acesso em: jun/2018.

PEREIRA COSTA, Stael Alvarenga; GUIMMLER NETTO, Maria Manoela. **Fundamentos de morfologia urbana.** C/Arte, Belo Horizonte, 2015.

PEREIRA COSTA, Stael Alvarenga; GUIMMLER NETTO, Maria Manoela; LIMA, Thiago Barbosa. **Bases Conceituais da Escola Inglesa de Morfologia Urbana.** Revista Usp, 2014. Disponível em: <[www.revistas.usp.br/paam/article/view/90309](http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/90309)>. Acesso em: jun/2018.

PINTO, Antonio Carlos Brasil. **O direito paisagístico e dos valores estéticos: efetividade e o dano moral coletivo.** Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Pós-Graduação em Direito. Florianópolis, 2003.

POLIZZO, Ana Paula. **Paisagem, arquitetura, cidade: Uma discussão acerca da produção do espaço moderno.** Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História. Rio de Janeiro, 2016.

REGO, Renato Leão; MENEGUETTI, Karin Schwabe. **A respeito de morfologia urbana.** Tópicos básicos para estudos da forma da cidade. Acta Scientiarum. Technology, v. 33 n. 2, p. 123-127, Maringá, 2011.

REZENDE, Astolpho Vieira; SILVA, Arthur Vieira de Rezende. **O Município de Cataguazes.** Esboço Histórico. Cataguazes: Typ. Da Imprensa Official, 1908.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio.** Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

\_\_\_\_\_. **Paisagem Cultural Urbana e Paisagem Urbana Histórica:** O Rio de Janeiro e os desafios recentes para a lista do Patrimônio Mundial. In: IPHAN, Rio Patrimônio Mundial, Enseada de Botafogo e Corcovado. ID\_Pesquisas, Rio de Janeiro, 2009.

ROGER, Alain. **Breve tratado del paisaje.** Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2007.

\_\_\_\_\_. **Natureza e cultura:** A dupla artialização. In: Adriana Veríssimo Serrão. Filosofia da Paisagem: Uma Antologia. Editora: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa. 2013, p. 153-166.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade.** Tradução: Eduardo Brandão. 2ª edição, Martins Fontes. São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. **Paisagem Cultural Urbana e Paisagem Urbana Histórica:** O Rio de Janeiro e os desafios recentes para a lista do Patrimônio Mundial. ID\_Pesquisas. Rio Patrimônio Mundial, Enseada de Botafogo e Corcovado. Fonte: IPHAN, 2009.

ROSSIN, Mariana Silva. **Dois Horizontes:** Formação e Transformação da Paisagem Urbana em Cataguazes, MG. Trabalho Final de Graduação I. Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Juiz de Fora, 2016.

RUSKIN, John. **The seven lamps of Architecture.** George Allen & Unwin, p. 209-230, London, 1925. Traduzido por: Odete Dourado, 1996.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita; SILVA, Aline de F. **Caracterização dos Atributos dos Bens Patrimoniais.** In.: Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos. Org. LARCERDA, Norma; ZANCHETTI, Sílvio Mendes. p. 292-301. Ceci, Olinda, 2012.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita; DUARTE, Mirela; MARQUES, Eliábi A. **A conservação da paisagem na perspectiva de um sistema de espaços livre públicos do Recife.** Paisagem e Ambiente: ensaios. n, 26. p. 127-141. São Paulo, 2009.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço:** técnica e tempo – razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SAUER, Carl O. **A Morfologia da Paisagem.** In.: The Morphology of landscape. University of California, Publications in Geography, v. 2, n. 2, p. 19-54, 1925. Tradução: Gabrielle Corrêa Braga, Departamento de Geografia, UERJ. Disponível em: <[https://kupdf.com/download/carl-sauer-morfologia-da-paisagem\\_58c34ff1dc0d60041033902d\\_pdf](https://kupdf.com/download/carl-sauer-morfologia-da-paisagem_58c34ff1dc0d60041033902d_pdf)>. Acesso em: mar/2018.

SCHIER, Raul Alfredo. **Trajetórias do conceito de paisagem na geografia**. R. RA'E GA, Editora UFPR, n. 7, p. 79-85. Curitiba, 2003.

SEEL, Martin. **Uma estética da natureza**. In: Adriana Veríssimo Serrão. Filosofia da Paisagem: Uma Antologia. Editora: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa. 2013, p. 396-418.

SEGAWA, Hugo. **Arquitetura no Brasil 1900-1990**. São Paulo: EDUSP, 3ª edição, 2010.

SILVA, Jonathas M. P. **Para que serve a morfologia urbana?** Revista de Morfologia Urbana - Revista da Rede Lusófona de Morfologia Urbana, v.4, n.2, p. 119-121, 2016.

SILVA, Aline de Figueirôa. **Por uma epistemologia contemporânea da paisagem: ensaio sobre cinco proposições teóricas**. Pós, v.21 n.36, p. 54-68, São Paulo, dez.2014.

SIMMEL, Georg. **A Filosofia Da Paisagem**. Revista Política e Trabalho, n.12, p. 15-24, 1996.

SOARES, Elizabeth Nelo (org.). **Largos, coretos e praças de Belém – PA**. Iphan, Programa Monumenta, Brasília, 2009.

SOKOLOWSKI, Robert. **Introdução à fenomenologia**. Tradução de: Alfredo de O. Moraes. São Paulo: Loyola, 2004.

TURRI, Eugenio. **A paisagem como teatro**. In: Adriana Veríssimo Serrão. Filosofia da Paisagem: Uma Antologia. Editora: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa. 2013, p. 167-184.

UNESCO. **Recomendações sobre a Paisagem Urbana Histórica**. Paris: UNESCO, 2011. Disponível em: <[http://psamlisboa.pt/wp-content/uploads/2014/03/UNESCO\\_RECOMENDACAO.pdf](http://psamlisboa.pt/wp-content/uploads/2014/03/UNESCO_RECOMENDACAO.pdf)>. Acesso em: abr/2018.

\_\_\_\_\_. **Vienna Memorandum**. Viena: UNESCO, 2005. Disponível em: <<http://conservacion.inah.gob.mx/normativa/wp-content/uploads/Documento34.pdf>>. Acesso em: jun/2018.

\_\_\_\_\_. **A new international instrument: The proposed UNESCO recommendation on the Historic Urban Landscape (HUL)**. World Heritage, papers 6. Paris, 2010.

\_\_\_\_\_. **Convenção Europeia da Paisagem**. Florença, 2000. Disponível em: <<https://rm.coe.int/16802f3fb7>>. Acesso em: dez/2018.

\_\_\_\_\_. **World Heritage Cultural Landscapes: A Handbook for Conservation and Management**. World Heritage, papers 26. Paris, 2009.

\_\_\_\_\_. **Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial**. UNESCO, Lisboa, 2012.

VERAS, Lúcia. **A invenção da cidade como paisagem**. In: Lúcia Veras [et al.]; Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco (CAU/PE). Cadernos de arquitetura e urbanismo: Cidade-paisagem. Patmos Editora, João Pessoa, 2017, p. 16-33.

XAVIER, Wesley Silva. **O eterno legado modernista de Cataguases-Mg no passadismo do círculo privilegiado da cultura**. Tese de Doutorado. Universidade

Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Administrativas, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, Belo Horizonte, 2013.

ZANCHETTI, Sílvia Mendes; LAPA, Tomás. **Conservação Integrada**: um conceito em evolução. In.: Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos. Org. LARCERDA, Norma; ZANCHETTI, Sílvia Mendes. p. 18-31. Ceci, Olinda, 2012.

### **Sites:**

CIDADES. **Cataguases**. Disponível em: < <http://www.cidades.com.br/cidades-do-brasil/estado-minas-gerais/387-cataguases.html>>. Acesso em: 15 de novembro de 2018.

IPHAN. **Escritórios Técnicos – MG**. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/mg/pagina/detalhes/635/>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2019.

TOPOGRAPHIC. **Topografia de Cataguases**. Disponível em: < <http://pt-br.topographic-map.com/places/Cataguases-8243526/>>. Acesso em: 18 de abril de 2019.